

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Departamento de Educação

POSMEX

MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

ANTONIO CARLOS DE SANTANA FERREIRA

**EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

- um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidades quilombolas, nos municípios de Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco -

**RECIFE - PERNAMBUCO
2008**

ANTONIO CARLOS DE SANTANA FERREIRA

**EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

- um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidades quilombolas, nos municípios de Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco -

Dissertação apresentada como exigência final do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - POSMEX, sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Jesus, na linha de pesquisa Extensão Rural para o Desenvolvimento Local.

**RECIFE
2008**

FICHA CATALOGRÁFICA

F383e Ferreira, Antonio Carlos de Santana
Extensão rural e desenvolvimento local em comunidades quilombolas – um estudo junto a agricultores e agricultoras, de comunidades quilombolas, nos Municípios de Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco / Antonio Carlos de Santana Ferreira. -- 2008.
128 f. : il.

Orientador : Paulo de Jesus
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação.
Inclui anexo, apêndice e bibliografia.

CDD 630.715

1. Extensão rural
2. Desenvolvimento local
3. Inclusão social
4. Quilombos
5. Bom Conselho (PE)
6. Garanhuns (PE)
- I. Jesus, Paulo de
- II. Título

ANTONIO CARLOS DE SANTANA FERREIRA

**EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

- um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidades quilombolas, nos municípios de Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco -

Dissertação apresentada como exigência final do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - POSMEX, sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Jesus, na linha de pesquisa Extensão Rural para o Desenvolvimento Local.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Orientador: Prof. Dr. Paulo de Jesus

Membros:

Prof. Dr. Carlos Antônio Alves Pontes - UFRPE

Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida - UFRPE

Profa. Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza – UPE

Recife, _____ / _____ / 2008

Dedico este trabalho a todos os pensadores, performáticos, sonhadores. Àqueles que traduzem o seu fazer em obras de leveza, delicadeza, sentimentos, sons, tons e luzes; aos que levitam e, vendo muito além do concreto, contribuem para melhorar o mundo.

AGRADECIMENTOS

Por mais que se diga que este é um trabalho solitário, não se chega ao seu término sem o apoio e a ajuda de pessoas e entidades. Assim sendo, é justo e importante agradecer aos que contribuíram com opiniões, inquietações, sugestões, discordâncias, acréscimos, críticas, palavras de incentivo e apoio.

Como não é possível nomear todos, por absoluta falta de espaço, inicio agradecendo ao Professor Doutor Paulo de Jesus que me guiou nestes árduos caminhos com paciência, dedicação, companheirismo, muito saber e competência técnica. À Professora Doutora Irenilda de Souza Lima, pelo acolhimento e orientação nos meus primeiros passos dentro do POSMEX e depois na continuidade dos trabalhos em sala de aula. Aos amigos Paulo Barbosa, Antonio Pessoa, Maria Isabel Monteiro, por consignarem em carta a minha condição de candidato ao mestrado, e à Professora Doutora Vânia Fialho de Paiva e Souza que, além da carta, aceitou o convite para compor a banca examinadora, juntamente com a Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida. Obrigado.

Agradeço aos professores doutores do POSMEX Paulo de Jesus, Irenilda Lima, Ângelo Braz Callou, Maria das Graças Ataíde, Betânia Maciel, Salete Tauk, Marcelo Sabatini, pelos preciosos conhecimentos transmitidos. Agradeço também ao pessoal da secretaria e o pessoal de apoio sem os quais o POSMEX não existiria. Ao pessoal da fotocopadora, na pessoa de Shirley, obrigado também.

Aos amigos da Comunidade de Castainho, José Carlos Lopes da Silva, e da Comunidade de Angico, Maria Márcia Rodrigues de Almeida, e aos entrevistados cujos nomes assumi o compromisso de guardar. Guardei!

Aos colegas do POSMEX, em cuja convivência sentir de novo o prazer da sala de aula e a satisfação de poder estar com pessoas agradáveis, comprometidas, parceiras e companheiras em todos os momentos do curso.

Algumas instituições foram determinantes para a caminhada, seja apoiando ao trabalho, seja fornecendo material e referências. Assim agradeço à Biblioteca da UFRPE (Margarida, obrigado), à Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco, à Biblioteca do POSMEX, à ONG Djumbay, na pessoa do Dr. Gilson Pereira, às Associações de Castainho e Angico e ao Governo do Brasil, pelo acesso público e gratuito à preparação em nível de pós-graduação e pesquisa, sem o qual eu não teria conseguido realizar o mestrado.

Alguns amigos e professores nesta caminhada participaram sugerindo, dando informações ou simplesmente lembrando. Agradeço a Cirdes Moreira, Josélia Lages, Rosa Saraiva, Eptácio Gueiros, Cristiana Pedrosa, Profa. Dra. Maria Marly de Oliveira e a Tatiana Saraiva(Tati) pelo trabalho de revisão e abstract.

Um agradecimento muito especial vai aos meus familiares, irmãos, sobrinhos, cunhados, tios, pelo apoio material, moral, espiritual e tal. Meu fraternal obrigado.

A Pedro, irmão, Fátima, esposa, sempre presentes nas horas imprescindíveis.

À minha filha Clara e ao meu filho Gabriel pela paciência da ausência, pelas idéias nas conversas de elaboração deste documento. *Eu me desenvolvo e evoluo com meus filhos.*

Aos meus dois grandes amigos, orientadores, apoiadores a quem tudo devo: Elizabeth e Rômulo, meus pais.

“A sociedade é pensada como resultante de interações dos indivíduos entre si e de suas interpretações da realidade objetiva. A realidade é construída”

(LIMA e JESUS, 2004, p.4)

RESUMO

Extensão rural e desenvolvimento local em Comunidades de Remanescentes de Quilombo é o tema da pesquisa. Problema: averiguar como as comunidades quilombolas estão sendo contempladas pelo governo brasileiro, no sentido da construção do desenvolvimento local a partir dos programas governamentais de extensão rural. O *objetivo geral: investigar em que medida os programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro dirigidos para as comunidades de remanescentes dos quilombos, estão favorecendo o desenvolvimento local dessas comunidades a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural e sob o ponto de vista das ações afirmativas, do capital social comunitário, da extensão rural e do desenvolvimento local.* Objetivos específicos: a) Investigar em que medida as comunidades quilombolas são envolvidas no processo de planejamento governamental a ponto de perceberem e/ou aperceberem a implementação dos programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro em suas localidades; b) Identificar nas comunidades pesquisadas sinais que indiquem a ocorrência de capital social comunitário e como os programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas ao desenvolvimento local, estão contribuindo para o fortalecimento deste capital social comunitário; c) Investigar as principais necessidades apontadas pelas comunidades que poderiam ser objeto de propostas governamentais no sentido de atender às reais necessidades e anseios das comunidades quilombolas. O suporte teórico se apóia nos estudos de Albaladejo (2005), Anjos (2006), Araújo (2003), Araújo (2006), Bebbington (2005), Beyer (2006), Bourdieu (1993), Brandão (2006), Caporal (2006), Cardoso (1977), Carneiro e Nichols (2006), Carril (1997), Cattani (2003), Demo (2006), Durston (2000), Franco (2001), Furtado (2007), Gomes (2005), Gomes (2006), Jesus (2003), Lima (2003), Lima (2004), Márques (2007), Martins (2004), Morin (2001), Munanga (2003), Oliveira (2005), Pena e Bertolini (2004), Perrenoud (2000), Piñeiro (2002), Pires (2003), Quevedo (1999), Ribeiro (1983), Rodrigues (1976), Santos e Callou (1995), Sawaia (2006), Silva (1986), Simão (2002), Skidmore (1976), Valle (2003), entre outros. O universo da pesquisa é a comunidade de Angico, em Bom Conselho, e a Comunidade de Castainho, em Garanhuns, no Estado de Pernambuco. A amostra foi composta por 26 indivíduos do sexo masculino e feminino, jovens e adultos, casados(as) e solteiros(as), analfabeto(a)s e não alfabetizados, residentes nas comunidades, com participação ativa ou não nas atividades comunitárias. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: a) pesquisa documental, b) pesquisa bibliográfica, c) a grande rede mundial (W W W), d) entrevistas no campo. A metodologia do trabalho consistiu em entrevistas com pessoas das comunidades, no sentido de cotejar e/ou esclarecer aspectos relevantes para o estudo em foco. O resultado da pesquisa indica que *os programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro, dirigidos para as comunidades quilombolas, estão muito aquém das necessidades de desenvolvimento dessas comunidades e as iniciativas no campo da extensão rural sob o ponto de vista das ações afirmativas, do capital social comunitário, da extensão rural e do desenvolvimento local parecem estar distantes de contemplar as comunidades na real medida de suas necessidades, especialmente por que as ações empreendidas são realizadas na lógica da transversalidade.*

Palavras Chave:

ação afirmativa, capital social comunitário, competências, desenvolvimento local, empoderamento, extensão rural, inclusão/exclusão, quilombo, quilombola, resistência, ruralidade, territorialidade.

ABSTRACT

Rural Extension and local development in Communities remained from “Quilombos” (maroons societies) is the theme of this search. Problem: find out how the communities from “Quilombos” are being contemplated by the Brazilian government in the sense of building the local development from governmental programs for rural extension. The general objective: investigate how the Brazilian government programmes of technical assistance and rural extension are encouraging the local development of the Communities of remnants from “Quilombos”, from governmental initiatives and programmes and the rural extension and under the point of view of affirmative actions, the social and communitarian capital, the rural extension and local development. Specific Objectives: a) investigate the extent which the “Quilombo” communities are involved in the government’s planning process to realize/notice the implementation of the technical assistance and rural extension programmes of the Brazilian government in their localities; b) identify in the surveyed communities signs indicating the occurrence of social communitarian capital and how the programs of technical assistance and rural extension, aiming to local development, are contributing to the strengthening of social communitarian capital; c) investigate the main needs pointed by the communities that could be object of government proposals to meet the real needs and desires of the communities remained from “Quilombos”. The theoretical support is based on studies of Albaladejo (2005), Angels (2006), Araujo (2003), Araujo (2006), Bebbington (2005), Beyer (2006), Bourdieu (1993), Brandão (2006), Caporal (2006), Cardoso (1997), Carneiro and Nichols (2006), Carril (1997), Cattani (2003), Demo (2006), Durston (2000), Franco (2001), Ferguson (2007), Gomes (2005), Jesus (2003), Lima (2003), Lima (2004), Márques (2007), Martin (2004), Morin (2001), Munanga (2003), Oliveira (2005), and Pena Bertolini (2004), Perrenoud (2000), Piñeiro (2002), Smith (2003), Quevedo (1999), Ribeiro (1983), Rodrigues (1976), Santos (1995) and Callou, Sawaia (2006), Silva (1986), Simon (2002), Skidmore (1976), Valle (2003), and others. The search’s universe are the Community Angico in Bom Conselho and Community Castainho in Garanhuns, both in the State of Pernambuco. The sample was composed by 26 people, male and female, young and adult, married and unmarried, illiterate and uneducated in formal schools, living in the communities, with active participation or not in communitarian activities. The instruments used in the data collection were: a) documentary research, b) literature, c) the World Wide Web (WWW), d) interviews in the studied area. The methodology consisted in interviews with people from the communities, intending to compare and / or clarify relevant aspects to study. The research results that the the Brazilian government programmes of technical assistance and rural extension, directed to Communities remained from “Quilombos”, are far shorter from the needs of these communities. The initiatives in rural extension from the point of view of affirmative actions, social and communitarian capital, the rural extension and local development seem to be far from to contemplate the communities in their real needs, especially because that the actions are performed in the logic of horizontality.

Key words:

Affirmative action, social and communitarian capital, skills, local development, empowerment, rural extension, inclusion/exclusion, “quilombo”, “quilombola”, resistance, rurality, territoriality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Foto 01. - Angico	29
Foto 02. – Casa de Farinha Comunitária	30
Foto 03. – Castainho – Casa de farinha Comunitária	32
Representação Gráfica I – Segmentação da amostra	37
Representação Gráfica II - Situações de interação-exclusão	57
Representação Gráfica III - Situações de interação-separação	57
Representação Gráfica IV - Situações de interação-integração	57
Representação Gráfica V - Situações de interação-inclusão	58

LISTA DE QUADROS:

QUADRO I - Total de Comunidades Quilombolas (2005/2007)	23
QUADRO II - Composição da Amostra- Quadro dos Entrevistados	38
QUADRO III - Mapeamento das Entrevistas por Categorias	39
QUADRO IV - Perguntas e sua relação com os objetivos da pesquisa	40
QUADRO V - Citação dos termos capital social, capital social comunitário e afins no documento norteador da Política Nacional de ATER	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASA – Articulação do Semi-Árido.
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUBRA – Fundação Universitária de Brasília
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
NBR – Norma Brasileira (da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas)
ONG – Organização Não Governamental
PETI (Programa Erradicação Trabalho Infantil).
PME - Pesquisa Mensal de Emprego (do IBGE)
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
POSMEX - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SD - sem data
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial
SESI - Serviço Social da Indústria
SP – sem página
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNB - Universidade de New Brunswick

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – Procedimentos Metodológicos: O campo de estudo e o estudo de campo	19
• Antecedentes, histórico e situação atual das comunidades de Agico e Castainho	19
• Apontamentos gerais sobre as comunidades de Angico e Castainho	24
• Políticas Públicas de Extensão Rural e Desenvolvimento Local que estão sendo desenvolvidas nas comunidades estudadas	28
• Comunidade de Angico no Município de Bom Conselho	28
• Comunidade de Castainho no Município de Garanhuns	31
• Universo amostral da pesquisa	33
• Coleta de dados	33
• A amostra	34
• A pergunta da pesquisa	41
• Os <i>objetivos, temática e categorias</i>	41
CAPÍTULO II – Construindo referências I	44
2.1 – Sobre Desenvolvimento Local, capital social e políticas de inclusão – a quem e para que serve o desenvolvimento?	44
• Desenvolvimento local	44
• Concertação	47
• Empoderamento	50
2.2 - Quilombo, mocambo, quilombola, quilombismo significantes da resistência?	51
2.3 - Inclusão/exclusão: polissemia? O que resultou dos vários olhares?..	55
2.4 - Ação afirmativa e políticas de inclusão	59
2.5 - Estado e Políticas públicas afirmativas	62
CAPÍTULO III – Construindo referências II	
Ruralidade, territorialidade, capital social comunitário e desenvolvimento local	66
3.1 – Capital social – uma forma específica de capital e um conceito em formação	67
3.2 – Capital social individual e capital social comunitário: um benefício para o grupo a partir dos seus integrantes	73
3.3 – Construção de competências para o Desenvolvimento Local	77
3.4 – Competências, capital social e ação afirmativa em comunidades quilombolas	82
3.5 – Extensão rural, ação afirmativa e desenvolvimento local em comunidades quilombolas	86

CAPITULO IV – Não satisfaz, mas corresponde ao esperado?	92
Sobre Capital Social Comunitário	93
Capital Social Individual	97
Sobre Desenvolvimento Local	97
• Desenvolvimento Local Enquanto construção de oportunidades	98
• Desenvolvimento Local Enquanto mobilização de capacidades endógenas	99
• Desenvolvimento Local e concertação	100
• Desenvolvimento Local Enquanto superação de dificuldades	100
Sobre Extensão Rural	101
Sobre Ações Afirmativas	104
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A – Glossário	120
APÊNDICE B – Localização geográfica das comunidades	122
APÊNDICE C - Dados gerais sobre o Estado de Pernambuco e os Municípios de Bom Conselho e Garanhuns	123
APÊNDICE – D - Sobre Pronater	124
ANEXOS	127
ANEXO I – Autorização da Comunidade de Angico para a realização da pesquisa relativa ao projeto	---
ANEXO II – Autorização da Comunidade de Castainho para a realização da pesquisa relativa ao projeto	---

INTRODUÇÃO

Um rico percurso produtivo e de construção coletiva permeia a trajetória do Povo Negro¹ no Brasil desde o seu seqüestro de África até os dias atuais. Ribeiro (1983, p. 230) destaca que “Os concessionários reais do tráfico negreiro tiveram um dos negócios mais sólidos da colônia, que duraria três séculos, [...]” Araújo (2004, sp) diz que

[...] o negro é sempre figura presente em todos os acontecimentos históricos e nas análises antropológicas, sociais e econômicas do Brasil, embora não se tenha explorado com a devida profundidade toda a diversificação e extensão do elemento africano na cultura material e espiritual brasileira.

O mesmo Povo Negro, que foi vítima de um processo histórico de exploração e fonte de enriquecimento do chamado colonizador, também contribuiu para a formação tecnológica e cultural da sociedade brasileira:

O fracasso na conscrição do braço indígena para os engenhos canavieiros é que conduziu à escravização do negro africano, igualmente tribal, mas, via de regra, mais evoluído culturalmente e socialmente e, por isso, melhor condicionado a servir como escravo (RIBEIRO, 1983, p.224).

Esta visão é também compartilhada por Anjos (2006, p.39) que afirma:

Os povos de matriz africana não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava. Marcaram e marcam, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural, que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada.

Neste cenário, destaca-se a condição dos remanescentes de comunidades dos quilombos, ou Comunidades Quilombolas, ou, simplesmente, Quilombolas², como de complexidade especial dado que:

Ao longo dos séculos, grandes áreas do Brasil foram povoadas por comunidades rurais constituídas por escravos que fugiam das fazendas

¹ No Brasil, Segundo Pena (2004), “ [...] existem três grandes sistemas associados à chamada classificação racial: (1) os censos do IBGE que distinguem três categorias: brancos, pardos e pretos, além de amarelos e indígenas; (2) o discurso popular que utiliza uma nomenclatura ampla, inclusive o termo bastante ambíguo moreno e (3) o sistema do movimento negro que distingue apenas duas categorias, reunindo pardos e pretos como negros. [...] Mais recentemente a expressão afrodescendente está sendo incorporada a esta etnosemântica (Kabengele Munanga, comunicação pessoal). Neste trabalho usamos as expressões branco, pardo e preto, quando usamos dados dos censos, e a palavra negro para o conjunto mais amplo, envolvendo pretos e pardos. Também utilizamos o vocábulo afrodescendente em referência a todas as pessoas com ancestrais africanos, independente da cor da pele”. Será adotada nesta dissertação a categoria NEGRO podendo também com o mesmo sentido e na mesma lógica citar: negros ou Povo Negro ou ainda Povo Negro do Brasil, para indicar negros e negras, optar pela forma “(a)” após palavras masculinas, como tem sido corrente, além de não resolver, em si, a questão de gênero prejudica a clareza do texto.

² O conceito aqui adotado é o definido pelo Artigo 2º do Decreto Nº 4.887, de 20/11/2003. No Capítulo I estuda-se mais detalhadamente o conceito de Quilombo, Mocambo, Quilombola.

para áreas desabitadas e se misturaram a índios e mulatos. Estes povoados eram em grande parte excluídos da economia nacional e dos direitos protegidos pelo ordenamento jurídico formal; entretanto, comungavam de uma forma peculiar de organização tradicional que conciliava sua organização social, o respeito pela natureza e a apropriação comum da terra e de grande parte dos bens que dispunham. (COHRE, 2005, p.4)

Assim, colocadas à parte do processo de desenvolvimento (social, econômico, tecnológico e outros) as Comunidades Quilombolas amargam não apenas as conseqüências da exclusão social mas, principalmente, uma crônica relação com a questão da terra, especialmente por que “poucas questões são tão complexas quanto a questão da terra e dos direitos associados à posse e ao uso vital deste recurso finito.” (COHRE, 2005, p.7). Até por que “[...] as populações quilombolas e indígenas ainda não conquistaram plenamente os direitos territoriais e enfrentam sérios problemas de segurança alimentar.” (MDA, 2006b, p.16).

Parece que a sociedade brasileira caminha no sentido de modificar o atual quadro de exclusão social, desigualdade econômica e discriminação. Esta afirmação encontra amparo na apresentação do documento Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA, 2006b, p.7), em que é dito:

O debate sobre o desenvolvimento rural sustentável tem sido retomado em vários eventos nacionais e internacionais, tanto pelos movimentos sociais e sindicais, como pelos órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores, conselhos, fóruns e outros atores que atuam no meio rural. [...] Participaram da Plenária mais de 250 pessoas representando 22 instituições governamentais (das três esferas da federação), 36 movimentos sociais e sindicais, redes de organizações da sociedade civil e entidades religiosas e 38 institucionalidades (conselhos, fóruns), de todas as regiões do país, incorporando a diversidade social, regional e a pluralidade política brasileira. (MDA, 2006b, p.7)

No mesmo documento afirma-se:

A representatividade, diversidade e pluralidade dos(as) participantes dada pelos diversos movimentos representantes de agricultores(as) familiares, [...] quilombolas, mulheres e jovens, dos(as) representantes de governos que participaram, [...] conferiu à plenária e ao documento produzido uma legitimidade social e política que o credencia para ser o documento de referência para a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. (MDA, 2006b, p.7)

É importante dizer que as políticas públicas para o Povo Negro no Brasil, como a Política Nacional de Igualdade Racial (BRASIL, 2003a), o Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2003b) e, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Programa de Promoção de Igualdade, Gênero, Raça e Etnia, as Diretrizes para o

Desenvolvimento Rural Sustentável, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Meio Ambiente a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) parecem não dar conta da real necessidade instalada em termos de dimensão e ação, uma vez que abordam o problema, quase sempre, sob o ponto de vista da transversalidade e de políticas públicas generalistas.

A este propósito, a PNATER, quando estabelece no item 6, inciso VII *apoio a iniciativas de Ater* (MDA, 2004, p.15) e o Pronater (PRONATER, 2005, p.8-10), quando estabelecem o subprograma Ater Setorial, no tocante a Comunidades Quilombolas o fazem de modo pouco significativo para a dimensão do problema. Tanto é que utiliza-se a expressão “público diferenciado” quando aborda a necessidade de se trabalhar questões sociais como, entre outras,

implementação de uma Política de Ater que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais. (MDA, 2004, p.15).

Ou ainda, sob o tema aqui abordado o inciso VII, (MDA, 2004, p.15):

apoiar iniciativas de Ater que visem o desenvolvimento territorial e de áreas reformadas pelo PNRA, assim como aquelas ações destinadas à melhoria da renda e das condições de vida de públicos diferenciados como: indígenas, **quilombolas**, pescadores artesanais, ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e assentados da reforma agrária e dos programas de reestruturação fundiária; (MDA, 2004, p.15, grifos nossos)

Este quadro requer um cuidadoso estudo das necessidades prioritárias das Comunidades Quilombolas, não apenas para a redução da pobreza de renda. Esta de alguma forma tem sido abordada até com muita intensidade, mas de outras pobrezas que a melhora econômica, por si só, não dá conta, mas parecem fundamentais para a instalação de um processo realmente participativo, democrático e sustentável, especialmente em relação às Comunidades Quilombolas.

Tudo quanto foi dito estimula a necessidade de estudar a questão Quilombola não apenas em relação à redução da pobreza, aumento de oportunidades e inclusão

social, mas também em face da presença do Estado e sob o ponto de vista do desenvolvimento local, capital social comunitário, extensão rural e ações afirmativas.

Este trabalho materializa o desejo de realizar um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, remanescentes de comunidades dos quilombos, nos municípios de Bom Conselho (Comunidade Quilombola de Angico) e Garanhuns (Comunidade Quilombola de Castainho), no Estado de Pernambuco-Brasil. A pesquisa enfoca as ações de governo que se configurem como extensão rural junto a comunidades quilombolas e busca analisar: de que forma os remanescentes de comunidades dos quilombos estão sendo contemplados pelos programas e projetos no sentido da implementação de desenvolvimento local, do capital social comunitário da extensão rural, e das ações afirmativas? Tal questão se apresenta como o problema da pesquisa.

A presente investigação leva em consideração as mais significativas iniciativas e políticas públicas voltadas para a questão quilombola com foco no desenvolvimento local e na extensão rural. Busca contribuir para o aperfeiçoamento de ações governamentais, direcionadas para as comunidades de remanescentes dos quilombos, no campo da assistência técnica e extensão rural, apresentando indicativos e referências teóricas que favoreçam a definição de programas, projetos e atividades focados em suas reais necessidades e anseios. Considera que é possível um olhar especial no sentido de desenvolver, aperfeiçoar e/ou construir mecanismos metodológicos de abordagem do problema visando a favorecer um efetivo desenvolvimento rural sustentável nessas comunidades, respeitando o seu tempo, a sua tradição e suas visões de mundo.

Através de pesquisa de campo e estudos comparativos, o trabalho procura contribuir para a identificação de caminhos que forneçam bases para a redução da pobreza de renda e de outras pobreza nas comunidades dos remanescentes de quilombos e para um desenvolvimento realmente sustentável.

A presente dissertação está assim estruturada: a introdução, quatro capítulos e a conclusão. No Capítulo I trabalha-se os Procedimentos Metodológicos: O campo de estudo e o estudo de campo. Abordam-se os antecedentes, histórico e situação atual das comunidades de Angico e Castainho, se estabelecem alguns

Apontamentos gerais sobre as comunidades de Angico e Castainho e se abordam temas sobre as Políticas Públicas de Extensão Rural e Desenvolvimento Local que estão sendo desenvolvidas nas comunidades estudadas. Aqui também se apresenta o Universo amostral da pesquisa iniciando com uma apresentação das comunidades de Angico no Município de Bom Conselho e Castainho no Município de Garanhuns e se fala sobre a metodologia adotada para a coleta de dados e a definição da amostra e seu tratamento finalizando-se com dois quadros: o da composição da amostra e o do *mapeamento das entrevistas por categoria*. No Capítulo II - Construindo referências I, estudam-se temas como desenvolvimento local, capital social e políticas de inclusão, concertação, empoderamento, quilombo, mocambo, quilombola, inclusão/exclusão, ação afirmativa e políticas de inclusão, estado e políticas públicas afirmativas. O Capítulo III – Construindo referências II, é dedicado ao estudo de temas como ruralidade, territorialidade, capital social comunitário e desenvolvimento local, capital social comunitário, capital social individual, desenvolvimento local, ação afirmativa em comunidades quilombolas e extensão rural. O Capítulo IV – Não satisfaz, mas corresponde ao esperado?, é reservado à análise, comparação e conclusões entre o que foi apropriado na revisão da literatura, os resultados das atividades de campo e um diálogo entre teoria, realidade do campo e visão do autor do trabalho. Deste ponto de vista se estuda/compara/averigua: sobre capital social comunitário, capital social individual, sobre desenvolvimento local, desenvolvimento local enquanto construção de oportunidades, mobilização de capacidades endógenas, extensão rural, ações afirmativas, superação de dificuldades.

CAPÍTULO I – Procedimentos Metodológicos: O Campo de Estudo e o Estudo de Campo

Neste Capítulo I estudam-se os Procedimentos Metodológicos: O campo de estudo e o estudo de campo. Abordam-se os antecedentes, histórico e situação atual das comunidades de Angico e Castainho, se estabelece alguns Apontamentos gerais sobre as comunidades de Angico e Castainho e se abordam temas sobre as Políticas Públicas de Extensão Rural e Desenvolvimento Local que estão sendo desenvolvidas nas comunidades estudadas. Aqui também se apresenta o Universo amostral da pesquisa iniciando com uma apresentação das comunidades de Angico no Município de Bom Conselho e Castainho no Município de Garanhuns e se fala sobre a metodologia adotada para a coleta de dados e a definição da amostra e seu tratamento finalizando-se com dois quadros: o da composição da amostra e o do *mapeamento das entrevistas por categoria*.

Antecedentes, histórico e situação atual das comunidades Angico e Castainho

Curioso é identificar, em Rodrigues (1976)³ e Furtado (2007), que a escravidão já ocorria na Europa, à época da chamada descoberta do Brasil.

É escusado discutir sobre a data precisa em que começou a introdução de escravos negros no Brasil [...] O grande tráfico iniciou-se pouco menos de uns 50 anos após a descoberta do Brasil com alguns navios, por particulares, enviados à África [...] De quase meio século antes do seu descobrimento datava o comércio de escravos africanos na Europa, e Portugal era a sua sede. A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização. (RODRIGUES, 1976, p.14)

As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes, nos tempos de D. Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. (FURTADO, 2007, p.35)

³ Para um melhor entendimento do que aqui se afirma é importante ressaltar que, em nota de pé de página Nina Rodrigues cita Perdigão Malheiros (*A escravidão no Brasil*, Parte III, “Africanos”, 1867, págs. 6 e 7) para dizer que, com o objetivo de desenvolver “a cultura da cana de açúcar e consequentemente os engenhos”, o tráfico de escravos foi autorizado por alvará de 20 de março de 1549 (D. João III).

A ocupação do território brasileiro se deu a partir de uma lógica que ainda permanece, isto é, identificar um suposto vazio demográfico para justificar a ocupação sob o pretexto de desenvolver e progredir, desconsiderando a existência de outras formas de ocupação da terra. Carril (1997, p.48) ao estudar a luta pela terra, sua inter-relação com o mercado e a questão Quilombola identifica:

A idéia do vazio demográfico⁴ e a implantação de projetos desenvolvimentistas (mineradoras, madeireiras, hidrelétricas ou projetos agropecuários) significaram desconsiderar outras formas de ocupação preexistentes (terras indígenas, **comunidades remanescentes de quilombos** e comunidades camponesas), [...] (grifos nossos)

Tal processo de desenvolvimento vitimou quilombolas, indígenas e camponeses, grupos que se assemelham em relação ao impacto sofrido no tratamento formal dado em relação à questão da terra. “São terras herdadas de antepassados, uma forma de direito que não encontra amparo jurídico e que se opõe à divisão das terras em lotes individuais.” Tal afirmação induz a concluir que a expansão do capitalismo brasileiro começa por integrar novos territórios e neste caminho, visando extrair recursos e matérias-primas, as terras quilombolas são atingidas. “Desconsidera-se sua existência, implantam-se projetos em terras consideradas vazias e colocam-se essas populações no limite de sua sobrevivência.” (CARRIL,1997, p.59) Para essa discussão, cabe evocar Milton Santos (apud CARRIL, 1997, p.7) quando “afirma que o espaço é necessariamente uma acumulação de tempos históricos desiguais e distintos”.

Do exposto, parece ser possível deduzir que as comunidades quilombolas e o espaço territorial que estas ocupam constituem uma base física, social e cultural construída a partir de referência ancestral, do uso comum e da relação com a terra, ou seja, em essência, os Quilombolas são agricultores e agricultoras ou camponeses, na sua formação e origem⁵. Há no entanto que se considerar que a Constituição da

⁴ Vazio demográfico foi assim considerada uma área com baixos índices de densidade demográfica como, por exemplo, na região norte, a intitulada Amazônia Legal que englobava o norte do Mato Grosso, norte de Goiás, hoje estado de Tocantins, e oeste do Maranhão.

⁵ Mesmo nos identificados Quilombos urbanos, as características de convivência com a terra e ocupação e uso dos espaços permanecem com idêntica configuração e forma de uso das comunidades rurais. “A revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) publicou um artigo que discute como hoje o conceito de comunidade de quilombo não se restringe apenas a antigos grupos formados por escravos fugidos das fazendas no período colonial. Ele também engloba grupos urbanos que se autodefinem como comunidades negras e pedem o registro de seu espaço como ‘território negro’.” (KOINONIA, 2006 p.8)

Republica Federativa do Brasil estabelece em seu Artigo 68 que: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe o titulo respectivo.”

Em referência ao assunto comungamos da perplexidade de Koinonia:

Essa é uma questão importante, na medida em que boa parte da ação dos poderes públicos relativa aos quilombolas tem afirmado tal especificidade, mas pouco tem se discutido sobre ela. [...] Essas políticas de desenvolvimento quilombola seriam, então, uma ‘cortina de fumaça’ para a irresolução do problema da terra? (KOINONIA, 2006, p.1)

É preciso lembrar que a organização territorial dos quilombos guarda relação com a origem africana e funciona como uma forma de proteção, segurança, liberdade de acesso à terra, “uma verdadeira válvula de escape para diluir a violência da escravidão” (ANJOS, 2006, p.46). Neste ponto cabe perguntar: como poderiam ser definidos os Quilombolas e qual a origem da palavra Quilombo? Para essa discussão, cabe evocar os conceitos apresentados pela literatura.

Para Anjos (2006) “A palavra quilombo tem origem na língua banto e se aproxima de termos como: habitação, acampamento, floresta e guerreiro. Na região central da Bacia do Congo, significa ‘lugar para estar com Deus’.”

E continua o autor:

Alguns dos quilombos, também chamados de comunidades negras tradicionais, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidades quilombolas ou terras de preto pertencem finalmente a si mesmos, e conformam um patrimônio territorial e cultural inestimáveis (ANJOS, 2006, p.67).

Quevedo também explica:

No caso das fugas coletivas, quase sempre os escravos se escondiam em locais de difícil acesso, onde terminavam por se fixar, fundando pequenas comunidades conhecidas como quilombos. Os habitantes dessas comunidades eram denominados quilombolas (QUEVEDO, 1999, p.28)

Carril (1997), ao abordar as comunidades quilombolas sob o ponto de vista do campesinato, lembra que essas comunidades não desaparecem com o final da escravidão e que os negros teriam permanecido na área rural espalhados pelo território brasileiro. E mais: “atualmente, essas comunidades integram o campesinato brasileiro”, sendo a característica comum o fato de serem agrupamentos de negros, originados durante a escravidão. Estão em terras de uso comum há mais de um século, se relacionam com a terra não somente sob o aspecto da produção mas também para a “satisfação de suas necessidades, que incluem suas tradições e sua herança cultural.” E assim complementa:

Os quilombos eram, tradicionalmente, agrupamentos formados por escravos fugidos, em locais isolados e de difícil acesso. Atualmente o termo passou a designar as terras habitadas por negros e originadas de doações de antigos senhores, de fazendas abandonadas com escravos, de terras da igreja, e, com o decreto da abolição, terras doadas a ex-escravos, etc (CARRIL 1997, p.10-12).

Estas afirmações demonstram que existem pontos em comum no que diz respeito à noção do que seja Comunidade de Remanescentes de Quilombo e o significado da palavra quilombola. No entanto, quando se trata de definir o total de comunidades Quilombolas existentes no Brasil, a convergência de informações ou opiniões não parece fácil.

A revisão da bibliografia permitiu identificar que os números, no contexto dos quantitativos das comunidades quilombolas, parecem não convergir. Veja-se o que dizem as fontes:

O Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade de Brasília (UnB) organizou o Segundo Cadastro Municipal dos Territórios Quilombolas do Brasil e concluiu que existem 2.228 comunidades espalhadas em 11 estados brasileiros.

O Ciga utilizou como fonte para o estudo órgãos públicos, documentos de representantes de comunidades e pesquisas universitárias. O cadastro revela que mais da metade das comunidades quilombolas estão localizadas no Nordeste do país, com cerca de 1,4 mil territórios. Fonte: Correio Brasiliense e Diário de Pernambuco (KOINONIA, 2005).

Calcula-se que, no Brasil, existam hoje cerca de 2.842 comunidades quilombolas, ou seja, remanescentes dos quilombos, aquelas repúblicas de homens livres formadas pelos escravos que se livraram do cativeiro mais atroz e partiam para a vida nova. (ANJOS, 2006, p.7).

Até 2002 o governo federal havia mapeado 743 comunidades quilombolas. Hoje registram-se 2.460, em decorrência da visibilidade pública, das iniciativas dos quilombolas para o seu auto-reconhecimento e da ampliação dos serviços disponíveis em suas localidades. (SEPPIR, 2005).

Os dados mais recentes advêm do mapeamento realizado pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação da Universidade Federal de Brasília, em que foram identificadas 2.228 comunidades de quilombos em 2005, [...] (COHRE, 2005).

O governo federal já tem mapeadas 2.200 comunidades quilombolas, e vem ao longo desta gestão consolidando políticas públicas para essas comunidades. (MDA, 2006a).

Para uma melhor compreensão das afirmações acima se resume no quadro a seguir o estudo acima referido em relação aos números de Comunidades de Remanescentes de Quilombo no Brasil no período pesquisado, ou seja, os anos 2005 a 2007.

Quadro I

TOTAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL (2005/2007)

FONTE	COMUNIDADES
ANJOS	2.842
SEPPIR	2.460
MDA	2.200
COHRE O total está dividido por 27 estados	2.228
Koinonia - "espalhadas em 11 estados brasileiros"	2.228

No estado de Pernambuco, Anjos indica a existência de 102 Comunidades Quilombolas (ANJOS, 2006, p.183).

Observe-se que uma das fontes citadas pelo COHRE - Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos é ANJOS, o mesmo autor aqui citado, que indica 2.842 comunidades. Observe-se ainda que os números que coincidem nas citações diretas apresentadas, ou seja, 2.228 comunidades quilombolas, sofrem uma discrepância em relação ao total de estados. Enquanto COHRE indica 27 estados Koinonia indica 11 estados brasileiros para as mesmas 2.228 comunidades.

A identificação de comunidades quilombolas inicia com o certificado de reconhecimento emitido pela Fundação Palmares⁶. Isto acontece quando a

⁶ No âmbito do Governo Federal é a Fundação Palmares quem detém o poder normativo de emitir o certificado de reconhecimento a partir da auto-declaração como quilombola por parte da comunidade solicitante.

comunidade interessada emite um documento se auto-reconhecendo como comunidade quilombola e solicita o reconhecimento àquela Fundação. É possível deduzir que este procedimento provoca o surgimento de um número significativo de comunidades em curto espaço de tempo o que possivelmente explica o desencontro de informações acima referido e influencia o tratamento a ser dado para o caso, e a implementação de políticas públicas consistentes no sentido de apoio ao desenvolvimento da população aqui estudada.

Para completar, Gomes (2005, p.29), ao falar das atuais comunidades remanescentes de quilombos, diz “que contagens provisórias informam alcançar mais de quatro mil espalhadas de Norte a Sul, Centro-oeste, Nordeste e Sudeste, sem falar em ares de fronteiras internacionais”

Considerando este panorama com as relevantes observações já referidas as comunidades de remanescentes dos quilombos de Angico, no Município de Bom Conselho, e Castainho, no Município de Garanhuns, ambas no Estado de Pernambuco foram eleitas como as áreas a serem pesquisadas. Os dados gerais e informações sobre o estado de Pernambuco e os municípios de Bom Conselho e Garanhuns podem ser encontrados no apêndice C.

Apontamentos gerais sobre as comunidades de Angico e Castainho

Não é fortuito que o tema comunidades quilombolas tenha ganhado notoriedade a partir dos anos 2000. A situação de abandono, descaso e miséria, aliada à falta de políticas públicas específicas para estas comunidades clamam por uma posição da sociedade brasileira e uma ação coordenada de governo e sociedade civil no sentido de livrar o país e a nação de tão vergonhosa herança.

Guardadas as devidas proporções e procedidos os ajustes necessários, pode-se estender o que vai aqui apresentado para as demais comunidades quilombolas do agreste pernambucano. A seguir são feitos apontamentos comuns às comunidades de Angico, no Município de Bom Conselho, e Castainho, no

Município de Garanhuns e em seguida, passa-se a considerar com mais detalhes essas duas comunidades.

Em relação à questão da terra, pode-se dizer que o tempo, a ingerência e o descaso do Poder Público fez com que a maioria das terras no território das Comunidades fossem esbulhadas por fazendeiros e pessoas proeminentes, ocorrendo inclusive situações de disputa e violência. Hoje fazendas, pequenas indústrias, projetos imobiliários, pessoas físicas abastadas com instalações de lazer dividem fisicamente os territórios ficando as várias moradias, das pessoas da comunidade, longe uma das outras tanto sob o ponto de vista afetivo-social quanto em relação a possibilidades de crescimento conjunto a partir da construção de um possível capital social comunitário.

Com o passar do tempo, a força e a pressão externa fez com que a maioria das terras quilombolas fossem ocupadas e atualmente os habitantes moram em condições precárias, nas palavras de uma liderança local, “Como se fosse uma favela rural” (informação verbal). Hoje somente algumas poucas famílias habitam um lote próprio de terra, geralmente pequeno e de tamanho variado. Cabe destacar que, apesar das dificuldades e ingerências, a lógica do território coletivo é muito presente no dia-a-dia das comunidades.

O processo de titulação da terra promovido pelo Governo Federal, com base no Artigo 68 da Constituição Federal, ainda não chegou na maioria das comunidades quilombolas. No agreste de Pernambuco apenas a comunidade de Castainho está na fase de término da demarcação com vistas à titulação. Ainda assim, segundo informação verbal do líder da comunidade, Castainho reivindica um total de 5.000ha, mas o que está sendo demarcado corresponde a apenas 190ha.

Nessas comunidades, uma boa parte das casas é de tijolo⁷, mas ainda se identifica muita casa de taipa. A situação atual nas casas de taipa é muito precária, agravada pelo fato de que em determinadas casas morarem mais de 10 pessoas

⁷ As informações aqui apresentadas, nesta caracterização mais geral das comunidades, são resultantes do relato verbal da liderança local e de observação do autor deste trabalho em visitas às comunidades entre os meses de junho de 2006 e dezembro de 2007.

num espaço restrito e com condições higiênicas das piores. Sem terra para trabalhar, afastada da área central da comunidade, distante da sede municipal e longe, muito longe, do apoio governamental, a situação chega a ser calamitosa.

A questão da água permanece como a principal problemática na Comunidade, não existindo um sistema eficiente de distribuição nem uma forma eficaz de coleta, armazenagem e administração da água. Deve-se dizer que a Comunidade de Angico é assistida pelo projeto Um Milhão de Cisternas, coordenado pela ASA – Articulação do Semi-Árido. Por outro lado, não existe nenhum sistema de coleta de lixo, sendo este deixado no campo ou queimado.

O período de chuvas, nas duas comunidades, vai de Abril a Junho, podendo continuar, ocasionalmente, nos meses de Agosto e Setembro. Nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março acontecem ocasionais chuvas finas.

Nas comunidades não existe comunicação por telefone público, internet, assim como qualquer sistema de transporte público regular. As pessoas comunicam-se por telefones celulares com as dificuldades inerentes ao alcance da rede e das limitações desta tecnologia. No período escolar o pessoal da comunidade se organiza para garantir o transporte dos alunos e professores em todos os dias de aulas podendo ocasionalmente também fazer uso do mesmo transporte⁸. O acesso a computador também é precário e no caso da comunidade de Angico existe apenas um equipamento particular, na casa da líder, mas o acesso à internet é recente (setembro de 2007).

Os lugares de convivência comunitária são a escola, a igreja, os campos de futebol e os barzinhos particulares, mas em ambas as comunidades a casa de farinha, nos momentos de produção dos derivados de mandioca (farinha, massa, goma, beiju, entre outros), é, sem dúvida, o grande local de encontro, comunicação e interação.

⁸ Parece oportuno indagar: porque o programa de transporte escolar do Governo Federal, implementado através da prefeitura, não beneficia tais crianças?

As comunidades acreditam na educação como instrumento e caminho para crescer, desenvolver e alcançar uma completa emancipação. Em cada uma delas funciona uma escola, construída com recursos públicos. Uma vez que os espaços são insuficientes para atender à demanda das salas de aula, corre, especialmente na comunidade de Angico, a necessidade de alugar quartos pra servirem como sala de aula nas diminutas casas de pessoas da comunidade.

Os grupos jovens são bem estruturados com participação ativa na atividade comunitária, mas carecem de apoio no sentido de poder expandir suas atividades, criar e se apresentar com adereços e vestimentas dignas e adequadas à necessidade e ao conteúdo das apresentações.

A atividade produtiva mais praticada nas comunidades é o trabalho da roça (agricultura de subsistência), dificultado pela questão da posse da terra. Os cultivos principais são: mandioca e macaxeira, milho, batata, feijão e batata doce. Entre as árvores frutíferas é o cajueiro a principal cultura, do qual se tira as castanhas, que são vendidas in natura ou assadas para consumo familiar, sendo o pedúnculo pouco aproveitado, geralmente jogado fora ou oferecido ao gado. Outras ocorrências de fruteiras que podem ser identificadas são: acerola, manga, pinha, umbu e banana. No campo da pecuária podem ser encontradas nas comunidades criações de bode, cabra, carneiro, coelho, gado, galinha, pato, peru e porco. As condições de espaço e infra-estrutura não possibilitam um processo de criação em escala econômica.

Através de iniciativa pessoal, algumas pessoas da comunidade desenvolvem atividades lucrativas (venda de gado, carne, leite, produção de fumo, ...), mas as condições de renda permanecem de baixo nível, sendo este um dos maiores problemas nas comunidades. A falta de oportunidades de trabalho, renda e emprego provocam o conseqüente êxodo rural. Eis a razão por que, sobretudo os jovens, viajam para o Estado de São Paulo (na época do corte de cana) ou, principalmente no caso da comunidade de Angico, para o Estado das Alagoas, especificamente para o Município de Arapiraca, buscando oportunidades na colheita do fumo. É muito freqüente em cada família se encontrar pelo menos um caso de pessoa morando num destes dois Estados da Federação. Às vezes a migração é

temporária, outras vezes, principalmente quando são estabelecidos vínculos no local de trabalho, transforma-se em migração definitiva.

Políticas públicas de extensão rural e de desenvolvimento local que estão sendo desenvolvidas nas comunidades estudadas

Em contatos com a comunidade, foi possível identificar quais linhas de ação governamental, no campo do desenvolvimento local e extensão rural, estão sendo desenvolvidas nas Comunidades de Angico e de Castainho.

Na Comunidade de Angico foi possível identificar ações pontuais do Governo Federal no campo da ATER. Informações verbais da líder da comunidade dão conta de que a partir de maio de 2007 a comunidade foi inserida no rol de comunidades priorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o ano de 2007.

Na Comunidade de Castainho estão sendo empreendidas ações de demarcação do território, em uma ação conjunta INCRA/MDA/IBGE/UFPE- Departamento de Engenharia Cartográfica e a Universidade de New Brunswick - UNB do Canadá. Está sendo recuperada a Casa de Farinha local numa ação patrocinada pela PETROBRAS e empreendida através da SEPPIR/MDS/FUBRA (Fundação Universitária de Brasília) e a ONG Djumbay.

Comunidade de Angico⁹, no Município de Bom Conselho

A comunidade dos Remanescentes do Quilombo de Angico¹⁰, está situada na zona rural do Município de Bom Conselho, vide apêndice B e apêndice C.

⁹ Designação comum a várias árvores da família das leguminosas, subfamília mimosoídea, espécie dos gêneros *Piptadenia*, *Parapiptadenia* e *Anadenanthera*, nativas da América tropical, a maioria do Brasil, freqüentemente exploradas ou cultivadas pela boa madeira (Foto 01).

¹⁰ Em relato verbal a líder da Comunidade conta que os primeiros habitantes que chegaram ao local era um grupo de fugitivos do Quilombo de Palmares que se refugiou aqui fugindo da sua destruição e perseguição, ao final do século 17. O lugar oferecia a qualidade de escondido e isolado, devido à mata que ocupava este território. A grande quantidade de pés de Angico encontrada na localidade deu o nome à comunidade. Hoje ainda existem pés, mas a mata original foi gradualmente destruída.

O Sítio Angico, como também é conhecido, fica localizado no Agreste Meridional a poucos quilômetros da divisa do Estado de Pernambuco com o Estado das Alagoas, e foi reconhecido como comunidade de remanescentes de quilombo pela Fundação Palmares no ano de 2004.



Foto 01 - Angico
(*Piptadenia, Parapiptadenia / Anadenanthera*)

A comunidade é formada por aproximadamente 400 famílias e fica a 10 km da sede do município, ligada através de estrada de terra, todavia bem conservada, favorecendo o tráfego de caminhões, jipes, e outros meios de transporte.

A falta de água é parcialmente contornada pelo projeto Um Milhão de Cisternas – ASA, o qual implantou tecnologia de captação de água pluvial para uso doméstico em algumas residências, mas a crise é intensa e nos tempos de maior estiagem a comunidade é socorrida por caminhões-pipa do Governo Municipal.

Na Comunidade funciona uma escola até 8ª série onde estudam mais de 400 alunos, mas os locais são insuficientes, havendo a necessidade de alugar quartos de taipas em casas particulares. A diretora do colégio, e a atual líder da comunidade, é a única pessoa da comunidade com formação universitária. Na escola funciona também o projeto PETI (Programa Erradicação Trabalho Infantil).

Em relação ao perfil organizativo a Comunidade de Angico é participativa aspecto observado nos momentos de reunião da associação local, Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Angico, instituída em 20 de Junho de 1995, e que conta com aproximadamente de 200 famílias associadas. Na reunião mensal são discutidas dificuldades locais e de interesse comum. A comunidade conta também com uma igreja comunitária (Igreja Católica Apostólica Romana) que funciona como templo e serve como espaço multiuso, sendo também local para reuniões da associação e as reuniões comunitárias, eventos comemorativos e solenidades. Em ocasiões de maior afluxo de pessoas, a comunidade usa o auditório do sindicato dos trabalhadores rurais na sede do município.

As atividades culturais da comunidade são desenvolvidas por um grupo de dança afro, um grupo de capoeira, duas turmas de futebol (existem 3 campos de futebol) e uma banda de pífaros. Todos participam regularmente dos eventos e manifestações nas épocas festivas, religiosas e por ocasião de eventos solenes.

Aos sábados muitas pessoas da comunidade costumam ir à cidade para vender os produtos da terra na feira semanal do município. Vale ressaltar que são iniciativas individuais e não formalizadas nem organizadas.

A Comunidade já foi atendida pelo Programa do Governo do Estado de Pernambuco intitulado PRORURAL, o qual destinou equipamentos profissionais para o beneficiamento da castanha de caju e capacitou 3 jovens nesta atividade produtiva, entretanto a comunidade não possui recursos para iniciar a produção.

A agricultura é de subsistência, os quilombolas plantam milho, feijão e mandioca. Existe uma casa de farinha em precárias condições onde se realiza o trabalho de beneficiamento da mandioca, em regime de produção coletiva, para o consumo das famílias e comercialização dos excedentes na feira semanal do município.



Foto 02
Angico - casa de farinha comunitária

No ano de 1979, a Secretaria de Educação do Município construiu na localidade a Escola Doralice Severino Barbosa. Hoje, com 23 funcionários e 400 alunos, a escola atende da alfabetização à 8ª série, possui turmas do programa de Educação de Jovens e Adultos-EJA que funciona no turno da noite com o apoio da Prefeitura Municipal com o projeto do SESI – Brasil Alfabetizado, em espaço alugado numa casa da comunidade

A comunidade de Angico é atendida pelo Programa Saúde da Família e conta com 02 agentes de saúde comunitários e um médico que realiza visitas quinzenais

às famílias. As consultas são realizadas em ambulância móvel instalada em frente à escola quando da visita dos médicos.

Não há serviços de saneamento básico e quase 100% das famílias não possui banheiro. A maioria das casas é de taipa. As estradas de acesso à sede do município são de barro, dificultando a comunicação do quilombo com a cidade.

Comunidade de Castainho no Município de Garanhuns.

A comunidade dos Remanescentes do Quilombo do Castainho foi reconhecida como comunidade de remanescentes de quilombo pela Fundação Palmares no ano de 1998¹¹. Está situada na zona rural do Município de Garanhuns e dista aproximadamente 6 km da sede do Município, vide apêndice B e apêndice C.

Ao se referir à origem da comunidade de Castainho, Monteiro (1985, p.15-20) afirma que se trata de “um bairro rural de negros.” Ainda sob este tema a autora diz que existem três versões relacionadas com a origem da comunidade de Castainho “que às vezes se completam: a dos estudiosos, a dos moradores do Município de Garanhuns e a dos habitantes do sítio”.

Para os estudiosos a comunidade surgiu de núcleos de escravos pretos fugidos; para os moradores do município a origem da comunidade ocorreu a partir de um pequeno quilombo existente no local e para os habitantes da comunidade de Castainho a terra pertencia a um padre proprietário de um escravo que “com a morte de seu senhor, recebeu, como agradecimento, as terras que atualmente correspondem ao sítio.”

¹¹ A informação verbal do líder da Comunidade de Castainho, José Carlos Lopes da Silva, em reunião de avaliação de projetos da PETROBRAS, em Brasília-DF na manhã do dia 28 de fevereiro de 2007 dá conta de que “os negros escravos chegaram na comunidade a partir de 1695. Encontraram o nome da comunidade Estivado e eles entraram assim, num acordo, para conhecer um pouco a realidade: por que estivado? E não chegaram a um consenso e eles acharam que fosse um nome que viesse a prejudicar eles no decorrer do tempo. Então um negro escravo criava uma égua castanha e ele propôs para o grupo das famílias daquela comunidade que poderia mudar esse nome de Estivado para Castanho ou Castainho então esse nome de Castainho se deu por conta dessa égua castanha e ficou esse nome de Castainho reconhecido internacionalmente a mais de 150 anos”.

Carneiro e Nichols (2006, p.143), ao estudarem a comunidade identificam que

As pesquisas históricas e a tradição oral apontam duas distintas versões para explicar a origem de Castainho. Uma afirma que um grupo de negros e negras que fugiram da guerra contra o Quilombo dos Palmares através do rio Mundaú escondeu-se nas matas onde hoje se localiza a comunidade e a cidade de Garanhuns. Outra afirma que as terras de Castainho pode ter-se dado das mais diversas formas, porém incontestável é sua relação com a Guerra dos Palmares, em torno da qual a identidade de Castainho se constrói.

A comunidade sofre com a falta de água, e neste sentido é parcialmente atendida por uma cisterna de placa abastecida por caminhão pipa enviado pela prefeitura local. Em dezembro de 2007 foi instalado um poço artesiano, uma caixa d'água e chafarizes, o que ajudou a minorar a grave escassez de água.

No campo da educação a comunidade conta com uma pequena escola, com uma sala de aula, e mais uma outra sala de aula improvisada na sede da associação local. Conta também com uma biblioteca (com acervo doado pelo projeto Arca das Letras do MDA/INCRA). Conta também com uma casa de farinha comunitária recentemente reformada e ampliada com recursos doados pela PETROBRAS.



Foto 03
Castainho - casa de farinha comunitária

O acesso às políticas públicas de saúde é precário sendo, dificultado pelo distanciamento físico da comunidade em relação às unidades de atendimento. A maioria das casas não tem banheiro nem esgotamento sanitário.

Em relação à preservação ambiental é identificável, a olho nu, a carência de ações de preservação do meio ambiente especialmente pela impressionante quantidade de material plástico espalhado pela localidade, inclusive nos locais em que se cultiva a mandioca para a produção de farinha e derivados.

A comunidade conserva viva a tradição local através da produção artesanal em palha de taboa e fibra de bananeira e de festas como a Festa da Mãe Preta, que ocorre na comunidade há mais de duzentos anos no mês de maio.

A agricultura familiar é a principal forma de sobrevivência tendo como característica a produção e comercialização comunitária da mandioca e seus derivados, dos quais se destacam a farinha, a goma, o beiju e a massa. No período da safra de caju, novembro a fevereiro, a extração da castanha e comercialização in natura se constitui em significativo reforço para a economia da comunidade.

Universo amostral da pesquisa

O universo da pesquisa é na Região do Agreste Meridional Pernambucano e circunscrito a dois municípios: Bom Conselho, onde se localiza a Comunidade Quilombola de Angico, e Garanhuns, em que se situa a Comunidade Quilombola de Castainho. Ambas as comunidades distam das sedes dos respectivos municípios cerca de dez quilômetros. A distância dos municípios acima referidos para a capital do estado, Recife, é de cerca de trezentos quilômetros. A comunidade foi consultada em relação ao trabalho tendo autorizado a pesquisa previamente, vide anexos I e II.

Coleta de dados

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: a) pesquisa documental, em que se identificaram documentos relevantes para o presente estudo, b) pesquisa bibliográfica, em que se agruparam textos e impressos a partir de critérios sistemáticos diversos (cronológico, autoral, temático, geográfico, histórico etc.), visando facilitar o posterior acesso a eles priorizando-se no trabalho os livros, revistas, jornais, dissertações, c) a grande rede mundial (W W W) também foi consultada para temas relacionados ao estudo se bem que, neste caso, houve um rígido controle em relação ao material e à fonte de informação, dado que não se pode dizer ser ainda esta uma fonte de todo confiável, d) entrevistas no campo (Comunidade de Castainho e Comunidade de Angico), com o objetivo de obter elementos, visando também responder a pergunta definida como problema da pesquisa. O trabalho consistiu na

interlocução com lideranças e pessoas das comunidades, bem como com dirigentes institucionais, no sentido de cotejar e/ou esclarecer aspectos relevantes para o estudo em foco.

A amostra

A coleta de dados junto às comunidades e a amostra da pesquisa foram conduzidas de modo a poder acrescentar, se possível, novas luzes ao saber no campo da extensão rural e do desenvolvimento local, notadamente em relação às comunidades quilombolas, a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural. A pesquisa empreendida buscou servir como referência técnico-acadêmica para a ampliação e o desenvolvimento de Políticas de ATER voltadas para as comunidades de remanescentes dos quilombos e contribuir para que possíveis ajustes possam tornar mais efetivas ações de ATER nas comunidades quilombolas, favorecendo um trabalho em que o desenvolvimentismo e difusionismo, cujos ranços podem ser identificados no dia-a-dia dos trabalhos de ATER, seja uma prática erradicada e, em seu lugar possa surgir um fazer agrícola em que o tecnicismo, dando lugar ao humanismo, permita tornar felizes e prósperas as famílias quilombolas, aspecto confirmado por Lima e Jesus (2004, p.2):

A nova política de extensão rural ATER se contrapõe à antiga proposta, porque esta segue o modelo desenvolvimentista e difusionista [...] a novidade da proposta atual está em substituir as velhas práticas por novos enfoques metodológicos e novas abordagens [...] no intuito de alcançar um desenvolvimento rural sustentável à inclusão social.

Buscou-se identificar aspectos metodológicos que favoreçam uma posição segura em relação ao enfoque a ser adotado para o desenvolvimento da pesquisa, a definição da amostra e o do espaço amostral. Encontramos em Lima e Jesus (2004, p.2) referências necessárias à produção de uma pesquisa “como recurso de aprendizagem e de produção de conhecimento.” Considere-se também que a atividade de pesquisa está associada à capacidade de produzir conhecimento e o conhecimento é um dos elementos-chave para o desenvolvimento de ações e de possibilidades transformadoras.

Ainda no âmbito da pesquisa na prática da extensão rural leve-se em conta que os paradigmas interpretativos na perspectiva da pesquisa qualitativa estão sempre associados à produção científica das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. “[...] A sociedade é pensada como resultante de interações dos indivíduos entre si e de suas interpretações da realidade objetiva. A realidade é construída.” (LIMA e JESUS, 2004, p.4)

O paradigma positivista na perspectiva da pesquisa quantitativa tem sido a referência para legitimar uma prática científica muito vinculada às ciências exatas e defende a idéia da realidade objetiva, em que o contexto mais amplo nem sempre é considerado e “tende a predizer relações na forma de probabilidades estatísticas, estabelecendo relações de causa e efeito.” (LIMA e JESUS, 2004, p.4)

Concordamos com Oliveira (2005, p.67) quando afirma que

as abordagens quantitativas e qualitativas não são excludentes e até diríamos que elas se complementam, visto que existem fatos que são do domínio quantitativo e outros de domínio qualitativo.

O que é corroborado por Lima e Jesus (2004, p.4) quando abordam a questão dos paradigmas interpretativos na perspectiva da pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa:

Em síntese, se considerados os dois paradigmas como oposição, [...] a síntese pode sinalizar numa perspectiva do predominantemente qualitativo poder recorrer a elementos quantitativos, sem com isto render-se ao positivismo. [...] consideramos que nenhum modelo ou método de pesquisa é prioridade exclusiva de paradigma algum. (LIMA e JESUS, 2004, p.4)

Como quer que seja, a partir das considerações acima apresentadas, optou-se no presente trabalho, prioritariamente, pela abordagem qualitativa, sem esquecer ou abandonar a possibilidade de complementação que as abordagens acima possuem. Isto por que,

A opção por uma abordagem qualitativa deve ter como principal fundamento a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito; portanto, uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade. (OLIVEIRA, 2005, p.68).

Acolhendo a tese acima a amostra é aqui entendida como um subconjunto de elementos pertencentes a uma população a partir dos critérios abaixo discriminados, isto porque, como afirma Oliveira (2005, p.95):

Sendo a amostra uma representação da população ou universo da pesquisa, faz-se necessário estabelecer critérios no processo de seleção para que a amostra seja significativa [...] Entenda-se que a amostra é um subconjunto ou parte dos elementos que compõem o universo. [...]

A amostra que foi trabalhada nesta pesquisa será intencional e de natureza *não-probabilística*, ou seja, aquela em que “O pesquisador(a) determina a quantidade de elementos ou o número de pessoas aptas a responder um questionário”, e *por cotas*, isto é, um tipo de amostra que deve representar com fidelidade a população eleita para o estudo. (OLIVEIRA, 2005, p.95-96).

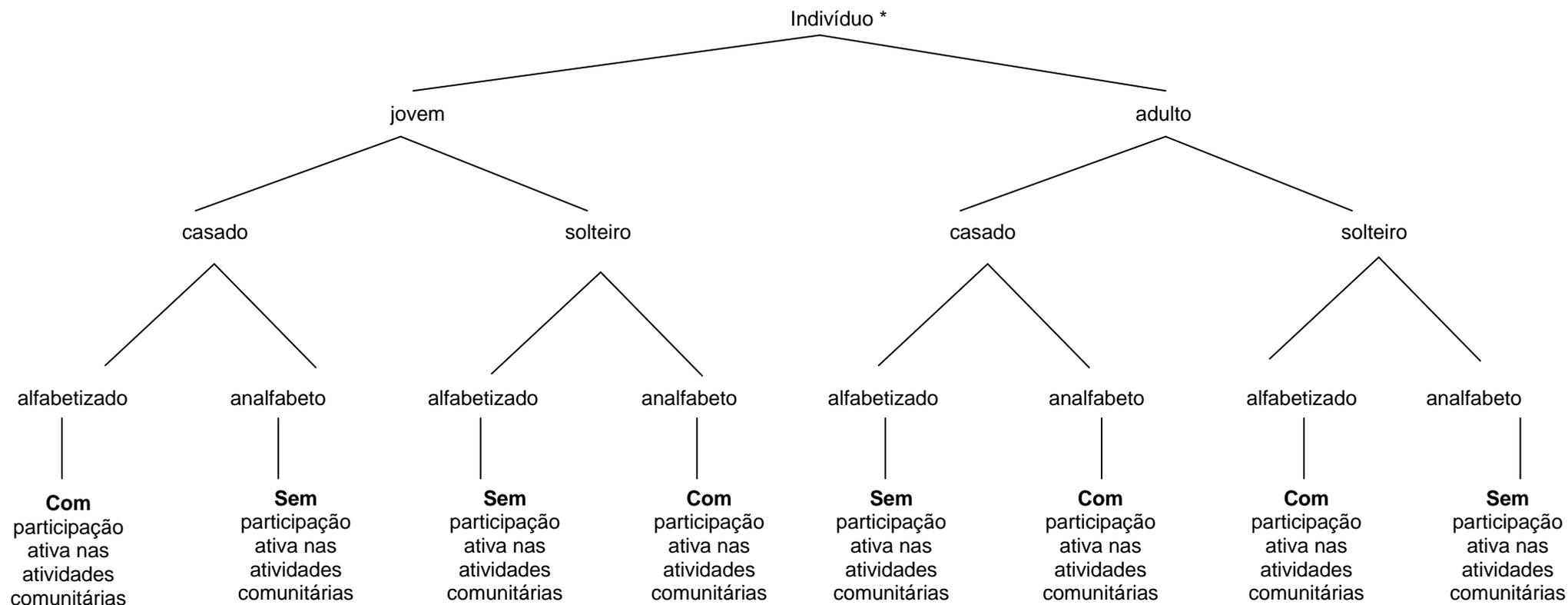
Assim pensando, define-se a amostra como sendo composta por indivíduos agricultores e agricultoras familiares quilombolas dos sexos masculino e feminino, jovem e adulto(a), casado(a) e solteiro(a), analfabetizado e analfabeto(a), residentes nas comunidades de remanescentes de quilombos de Angico, no Município de Bom Conselho, e Castainho, no Município de Garanhuns, com participação ativa ou não nas atividades comunitárias de suas localidades.

O total de indivíduos componentes da amostra corresponde a 07 indivíduos masculinos em Castainho e 06 indivíduos masculinos em Angico e 09 indivíduos femininos em Castainho e 04 indivíduos femininos em Angico, ou seja, 26 pessoas foram entrevistadas.

O gráfico 01 apresenta o percurso que possibilitou tal totalização, embora não tenha uma interdependência com o obtido no trabalho de campo. Por sinal, a esse respeito é preciso dizer que acordou-se com todos os entrevistados que a identidade seria, como foi, preservada, sendo guardado sigilo dos seus nomes. A tabela 01 apresenta a composição da amostra e a tabela 02 apresenta o mapeamento ds entrevistas por categoria.

As entrevistas, foram gravados em meio digital e posteriormente transcritas. Todo o material utilizado para a elaboração do presente documento, se encontra de posse do pesquisador.

Representação Gráfica I – Segmentação da amostra



* a segmentação da amostra corresponde a indivíduos masculinos e indivíduos femininos em cada comunidade, em um total de 26 pessoas

Quadro II

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Quadro dos Entrevistados

ENTREVISTADO	GÊNERO		GERAÇÃO		ALFABETIZADO(a)		ESTADO CIVIL		PARTICIPAÇÃO ATIVA	
	Masc	Fem	Jovem	Adulto(a)	Sim	Não	Casado(a)	Solteiro(a)	Sim	Não
01C	X		X		X			X	X	
02C		X	X		X		X		X	
03C		X		X		X		X		X
04C	X			X		X	X			X
05C		X		X		X	X			X
06C		X		X		X	X		X	
07C	X		X			X		X	X	
08C	X			X		X	X			X
09C		X		X		X		X		X
10C	X		X		X			X		X
11C		X	X		X			X	X	
12C	X		X		X		X			X
13C		X		X		X	X		X	
14C		X	X		X			X	X	
15C		X		X	X		X			X
16C	X			X		X		X		X
01A		X	X		X			X	X	
02A	X			X		X		X	X	
03A	X			X		X	X			X
04A	X		X		X		X			X
05A		X	X		X		X			X
06A	X		X			X	X			X
07A		X		X	X		X		X	
08A		X		X		X		X	X	
09A	X		X		X			X	X	
10A	X			X	X			X	X	

Este quadro é utilizado para identificar as características do entrevistado tendo o nome do entrevistado preservado. C= Castainho / A=Angico

Quadro III

MAPEAMENTO DAS ENTREVISTAS POR CATEGORIAS

CATEGORIA	ENTREVISTAS																										
	01C	02C	03C	04C	05C	06C	07C	08C	09C	10C	11C	12C	13C	14C	15C	16C	01A	02A	03A	04A	05A	06A	07A	08A	09A	10A	
CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO	P.03	P.04 P.05	P.05 P.06	P.07	P.08		P.11 P.12	P.14 P.15 P.16	P.17 P.18		P.20 P.21 P.22		P.25 P.26 P.27 P.28		P.29			P.34							P.45	P.47 P.48	P.51 P.52
DESENVOLVIMENTO LOCAL	P.05	P.05	P.06	P.06 P.07			P.11	P.13 P.14 P.15	P.16	P.19	P.20 P.21		P.25		P.29												
EXTENSÃO RURAL								P.06 P.13 P.14 P.15					P.24							P.37							P.49
AÇÕES AFIRMATIVAS				P.08				P.12	P.16		P.20		P.24	P.27	P.30		P.32		P.34	P.36 P.37	P.38	P.40	P.42		P.46	P.49	

Legenda: 01C ou 01A e assemelhados correspondem, respectivamente a: entrevista 01 Castainho / entrevista 01 Angico
P.01 corresponde à página indicada no documento de transcrição das entrevistas.

Observação: O documento de transcrição das entrevistas está disponível com o autor do presente trabalho.

As entrevistas foram realizadas no formato semi-estruturado por que permite ao pesquisador mais espaço para investigar, sondar diálogo e mais flexibilidade para aprofundar conteúdos.

As perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade. [...] Considera-se que esses tipos de entrevistas permitem que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas, mas ainda forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas focalizadas. (MAY, 2004, p.148)

O conjunto de perguntas abertas foi formulado, vide tabela 03 abaixo, todavia foram colocadas de modo a favorecer o bom entendimento por parte das pessoas entrevistadas.

Quadro IV - Perguntas e sua relação com os objetivos da pesquisa

Objetivo Específico	Pergunta da pesquisa
Investigar em que medida as comunidades quilombolas são envolvidas no processo de planejamento governamental a ponto de perceberem e/ou aperceberem a implementação dos programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro em suas localidades;	• que ações de governo estão nas comunidades quilombolas? (que programas de governo passaram por aqui?)
	• como é que foi a atuação dos programas (a, b, etc) e o que você me diz sobre estes programas?
	• Você participou de encontros ou eventos do Governo Federal em que foram definidas linhas de ação para programas de extensão rural e desenvolvimento local em Comunidades Quilombolas?
	• Na sua opinião, os programas de governo são mesmo voltados para as comunidades quilombolas?
Identificar nas comunidades pesquisadas sinais que indiquem a ocorrência de capital social comunitário e como os programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas ao desenvolvimento local, estão contribuindo para o fortalecimento deste capital social comunitário;	• O que foi bom ou esta sendo bom do programa X?
	• O que está sendo ruim do programa x?
	• Como é que foi a participação do pessoal nestes programas?
	• o que foi feito a partir do programa?
Investigar as principais necessidades apontadas pelas comunidades que poderiam ser objeto de propostas governamentais no sentido de atender as reais necessidades e anseios das comunidades quilombolas	• Que necessidades pessoais os programas de governo poderiam ajudar a melhorar?
	• Que necessidades do grupo os programas de governo poderiam ajudar a melhorar?
	• Qual o seu maior desejo? Como poderia ser realizado? (com sua ação, com a ação da comunidade e com a ação dos programas de governo)

A pergunta da pesquisa

A metodologia da pesquisa deve dar conta de responder a seguinte pergunta definida como foi definido o problema da pesquisa:

Como as comunidades de remanescentes dos quilombos estão sendo contempladas pelo governo brasileiro no sentido da construção do desenvolvimento local a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural?

Os objetivos, temática e categorias

O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar em que medida os programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro, dirigidos para as comunidades de remanescentes dos quilombos, estão favorecendo o desenvolvimento local dessas comunidades a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural e sob o ponto de vista das ações afirmativas, do capital social comunitário, da extensão rural e do desenvolvimento local.

Como objetivos específicos definiram-se:

- Investigar em que medida as comunidades quilombolas são envolvidas no processo de planejamento governamental a ponto de perceberem e/ou aperceberem a implementação dos programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro, em suas localidades;
- Identificar nas comunidades pesquisadas sinais que indiquem a ocorrência de capital social comunitário e como os programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas ao desenvolvimento local, estão contribuindo para o fortalecimento deste capital social comunitário;
- Investigar as principais necessidades apontadas pelas comunidades que poderiam ser objeto de propostas governamentais no sentido de atender às reais necessidades e anseios das comunidades quilombolas.

As principais temáticas abordadas na revisão da literatura referem-se a aspectos atinentes a capital social comunitário, extensão rural, desenvolvimento local e ações afirmativas, bem como a questões relativas a ruralidade e territorialidade. Alinham-se ao fio lógico da temática escolhida assuntos como

políticas públicas de inclusão PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e sua relação com as comunidades de remanescentes de quilombo, embora se saiba que esta não é a única política pública implementada pelo Governo Federal para as comunidades quilombolas. O PRONATER é visto então sob a ótica da inclusão das comunidades quilombolas na perspectiva de construção do desenvolvimento local. A revisão da literatura engloba também estudos e pesquisas referentes às comunidades quilombolas em termos históricos e no tocante à realidade atual. Considera de forma especial a questão do capital social comunitário e, neste sentido, procura a possível influência das políticas públicas sobre o saber e a tradição local daquelas comunidades.

Utilizando informações e dados oficiais e a legislação brasileira relativa ao assunto, a revisão da literatura busca junto a autores e a entidades governamentais como, por exemplo, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, SEPPIR – Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, INCRA referência analítica, informação e reflexão que consubstanciem o trabalho.

O suporte teórico que apóia este conteúdo vem, dentre outros, dos estudos de Albaladejo (2005), Anjos (2006), Araújo (2003), Araújo (2006), Bebbington (2005), Beyer (2006), Bourdieu (1993), Brandão (2006), Caporal (2006), Cardoso (1977), Carneiro e Nichols (2006), Carril (1997), Cattani (2003), Demo (2006), Durston (2000), Franco (2001), Furtado (2007), Gomes (2005), Gomes (2006), Jesus (2003), Lima (2003), Lima (2004), Márques (2007), Martins (2004), Morin (2001), Munanga (2003), Oliveira (2005), Pena e Bertolini (2004), Perrenoud (2000), Piñeiro (2002), Pires (2003), Quevedo (1999), Ribeiro (1983), Rodrigues (1976), Santos e Callou (1995), Sawaia (2006), Silva (1986), Simão (2002), Skidmore (1976), Valle (2003).

As categorias eleitas para análise e estudo no presente trabalho são:

- Capital social comunitário;
- Desenvolvimento local;
- Extensão rural;
- Ação afirmativa.

Um estudo como este deveria possivelmente contemplar outras categorias. Ciente de tal necessidade o trabalho também considera como relevantes, mas não como objeto central de análise/cotejamento/conclusão, as categorias abaixo:

- Competências;
- Concertação;
- Empoderamento;
- Inclusão versus exclusão;
- O local, o rural e o urbano;
- Políticas de inclusão;
- PRONATER – Prog. Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Resistência;
- Ruralidade;
- Territorialidade.

CAPÍTULO II – Construindo referências I

Sobre Desenvolvimento Local, Capital Social e Políticas de Inclusão - a quem e para que serve o desenvolvimento?

Este capítulo inicia com construindo referências I. Estudam-se temas como desenvolvimento local, capital social e políticas de inclusão, concertação, empoderamento, quilombo, mocambo, quilombola, inclusão/exclusão, ação afirmativa e políticas de inclusão, estado e políticas públicas afirmativas.

Desenvolvimento local

Para se falar de desenvolvimento local é útil, antes, refletir sobre o que seja desenvolvimento. Mas também é importante pensar que *O próprio desenvolvimento criou mais problemas do que soluções e conduziu à crise profunda de civilização que afeta as prósperas sociedades do Ocidente.* (MORIN, 2001, p.70). Para essa discussão, cabe evocar os conceitos de Franco (2001, p.13-14):

No velho mundo industrial as organizações eram constituídas para crescer e não para se desenvolver. Mas desenvolvimento é muito mais do que crescimento. E não são apenas as sociedades que devem se desenvolver mas também as empresas, os órgãos governamentais e as organizações do terceiro setor.

Desenvolvimento agora envolve capacidade de inovação, de fazer parcerias, de criar ambientes favoráveis à sinergia e de aproveitar as inusitadas potencialidades da simbiose. Esses são os novos conceitos-chave da mudança para uma nova concepção de desenvolvimento.

Tais observações não levam em conta o aspecto das várias dimensões do desenvolvimento. Até recentemente tinha-se como referência e único fator, ou indicador de desenvolvimento, a dimensão econômica. Contudo, afora a dimensão econômica existem outras dimensões como a social, a cultural, a ambiental, a político-científico-tecnológica e a territorial,¹² que embora mantendo um relativo grau

¹² Sob o ponto de vista da dimensão social é de chamar a atenção o fato de que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, que em percentual representa quase 50% da população, estando atrás apenas do país africano Nigéria. Nessa condição, o natural seria que as políticas públicas voltadas para o

de autonomia em relação a outra, “Todas essas dimensões compõem no processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual condicionando-o” (FRANCO, 2001, p.18). Numa outra abordagem, todavia pertinente porque complementar, em relação ao tema aqui estudado, e que vale a pena levar em consideração e refletir, Cardoso (1977, p.26) apresenta que:

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação extrema (CARDOSO, 1977, p.26)

Ainda no âmbito do desenvolvimento apresentam-se as noções de desenvolvimento local, que é entendido como "o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para as populações locais, mobilizando capacidades e energias endógenas" (LIMA, 2003, p.11 e p.27) ou “processo de concertação/orquestração dos diferentes atores sociais empenhados no desenvolvimento sustentável das potencialidades econômicas endógenas” (CALLOU, 2003, p.27).

Fica, pois, claro que num trabalho que aborde o desenvolvimento local como temática deveria estar inserido um conceito de desenvolvimento cuja ênfase sob o aspecto econômico não se sobreponha a outros matizes conceituais. Encontramos em Jesus (2003, p.72) uma definição de desenvolvimento local mais adequada ao propósito deste trabalho, não só pela simplicidade, profundidade e abrangência, mas sobretudo, pela visão holística e planetária que o autor consegue sugerir:

Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. (JESUS, 2003, p.72)

E complementa o autor com a seguinte proposição:

Pode-se, pois, dizer que se está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local,

desenvolvimento local abordassem a questão do negro não como tema transversal mas como uma dimensão do desenvolvimento, o que, de fato, não ocorre e leva a seguinte indagação: Estaria a presente dificuldade dos governos em tornar efetivas as políticas de desenvolvimento esbarrando neste aspecto técnico?

resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente do local. [...] A compreensão e a crítica em torno de desenvolvimento local supõem a compreensão e a crítica em torno de desenvolvimento. A definição de desenvolvimento o indicará como um processo que causa ou promove mudanças.

Naturalmente, então, surge a noção de local: o que significa, ou o que é este local, no contexto do desenvolvimento? Uma possível resposta a esta questão pode ser encontrada em Pires (2003, p.60):

Que local é esse? [...] O local é outra extremidade do global. Não há local sem global e vice-versa. [...] *‘o local e global não formam mundos à parte’* [...] Podemos dizer que é no local que a globalização se materializa [...] o assunto local não diz respeito tão somente a um “local” específico, mas revela as articulações de um local com o todo, isto é, com o global. O local traz sempre associado uma idéia de proximidade, vizinhança, identidade, raízes comuns, expressando, de um modo geral, laços mais fortes entre as pessoas.

A mesma autora diz que *a globalização, como a gente sabe, implica uma redefinição radical das noções de tempo e espaço, repercutindo numa concepção diferente do que seja local e global nacional e supranacional e, claro, uma noção diferente o que seja campo e cidade.* (PIRES, 2003, p.60).

Entende-se que quando se fala de local se está falando de um ponto relativo ou pertencente a determinado lugar ou ao lugar em que se vive. Já quando há uma referência a lugar se está referindo, mais das vezes, região não especificada, área de limites definidos ou indefinidos como, por exemplo: país, cidade, povoação. Em aceitando esta proposição como factível, é possível que caiba no presente contexto a reflexão de Bourdieu (1993, p.160) a cerca de lugar, esta, talvez, melhor se preste a reflexão futura, em relação às comunidades quilombolas:

Considerados como corpos (e indivíduos biológicos), os seres humanos estão, do mesmo modo que as coisas, situados em um lugar [...] O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, *existe*. [...] seja como localização, seja [...] como posição [...] O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, [...] Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* [...] Como espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais.

Assim pensando é que se abordam, à luz das ponderações de Jesus (2003, p.74), Pires (2003, p.60), Lima (2003, p.11 e p.27), Callou (2003, p.27) e Bourdieu

(1993, p.160) a necessidade de averiguar em que medida as Comunidades Quilombolas estão sendo atendidas, através dos seguintes questionamentos:

- Como assegurar a definição e implementação de políticas públicas de apoio a desenvolvimento local em comunidades quilombolas?
- Como garantir, num contexto de desenvolvimento local; a elevação sócio-econômica-cultural das comunidades rurais quilombolas contribuindo com a consolidação do pensamento crítico e preservando a tradição e a ancestralidade?
- Como contribuir para trabalhadores e trabalhadoras desenvolverem competências que reflitam autonomia, iniciativa, empreendedorismo, além daquelas relacionadas com a gestão e a autogestão?

Entende-se que a resposta a estas reflexões pode ter como base a noção de desenvolvimento local e esta *pode, perfeitamente, se constituir como uma idéia-força capaz de instituir a 'concertação social'*. (PIRES, 2003, p.59) e essa perspectiva é sempre pautada na idéia de confiança, de relação e de reciprocidade.

Concertação

Concertação é entendida como um *Consenso fundamental em torno das questões mais urgentes, num clima de diálogo, de abertura e de disposição para colaborar*. (D. DEMÉTRIO, 2005). O processo de concertação é definido também como:

Concerto: acordo para um fim comum; conjunto de fatores que entram em concordância; conciliação [...] sinônimo de Negociação Coletiva de Trabalho é utilizado amplamente com o sentido de solução de conflitos pela via da negociação ou composição amigável, [...] 'Concertación', significar: Acuerdo o trato entre dos o más personas; él actuó de intermediario en la concertación entre la clase patronal y lo sindicato de trabajadores [...] ato de concertar, harmonizar, ajustar, ou colocar as coisas em harmonia, compor, solucionar,... daí por diante. Em fim, *conciliação através do entendimento* [...] (CATARINO, 2005, SP. grifos nossos)

A concertação é almejada em cima de processos de organização e de geração de capital social, sempre perseguindo certa harmonia. Ou seja, não é possível negar esses processos cumulativos de organização e acumulação, ainda que de forma nem sempre harmoniosa, mas sempre em função do desenvolvimento.

Acredita-se como razoável afirmar que políticas de desenvolvimento através de iniciativas concertadas devem privilegiar, como ponto de partida, a inclusão e a

redução de desigualdades. Em assim sendo, nessas políticas, o fator econômico seria um dos fatores, mas não o determinante principal, como tem ocorrido. É que

[...] não existe propriamente desigualdade econômica, por que bens materiais não são agentes históricos – desigualdade somente aflora entre agentes históricos que disputam poder e outras dimensões correlatas, como prestígio, oportunidade, vantagens, liderança. (DEMO, 2006, p.27)

Por outro lado há de se considerar que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer a espécie humana.” (MORIN, 2001, p.55)

Acolhendo-se também a tese de que:

Concebido unicamente de modo técnico-econômico, o desenvolvimento chega a um ponto insustentável, inclusive o chamado desenvolvimento sustentável. É necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral... [...] O século XX não saiu da idade de ferro planetária, mergulhou nela. (MORIN, 2001, p.69)

Assim, tal tese conduz a outras perguntas:

- Estariam as Comunidades Quilombolas, que se encontram no cerne da desigualdade, carecendo de políticas especiais de Inclusão para além das existentes e declaradas pelos governos em suas políticas públicas?
- A esta noção de desenvolvimento que Morin propõe, mais complexa, não somente material, poder-se-ia acrescentar a noção do efetivo acolhimento caracterizado tecnicamente como inclusão?

Quando se considera o quadro de desigualdades e discriminação no Brasil atual constata-se em Cattani (2005) uma situação que continua a indignar e estarrecer:

Dados recentes sobre a situação social, produzidos a partir do Censo 2000 e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2003, revelam, sob múltiplos ângulos, a gravidade do quadro que se reproduz há várias décadas. [...] Apesar de o Brasil ter passado da 71ª posição em 2001 para a 65ª no Índice de Desenvolvimento Humano em 2002, o fosso entre os mais ricos e os mais pobres aumentou. *Um dos elementos centrais nos processos de produção e de reprodução da desigualdade é, justamente, a distribuição de renda.* Nesse item, registram-se, novamente, situações absurdas, sem equivalentes em países do porte econômico do Brasil. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres, detendo ainda 62% dos imóveis rurais produtivos, 67% dos ativos financeiros, 72% dos títulos públicos federais e 85% do patrimônio líquido das empresas privadas. (CATTANI 2005, p.56, grifos nossos).

Acresce que:

O Brasil adquiriu em décadas recentes a triste reputação de ser um dos países mais desiguais do planeta. Estudos realizados nos últimos vinte anos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, vinculados a organismos internacionais e institutos nacionais de pesquisa (em especial o IPEA), tem revelado consistentemente uma extrema concentração da renda, da riqueza e de outras distribuições, como educação e capital humano, configurando um quadro de profundas desigualdades socioeconômicas. (MARTINS, 2004, p.9-11)

O autor, Martins, ainda afirma que,

No rico e variado universo das desigualdades brasileiras são bastante conhecidas e estudadas as desigualdades entre as regiões, entre as áreas urbanas e rurais, as disparidades intrametropolitanas e as grandes iniquidades presentes na distribuição interpessoal de renda. [...] Muito menos estudadas e divulgadas, mas extremamente importantes como uma das dimensões fundadoras da desigualdade brasileira, são as disparidades que se observam entre as raças. [...] a aparência de “democracia racial” da sociedade – ocultam aos olhos do observador externo, e mesmo de muitos brasileiros, o grande abismo existente entre as condições econômicas e sociais dos seus dois maiores grupos étnicos: os brancos, de origem européia e os negros, ou afrodescendentes. [...]

Assim pensando conclui que,

Apesar disso, entretanto, só muito recentemente as desigualdades raciais começaram a adquirir expressão estatística clara, através de levantamentos e medições sistemáticas, e a ser regularmente divulgadas com a chancela dos órgãos governamentais.[...] Mesmo hoje, entretanto, essa prática continua incipiente e não constitui uma norma, permanecendo grandes lacunas em várias áreas, especialmente nas estatísticas educacionais. [...] (MARTINS, 2004, p.9-11)

“As desigualdades raciais constituem um fenômeno antigo no Brasil. No entanto, seu estudo e quantificação são escassos já que é recente a desagregação dos indicadores por raça.” (MARTINS, 2004, p.7) No caso dos Quilombolas esta situação de isolamento permanece até em nossos dias com as conseqüências decorrentes do fato histórico e político, tornando cada vez maior a necessidade de apoio formal, seja do Poder Público ou de entidades da sociedade civil organizada.

Diante de um processo de exclusão histórica, 400 anos de escravidão agravado pelo isolamento geográfico e por anos de descaso e insensibilidade do Poder Público, igualmente de um isolamento econômico, social e tecnológico as Comunidades de Remanescentes de Quilombo foram levadas a uma situação de pobreza e vulnerabilidade inigualáveis em termos de Brasil.

Essas comunidades estão de tal modo social, tecnológica e economicamente desfavorecidas que é possível dizer que são, no Brasil, os mais excluídos dentre os excluídos!

Existe na sociedade brasileira uma série de desigualdades, que se manifesta especialmente por meio da exclusão socioeconômica de determinados grupos, entre eles o dos negros (Munanga, 2003). Deve-se deixar claro, no entanto, que se trata de uma desigualdade conjuntural, produto de um processo histórico de escravidão e racismo pois, como já se afirmou, não existe desigualdade biológica estrutural. Aristóteles já alertava em sua *Ética a Nicômaco* que tratar igualmente os desiguais constitui injustiça. Assim, vários segmentos da sociedade brasileira têm argumentado que já é hora de se iniciarem ações corretivas para sanar esta situação de desigualdade, adotando políticas públicas compensatórias de ação afirmativa, [...]. (PENA e BERTOLINI, 2004)

Empoderamento

Houaiss (2001) define o vocábulo poder como a possibilidade, natural ou adquirida, de fazer determinadas coisas, uma capacidade ou faculdade que se constitui no meio pelo qual se vence uma dificuldade, um embaraço. Mas, também, o vocábulo poder pode significar um recurso, uma qualidade de quem demonstra capacidade, aptidão ou perícia.

Assim pensando, e considerando que o vocábulo empoderamento seria um neologismo e, como tal, passível de interpretações díspares, assume-se, no presente trabalho, a categoria empoderamento¹³ como uma das formas de instrumentalizar a comunidade no sentido de buscar autonomia e sustentabilidade por meio de mecanismos que permitam, sobretudo, a intervenção social sob o ponto de vista da mudança social positiva e não violenta. Assume-se aqui a noção de empoderamento (empowerment) como sendo outorga de poder, isto por que:

“Empowerment é um conceito que regularmente torna a se apresentar nas discussões sobre políticas empresariais de recursos humanos. Naquele contexto refere-se aos poderes transferidos a empregados ou trabalhadores para tomarem certas decisões individualmente (Munanga, 1996, p.19).

Eis a razão por que o empoderamento é visto aqui como uma importante forma de instrumentalizar pessoas e grupos excluídos do processo de desenvolvimento e assim poder contribuir para que estas pessoas e estes grupos,

¹³ Munanga (1996, p. 19), por exemplo, prefere “na falta de uma tradução satisfatória em português para a abrangência que o conceito tem na África do Sul, será mantido o termo em inglês. No contexto da administração de empresas no Brasil tem se usado a expressão “potencialização” como tradução de *empowerment*, o seu sentido jurídico poderia ser traduzido como capacitação, ao passo que em sentido político amplo pode se traduzir como outorga de poder”.

de posse de informações e estratégias adequadas, possam escrever o seu papel e assumir a sua ação cidadã no centro do processo desse mesmo desenvolvimento. Ou seja, o empoderamento seria um dos caminhos para se alcançar o que Demo (2006, p.31) denomina de qualidade política:

O contrário de pobreza política é “qualidade política”, designando especialmente a dinâmica da cidadania individual e sobretudo coletiva. Implica a capacidade de construir consciência crítica histórica, organizar-se politicamente para emergir sujeito capaz de história própria, e arquitetar e impor projeto alternativo de sociedade.

Há no entanto que rememorar a questão quilombola como estando no centro do problema da pobreza, exclusão e falta de oportunidades no Brasil. Fica, pois, claro que não é possível tratar a questão da pobreza em comunidades remanescentes dos quilombos sem abordar as políticas de inclusão para o desenvolvimento local, a construção de competências e a formação do capital social comunitário a partir do individual.

Enfim, existem condicionantes e situações que justificam uma tomada de posição especial por parte da sociedade e principalmente das políticas públicas. Cada vez mais fica clara a necessidade de se aplicar medidas no sentido das ações afirmativas, políticas de inclusão e redução das desigualdades com vistas a contribuir para o empoderamento e a autonomia na busca do desejado desenvolvimento local das Comunidades Quilombolas. Eis a razão porque se retoma a relação do Estado com as ações afirmativas e se passa a enfocar estas outras questões acima referidas.

Quilombo, mocambo, quilombola, quilombismo: significantes da resistência?

Antes de estudar as categorias escolhidas, cabe uma reflexão sobre o significado da palavra Quilombo.

A legislação brasileira sobre o assunto, no Artigo 2º do Decreto Nº 4.887, de 20/11/2003 estabelece:

Consideram-se remanescentes de comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com

presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Muitos são os estudiosos que se dedicaram a estudar a origem da palavra quilombo. Piñeiro (2002, p.128) diz que os grandes quilombos já não eram tão comuns após 1850. É que o abastecimento de negros vindos da África havia cessado, o que aumentou o preço dos escravos, justificando um maior controle sobre os cativos. Contudo, os quilombos continuaram existindo e existiriam em todo o período da escravidão sendo vistos como uma das referências da resistência do escravo. O autor revela que a reunião de cinco ou mais escravos fugidos em algum lugar já era considerada quilombo.

Gomes, (2005b) ao se referir a comunidades de escravos fugidos, constata, nas Américas, a ocorrência dessas comunidades “com organizações singulares e duradouras”, tendo recebido várias denominações:

Na Colômbia e Venezuela, eram respectivamente *pelenques* e *cumbes*. No Caribe inglês e nos Estados Unidos, foram denominados *maroons societies*. Em Cuba e Parte da América espanhola, acabaram conhecidos por *cimarrones*. E no Caribe Francês, o referido fenômeno recebeu o nome de *maronage*. (GOMES, 2005b, p.9)

Gomes (2005a, p.20 e 23) identifica que “nas línguas das regiões costeiras do Congo e Angola, e ainda no português do Século XIX, evocavam o acampamento insurgente de guerreiros. Na nota 21, na página 23, o autor completa dizendo que “Originalmente, era um acampamento móvel de guerreiros. “Para os portugueses no século XIX, designava também, por extensão, o acampamento de um viajante europeu e seus trabalhadores”.

Quilombo e mocambo

Houaiss (2001) não faz distinção entre as palavras quilombo e mocambo quando as define como *refúgio, geralmente em mata, de escravo(s) foragido(s); quilombo*. Para Gomes (2005b) a palavra quilombo vira sinônimo de mocambo e passa a ser padrão a partir do século XVIII e XIX. Mocambo “[...] ao que parece – é denominação mais antiga registrada no final do século XVI” (GOMES, 2005b, p.10). As palavras mocambo e quilombo indicam as comunidades de fugitivos no Brasil. A palavra mocambo significa acampamento. Gomes (2005a, p.20) concorda dizendo

que quilombo, “nas línguas das regiões costeiras de Congo e Angola, e ainda no português do século XIX, evocava o acampamento insurgente de guerreiros”.

Quilombismo

Quilombismo, segundo Gomes (2005a, p.18) é um termo criado por Abdias Nascimento para indicar a tradição de luta “do sentimento de liberdade do negro e de suficiência no governo de sua própria conduta” (Abdias Nascimento, apud GOMES, 2005a, p.18).

Quilombo: isolamento e resistência

O contexto histórico indica que o isolamento e a resistência eram características que, por uma questão de proteção e sobrevivência, marcaram a origem dos quilombos e mantêm, ainda no presente, as comunidades quilombolas no centro das desigualdades e da discriminação. Todavia Gomes (2005b) diz que

Transformar as histórias dos quilombos nas Américas tão-somente em capítulos da resistência escrava é retirar-lhes não apenas a historicidade e o legado, mas também a possibilidade de entender o funcionamento das sociedades nas quais se estabeleceram, assim como formas de domínio, percepções políticas, agenciamentos, negociação, violência e vida cotidiana existentes. (GOMES, 2005b, p.11)

Anjos (2006) apresenta que *os quilombos situavam-se em regiões acidentadas; montanhosas, pântanos que dificultassem o acesso dos agressores*. Esta características físico-geográficas e sócio-econômicas permanecem nos dias atuais:

As comunidades remanescentes de quilombos [...] abrigam a população negra escravizada e desprovida de acesso a políticas públicas educacionais, saúde, habitação e trabalho. [...] Por questões históricas, os quilombolas não tiveram acesso aos direitos constitucionais. Em geral, são pessoas que não sabem ler e escrever nem desfrutam dos bens e serviços que estruturam esse imenso Brasil. [...] As necessidades dessas comunidades ressaltam a imprescindível política de identificação, titulação e proteção das terras quilombolas; o fomento ao desenvolvimento econômico; a melhoria do acesso aos programas de saúde; a urgência por ações nas áreas de educação e capacitação profissional, e a implantação de políticas de preservação do patrimônio cultural. (ANJOS, 2006, p.9)

Cabe ainda destacar a categoria resistência como elemento histórico que fundamenta, e talvez explique a existência de comunidades quilombolas nos dias atuais. Parece que um dos principais motivos do aquilombamento foi a possibilidade

de fortalecimento mútuo da capacidade de resistir. Portanto ao se considerar nos dias de hoje a questão do desenvolvimento local não se pode perder de vista a relação entre sobrevivência, resistência e desenvolvimento na construção de novas perspectivas no campo do desenvolvimento local. Neste particular cabe referir também à questão da terra. Embora não seja propósito do presente trabalho abordar o tema, vê-se a questão da terra sob dois pontos de vista relacionados à questão da resistência e às comunidades quilombolas. Primeiramente terra como

busca de identidade, isto é, da representação e construção do eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso desta como referência de liberdade, felicidade e cidadania, tanto nas relações interpessoais como intergrupais e internacionais [...] identidades locais são recriadas a partir de características como raça, religião, etnia, para se refugiar da globalização homogeneizadora (SAWAIA, 2006, p.119).

Com base na afirmação acima a questão da terra não se vincula à produção e fixação da pessoa no seu lugar de origem, como preconizam freqüentemente as iniciativas públicas. Pensar assim enseja inclusive a possibilidade de se ver como natural realocar comunidades quilombolas para dar espaço ao divisor de águas de uma determinada barragem. Seria uma mera mudança de lugar. Do ponto de vista aqui lembrado a questão da terra é antes de tudo uma questão de identidade.

Identidade esconde negociações de sentido, choque de interesse, processo de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço. (SAWAIA, 2006, p.123)

Feita esta breve digressão, volta-se ao tema resistência para confirmar o que diz Simão (2002, p.88) quando afirma que *o ato resistência já conteria embutida a finalidade da acomodação a um regime social bastante flexível para assimilar as reivindicações da sua força de trabalho e de lhe proporcionar melhorias tangíveis*. Entretanto é oportuno ressaltar que *o trabalhador escravizado resistiu ao sistema escravista de várias maneiras [...] Nesse sentido, o trabalhador escravizado não pode ser visto como elemento permanentemente acomodado à escravidão* (SIMÃO, 2002, p.90). O que faz pensar em que medida a luta escrava sob a ótica da resistência é também um elemento estrutural da sociedade escravista. Piñeiro (2002, p.49) diz que “a relação entre o senhor e o escravo é marcada por quatro elementos básicos: a violência, o controle, o paternalismo e a resistência”. E que a resistência se apresenta como um produto de um antagonismo de classes. E continua o autor dizendo que “a resistência escrava, como produto da contradição social, de classes,

é entendida como *a forma de luta de classes, por parte do escravo, numa sociedade escravista*". Interessante é notar que, no momento atual das comunidades quilombolas é possível identificar pelo menos três dos pressupostos teóricos aqui levantados em sua relação com as políticas governamentais. Salvo engano, o pressuposto controle guarda relação com ações de governo através das linhas de atuação chamadas *demanda induzida*, o pressuposto paternalismo com programas governamentais tipo *bolsa família, bolsa renda, vale gás e assemelhados*, e o pressuposto resistência com a, nem sempre pacífica, questão da terra.

Inclusão/exclusão: Polissemia? O que resultou dos vários olhares?

Tema difícil, exclusão tem estado presente nos estudos de diferentes áreas do conhecimento. "Conceito que permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade [...] até a de injustiça e exploração social" (Sawaia, 2006, p.7), o conceito de exclusão tem servido como uma espécie de guarda-chuva para abrigar a imprecisão conceitual que as condições sociais do mundo globalizado não conseguem explicar com objetividade e clareza. A exclusão/inclusão é um processo que ressalta várias configurações:

a dimensão objetiva da desigualdade social a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento [...] A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão [...] Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a "dialética exclusão/inclusão". (SAWAIA, 2006, p.8),

E completa a autora:

[...] o que queremos enfatizar ao optar pela expressão dialética exclusão/inclusão é para marcar que ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação.(SAWAIA, 2006, p.108)

Para Wanderley (2006) A invenção do conceito de exclusão é atribuída a René Lenoir em 1974, "não mais como um fenômeno de ordem individual mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas". No Brasil a noção de exclusão aparece nos anos 80 em trabalhos de Hélio Jaguaribe e também na mídia e em trabalhos acadêmicos, acompanhando o movimento internacional. Wanderley ainda ressalta aspectos pertinentes relativos à questão da inclusão como, por exemplo, o fato de que

“Qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere (2006, p.18).” E que “[...] pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articuladas [...]”. Esta articulação é demonstrada por meio do que a autora chama de “Conceitos que emergem de diferentes matrizes psicológicas e sociológicas”. Dentre as matrizes apontadas destaca-se,

[...] d) A *apartação social*: proposta por Cristóvão Buarque (1993) designa um processo pelo qual denomina-se o outro como um ser “à parte”, [...] como um não semelhante, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc. mas do gênero humano. É uma forma contundente de intolerância social. (Nascimento, 1995:25)” (WANDERLEY, 2006, p.22)

Entende-se, para fins deste trabalho a inclusão sob o ponto de vista abordado por Jesus e Mance (2003, p.149) que, de forma aparentemente original e holística conseguem definir o que seja exclusão a partir da negação total ou parcial do conceito de inclusão, ou seja:

A inclusão, por sua vez, pode ser entendida como o processo ou situação de participação como ator e beneficiário, em contextos de oportunidades de trabalho ou de distribuição da riqueza produzida ou ainda de políticas públicas. Sua negação, total ou parcial, configuraria um quadro de exclusão.

Márquez (2007) salienta ainda que “El concepto de exclusión se enfoca en la naturaleza multi-dimensional y dinámica de la privación, en las interacciones entre esas dimensiones, y en el individuo y la familia como parte de una comunidad.”

Estudando a educação inclusiva, Beyer (2006, p.85) propõe que:

[...] os diferentes momentos históricos que marcaram as ações do sistema escolar, no sentido de aproximar gradualmente as crianças com necessidades especiais da escola comum [...], gerando-se por meio de diferentes situações, graus diferenciados de aproximação das crianças ditas especiais das ‘normais’.

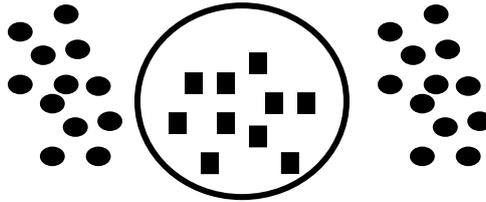
O que, sob o ponto de vista deste trabalho, muito se presta para exemplificar os processos de inclusão/exclusão, tal como parecem ocorrer no âmbito da sociedade brasileira e não apenas no campo da educação.

Beyer (2006) concebeu uma representação gráfica envolvendo inclusão/exclusão em situação escolar/educacional. No caso, deve-se considerar que os pontos redondos representam pessoas com necessidades especiais, pontos

quadrados representam pessoas ditas normais, o círculo grande representa o sistema escolar regular, e o círculo pequeno representa o sistema escolar especial:

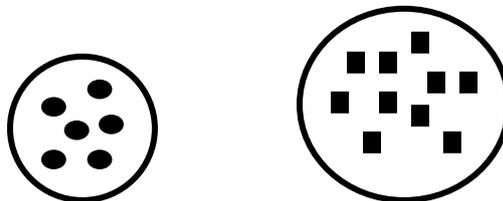
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA II

Situações de interação-EXCLUSÃO



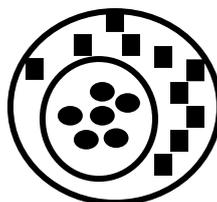
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA III

Situações de interação-SEPARAÇÃO



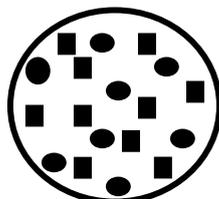
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA IV

Situações de interação-INTEGRAÇÃO



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA V

Situações de interação-INCLUSÃO



Tais situações representadas acima podem ser constatadas, por analogia, no tocante ao estudo da inclusão/exclusão, em relação às comunidades de remanescentes dos quilombos.

Comparativamente pode se considerar, então, os pontos redondos como as Comunidades Quilombolas, os pontos quadrados como a sociedade brasileira, o círculo grande como as políticas públicas generalistas e o círculo pequeno enquanto programas e projetos como, por exemplo o Programa Brasil Quilombola.

Tome-se como exemplo, no campo da educação, o que presentemente ocorre:

Situação I – Exclusão

As comunidades quilombolas foram secularmente deixadas à margem da sociedade. As ações no campo da educação, para aquelas comunidades, simplesmente não existiam, daí por que um alto índice de analfabetismo, ou seja, havia uma situação de *exclusão*.

Situação II - Separação

Nos dias atuais, sob o argumento de implementar políticas públicas de inclusão e na justificativa de apoiar as comunidades no tocante à educação, mas tomando como justificativa a distância e isolamento das mesmas, estão sendo

construídas unidades escolares em comunidades quilombolas nas quais o público quase exclusivo é de crianças e jovens do local, com professores também do local, o que caracteriza, neste caso, uma condição de *separação*.

Situação III - Integração

Haveria uma condição de *integração* caso, mesmo sendo as unidades escolares construídas nas comunidades, o público quase exclusivo do local e também o professorado, existisse um processo de troca de informações e experiências entre as escolas nas comunidades quilombolas e outras escolas do município, assim como, por exemplo um rodízio de professores, e um intercâmbio de material didático e equipamentos que permitisse a interação de informações e a exploração de temas regionais, nacionais ou mundiais.

Situação IV - Inclusão

A *inclusão* somente ocorreria se efetivamente houvesse um processo de troca de experiências entre alunos e professores, contatos pessoais e/ou virtuais entre as escolas, seus corpos docente e discente, e toda a rede escolar municipal e, principalmente, as pessoas das escolas quilombolas tivessem condição de influenciar na condução das políticas públicas no campo da educação do município, no estado, no país.

Um exercício semelhante ao presentemente realizado poderá ser feito também para o campo da saúde, meio ambiente, infra-estrutura e, possivelmente se chegará a constatações semelhantes. É que as políticas públicas afirmativas continuam a olhar a questão do Povo Negro e no caso específico das comunidades quilombolas como tema transversal, quando em realidade esta questão deveria ser encarada como uma dimensão dentro do processo de desenvolvimento local.

Os dados e informações a seguir servem para demonstrar, com isenção e segurança, o que se afirma acima:

Ação afirmativa e políticas de inclusão

Ações afirmativas são medidas especiais, espontâneas ou compulsórias, que o Estado, ou setores da sociedade civil, temporariamente chamam a si,

visando ou eliminar desigualdades historicamente acumuladas ou garantir a igualdade de oportunidades ou ainda recuperar perdas originadas pela discriminação e marginalização causadas por questões raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras.

É possível constatar que “geralmente, ação afirmativa refere-se a uma variedade de programas e medidas que procuram corrigir e compensar desigualdades raciais e de gênero históricas.” (MUNANGA, 2003, p.20-21) Este mesmo autor identifica duas formas de ação afirmativa: ação afirmativa como “justa igualdade de oportunidades” e ação afirmativa como “contratação preferencial”. No primeiro caso, ação afirmativa como “justa igualdade de oportunidades” somente existirá, de fato, caso a sua implementação esteja provisionada de recursos, principalmente financeiros, os quais sejam “instituídos como uma base para a participação (ou competição) efetiva.” No segundo caso, “A contratação preferencial” se refere a medidas corretivas para o caso em que a “justa igualdade de oportunidades” venha a provar não ser adequada. As vezes isto tem sido chamado de “discriminação ao contrário (MUNANGA, 2003 p.20-21)”. Vale dizer que a expressão discriminação ao contrário também é chamada de discriminação positiva.

Munanga (2003) complementa que

As chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de “*equal opportunity policies*”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias (MUNANGA, 2003, p.20-21).

Escolhendo-se, assim, a tese da ação afirmativa como justa igualdade de oportunidades há que se considerar também, para a sua efetividade, a capacidade das comunidades assumirem formas de ação e de trabalho que induzam a busca de medidas, principalmente no setor público, que visem compensar as desigualdades históricas e a adoção de medidas que promovam a equidade social. Uma das ferramentas com as quais se tem trabalhado, na busca da construção da equidade é o chamado empoderamento das comunidades, por meio do empoderamento das pessoas e dos grupos.

Do ponto de vista do presente trabalho é útil que se aborde o empoderamento, como base para reflexões posteriores, para, em seguida, retomar o tema ações afirmativas sob a ótica das iniciativas do Estado.

Para essa discussão, cabe evocar o conceito de Pedro Demo a cerca da pobreza, uma vez que falar de empoderamento é remeter o tema à questão da pobreza. *Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens e oportunidade sociais (DEMO, 2006, p.6).*

Wanderley (2006, p.18-19) ao se referir ao tema exclusão, ressalta que em função da crise da sociedade salarial e com a intensificação do desemprego e da precarização das relações de trabalho faz surgir “um novo conceito de precariedade e de pobreza, o de *nova pobreza*, para designar os desempregados de longa duração que vão sendo expulsos do mercado produtivo e os jovens que não conseguem nele entrar,[...]” (grifos nossos)

Alberto Enrígués Villacorte e Marcos Rodrigues (apud ROMANO, 2003, p.47) afirmam que “Situar as pessoas e grupos sociais que vivem na pobreza ou são excluídos no centro do processo de desenvolvimento significa colocar as instituições econômicas (mercados) e as políticas (estado) a serviço desses grupos, e não ao contrário.”

Para entendimento desse universo tão amplo é preciso trazer um dado histórico:

Em relação à pobreza, a partir da Cúpula de Copenhague (1995), esta foi definida em termos de falta de oportunidades, ausência de poder, isolamento e discriminação – sem deixar de considerar a escassez de renda e a insatisfação de necessidades básicas como elementos também definitórios, embora não exclusivos. Neste novo enfoque, ganharam vigência os termos de exclusão social e vulnerabilidade e se colocaram como desafios vencer mediante políticas de ataque à pobreza, as quais – segundo os paradigmas vigentes – deviam ser orientadas para favorecer a equidade, e a participação cidadã e a justiça social. A partir de então a pobreza se associa aos direitos humanos e à condição de cidadania. [...] Indubitavelmente, os objetivos básicos na superação da pobreza continuam sendo a integração, a equidade e a cidadania. (DIAZ, 2005, p.84-85)

Buscando, então, identificar aspectos complementares ao referido, vemos a questão da pobreza em nível de complexidade muito maior e mais extenso.

Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do *ter*. é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, etc. [...] Mas a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do *ter*. Avança na esfera do *ser* e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda

mais comprometedoras. Mais drástico do que não ter mínimos materiais para sobreviver é não ser nada na vida. (DEMO, 2006, p.25-26)

Aprofundando a visão sob a questão da pobreza, Demo (2006) propõe a noção de pobreza política, ou seja, a pobreza que começa, não com a ignorância cultural, pois na visão do autor, este tipo de ignorância não existe; mas com a ignorância historicamente cultivada. A ignorância mantida historicamente é que conserva as grandes majorias como massa de manobra; as quais inscrevem o seu destino na sustentação de privilégios para as minorias “cada vez mais minoritárias.” Assim, pois, “[...] pobreza pode ser mais bem definida não como apenas carência material, mas como repressão do acesso a oportunidades disponíveis em cada sociedade.” (DEMO, 2006, p.30)

Portanto, estudar o empoderamento das pessoas e dos grupos é, em última análise, averiguar aspectos em relação à questão da pobreza e da equidade social.

Entende-se que uma análise exaustiva da questão da pobreza fugiria aos propósitos do presente trabalho. Assim, pois, passa-se a estudar o empoderamento enquanto possível ferramenta para a construção da equidade social.

Estado e políticas públicas afirmativas

Em relação ao Estado Brasileiro, as medidas no campo das ações afirmativas são muito recentes e, pode-se dizer, provocadas de fora para dentro. Neste particular Santos (2006, p.47) fala de um antigo dilema em que

A discussão entre os intelectuais e militantes negros sobre as ações afirmativas, no Brasil, reforça o argumento de que a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizado em Durban, Sul África, em 2002, provocou a adoção de políticas de ações afirmativas no país. Afinal de contas, naquele contexto internacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu oficialmente a existência do racismo na sociedade brasileira.

Buscando, então, identificar iniciativas do Governo Brasileiro em relação a ações afirmativas, é possível ver, dentre outros, os seguintes exemplos, cotejando-os com as palavras-chave do conceito de ações afirmativas acima declarado:

- desigualdades historicamente acumuladas:
 - Medida Provisória Nº 63 de 26.08.2002 (DOU 27.08.2002) que cria o Programa Diversidade na Universidade, consistindo na adoção de medidas *com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros*. Como resultado direto e imediato foram criadas cotas de vagas para negros em universidades brasileiras. Universidades como a Estadual de Mato Grosso do Sul a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia já implantaram percentuais de vagas para negros.
- garantir a igualdade de oportunidades:
 - Cotas para negros no MDA/INCRA
 - Cotas para deficientes físicos em concursos públicos
- recuperar perdas originadas pela discriminação e marginalização causadas por questões raciais, étnicas religiosas, de gênero:
 - Lei 10.639 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura afro-Brasileira”;
- outras:
 - Acessibilidade a portadores de deficiências como os deficientes visuais e deficientes motores

Outras iniciativas no campo das políticas afirmativas foram implementadas no âmbito do Governo Brasileiro, dentre as quais é possível citar:

- Programa de ações afirmativas do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA com reflexos diretos no estado de Pernambuco, cujas ações encontram-se em desenvolvimento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/PE. Também este Ministério estabeleceu cotas para negros no MDA/INCRA, bem como a Portaria 25 de 21/02/2002 que estabelece a contratação no âmbito do INCRA de empresas que tenham ações afirmativas.
- Programa de Ações Afirmativas do Ministério da Cultura através da Portaria Nº 484 de 22.08.2002. O principal reflexo desta portaria não está apenas nas cotas destinadas a afrodescendentes (20%), mulheres (20%) e portadores de deficiência (5%). A portaria estende esta ação a contratos e licitações para contratação de empresas e consultores, inclusive *no âmbito dos projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais*;
- No âmbito do Governo Federal citamos entidades que já praticam algum tipo de ação afirmativa:
 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
 - Fundação Cultural Palmares;
 - Instituto Rio Branco;
 - Ministério da Ciência e Tecnologia;
 - Ministério da Cultura;
 - Ministério da Justiça;

- Ministério das Relações Exteriores;
- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

As medidas tomadas representam um avanço no sentido de gerar oportunidades para o Povo Negro do Brasil; entretanto, de si, não são em escala que represente uma real e profunda mudança de longo prazo.

Munanga (1996, p.109), quando aborda a questão das comunidades negras rurais e das populações negras remanescentes dos quilombos, apresenta síntese de resultados de grupos de trabalho do I Encontro Nacional, em Brasília, organizado pelo Movimento Negro Unificado, em novembro de 1995. A seguir, é transcrito o resultado do *Grupo de Trabalho I* que se ocupou do que interessa diretamente ao presente estudo:

- a) prioridade de financiamento para comunidades negras rurais e remanescentes dos quilombos;
- b) linhas de crédito agrícola específicas para as comunidades que têm título de propriedade coletiva da terra;
- c) orientação para aumentar a variação do preço de produtos cultivados;
- d) justiça no preço fixado aos seus produtos; [...]
- h) assistência técnica à produção agrícola, à pecuária e à apicultura; [...]
- j) recurso ao ensino a distância por via da televisão, com energia solar; [...]
- n) cursos para formação de pequenos produtores; [...]
- p) reflorestamento com vegetação nativa; [...]
- r) estudos sobre a utilização de mecanismos naturais de combate às pragas [...]

Tome-se como exemplo, em relação às comunidades quilombolas, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, que parece não ter enxergado a solicitação da Comunidade Negra, no encontro acima citado, em novembro de 1995. Eis porque seria pertinente interrogar:

O que leva programas de Governo e políticas públicas a eles vinculadas a “esquecer” e desconhecer ou ignorar necessidades apontadas com antecedência de mais de dez anos?

Considerando a observação de Felisberto (2006, p.70) que “A universidade tem um papel fundamental e decisivo em todo esse processo de desconstrução desses mitos, mas, para começar, deve, ela própria, também se sensibilizar no que se refere a essa temática e propor aplicabilidade”, pergunta-se:

Que papel a universidade pode desempenhar para corrigir tamanha desinformação ou instigar os entes públicos no sentido de acelerar ações de equidade social?

Mesmo diante das incertezas, é preciso dizer que o presente trabalho é um esforço, no âmbito da UFRPE/DE/POSMEX, em contribuir para a aplicabilidade de conhecimentos em relação à temática negra e das ações afirmativas.

A experiência de implantação de ações afirmativas no Brasil é um campo de estudo e análise que deve ser mais bem explorado. O que se tem constatado é que não bastam definir políticas, uma vez que as necessidades seculares carecem de pactos sociais mais amplos e que abordem os diferentes aspectos e se encaminhem, sempre no sentido da real democratização da sociedade brasileira.

Uma das formas de estabelecer o desejado pacto social amplificado é o fomento do capital social comunitário porquanto este pode se constituir em uma estratégia de investimento, uma instigação no sentido da construção de um desenvolvimento local com base na concertação, o que, em si, se constitui no melhor caminho para a democracia e a harmonia de convivência entre Estado e sociedade.

CAPÍTULO III – Construindo referências II

O Capítulo III – Construindo referências II é dedicado ao estudo de temas como ruralidade, territorialidade, capital social comunitário e desenvolvimento local, capital social comunitário, capital social individual, desenvolvimento local, ação afirmativa em comunidades quilombolas, extensão rural.

Ruralidade, territorialidade, capital social comunitário e desenvolvimento local

Do ponto de vista de que “os estudos contemporâneos da Comunicação Rural estarem sinalizando cada vez mais a necessidade de se redefinir as práticas e os aportes teóricos adotados pela Extensão nas Ciências Agrárias” (CALLOU, 2003, p.25) fica a confirmação de que é importante estudar o Capital Social Comunitário no contexto da nova Ater Pública.

Um olhar mais acurado sobre as relações nas comunidades quilombolas, em que os laços de parentesco são predominantes, irá identificar como sendo uma característica marcante a ligação estreita entre as pessoas, embora as interações em rede nem sempre estão fortalecidas o suficiente a ponto de trazer para estes grupos poder de influenciar em políticas públicas e transformar propositivamente o seu ambiente e as suas vidas.

Sabe-se sob o ponto de vista rigorosamente econômico, que a pobreza pode ocorrer, e de fato ocorre, tanto na cidade quanto no campo. Entretanto, a força e a utilidade do capital social comunitário em contextos rurais quando proveniente de “redes comunitárias más estrechas y duraderas previne muchas manifestaciones de la pobreza asociadas con las grandes ciudades” (WOOLCOCK, 1998, apud DURSTON-2000).

Talvez seja possível admitir que estudos no campo do capital social comunitário tornem-se mais claros e de mais fácil entendimento caso se enfoque a questão a partir das comunidades rurais. O estudo do capital social comunitário com este enfoque poderá dar ensejo a considerações/conclusões mais precisas, em

relação à dimensão territorial, ou ainda em relação à possibilidade de estudar a questão em um contexto que permita melhor controle inclusive sob o ponto de vista da metodologia a ser utilizada.

Convém lembrar as considerações de Durston (2000, p.12), quando se refere à possibilidade de estudar o capital social comunitário partindo da comunidade e do território rural:

Es una hipótesis razonable que la comunidad rural provee un ambiente ideal para que emerja o sea creado capital social. La estabilidad relativa de realciones interpersonales cruzadas por parentesco, en un espacio local durante toda la vida, promete ser un tipo de precursor del capital social. Pero es importante no caer en un romanticismo bucólico acerca de la vida rural, evitando el “comunitarismo” y el “campesinismo” como visión idealizada. [...] Es decir, el espacio social es afectado por el espacio geográfico [...].

Ao que parece, uma das principais características do capital social comunitário é a capacidade de aglutinação, que vem inclusa na noção de *trocas legítimas, contínuas, específicas, consolidadas em um trabalho de sociabilidade, e uma disposição adquirida para obter e manter essa competência.* (NOGUEIRA E CATTANI, 1998)

Capital social - uma forma específica de capital e um conceito em formação

En 73

el curso de una década el concepto de capital social se há transformado. Luego de ser en sus comienzos una idea poco conocida, se há convertido en un concepto tan común y con tantos significados y usos que, para muchos comentaristas, há perdido cualquier utilidad que pudiera haber tenido. (BEBBINGTON, 2005, p.20)

Ao abordar a questão do capital social, se tem como premissa a necessidade de nomear o desenvolvimento humano como o fator determinante do desenvolvimento social e econômico e nunca o contrário.

A sustentabilidade legítima é a que privilegia o ser humano, suas relações e suas perspectivas consigo, com o outro e com o grupo e ao que parece pode surgir de competências e iniciativas individuais, todavia se fortalece no coletivo e isto remete a estudar o capital social coletivo tendo como fundamento o capital social individual.

À luz das considerações cabe lembrar Jara (1998, p.14), quando chama a atenção para a realidade atual. Todavia vale ressaltar que, no caso do brasileiro, as Comunidades de Remanescentes dos Quilombos estão no centro do problema de pobreza, miséria e exclusão social:

Jara (1998, p.14) reflete que:

[...] Aceitando o nível de renda familiar mensal de até dois salários mínimos como parâmetro de delimitação do segmento pobre, o Brasil teria, segundo estudo da UNICEF/IBGE em 1989, 10,9 milhões de famílias miseráveis, que corresponderiam a cerca de 49,5 milhões de brasileiros. Os 51% da população brasileira, considerada em estado de pobreza absoluta, estão concentrados no Nordeste. [...] No Nordeste, a cada 24 minutos morre uma criança por doenças diarreicas. (JARA, 1998, p.14)

Assim também Araújo (2003, p.27) considera que:

A pobreza é sem dúvida um dos maiores dramas humanos atuais: o mundo fica mais rico, produz cada vez mais alimentos, mas os famintos aumentam. No mundo rico, a esperança de vida cresce com a melhoria da qualidade da saúde e da alimentação, enquanto nas regiões mais pobres as necessidades se multiplicam. O mundo fica mais rico e menos justo, o sentimento de injustiça cresce, mas a capacidade de dar respostas a esses problemas parece engessada.

Santos (2005, p.69) identifica três formas de pobreza: a *pobreza incluída*, ou seja, uma pobreza produzida em certos momentos do ano, “uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes.” Uma pobreza chamada de *marginalidade* “produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna.” E um terceiro tipo chamada *pobreza estrutural*, “estrutural porque não é localizada, está presente com mais intensidade nos países pobres mas não tem uma nacionalidade; portanto globalizada”.

É diante de tais afirmações e da constatação de que as comunidades quilombolas estão no cerne do problema que abordar a noção de capital social e capital social comunitário em sua correlação com a construção de competências¹⁴ se faz útil e necessário ao presente estudo, dada a necessidade de se averiguar em que medida o proposto pelos programas governamentais efetivamente contribui no sentido da construção do desenvolvimento local, em comunidades quilombolas. Ainda mais quando concordamos com Bebbington (2005, p.22), quando afirma que o conceito de capital social,

¹⁴ A categoria competência será estudada mais adiante, neste documento.

pone en el debate un conjunto de temas vueltos invisibles por las políticas y teorías dominantes, y sugiere de una manera muy explícita: que la dimensión social de la existencia humana puede ser tan importante como las dimensiones económicas; que lo social subyace a cualquier otra acción económica o política (es decir, que todo está integrado); y que lo social constituye una dimensión de la calidad de vida tan importante como la económica. (BEBBINGTON, 2005, p.22)

Entendendo que a definição de capital antecede à noção econômica cabe comentar a esse respeito:

Capital. Derivado do latim *capitalis*, de *caput*, possui o sentido de *principal*, *fonte*, *origem*, dando, assim, a idéia de algo, que tem preponderância, serve de elemento fundamental, para a produção de novas riquezas, desde que já se tem dele o sentido de riquezas anteriormente acumuladas. A primeira noção de capital vem do seu conceito econômico em que se debatem os teóricos consoantes os princípios dominantes no sistema esposado. Mas, em todas as teorias, predomina a idéia de que o capital representa sempre a soma de valores ou de coisas que possuam o valor de troca e sejam o efeito cumulado do trabalho anterior [...], ou qualquer coisa que possa ser usada de dois modos diferentes: ou para consumo pessoal do proprietário ou para produzir lucro ou renda em seu benefício [...]. (SILVA, 1986, p.369)

Mas, por outro lado, entende-se também que o alerta de Freire (1983, p.22) no presente caso estudado é mais que pertinente; é acautelador:

E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (FREIRE 1983, p.22)

É importante dizer, de acordo com Araújo (2003) que “o conceito de capital social, embora não seja tão novo, ganhou notoriedade a partir do livro de Robert Putnam, publicado em 1993, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy (Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna)*” (ARAÚJO, 2003, p.11)

Todavia essa autora consegue estabelecer uma linha de tempo em relação à evolução e uso da expressão capital social, que vale a pena citar:

A expressão *capital social* [...] foi mencionada pela primeira vez há cerca de um século. Em 1916, Lyda Judson Hanifan, um jovem educador, usou o conceito para descrever centros comunitários de escolas rurais, nas quais detectava que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local. [...] No decorrer do século XX o conceito foi reinventado algumas vezes. Nos anos 1950 o sociólogo canadense John Seeley e seus colegas usaram a expressão para assinalar como o pertencimento de moradores suburbanos a certos clubes e associações facilitava o acesso a outros bens e a direitos, ainda que simbólicos. Na década seguinte Jane Jacobs [...] usou o termo para enfatizar a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles e para demonstrar como sólidas redes sociais em

áreas urbanas de uso misto constituíam uma forma de capital social que encorajava a segurança pública. (ARAÚJO, 2003, pp.23-32)

Prosseguindo a sua análise, a autora chega nos anos 1970, neste caso identificando um aspecto que, acredita-se, para o estudo aqui desenvolvido, será de muita relevância quando dos trabalhos de análise dos dados coletados:

Nos anos 1970 o economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light usaram a expressão quando analisaram o problema do desenvolvimento econômico em áreas centrais das grandes cidades americanas. Segundo eles, dentro de suas próprias comunidades, os afro-americanos não demonstravam ter os laços de confiança e de conexão social que existiam nos asiáticos-americanos e outros grupos étnicos. Isso explicava, em grande parte, a relativa ausência de pequenos negócios entre os negros, e *essa incapacidade de cooperar e de confiar era, para os autores, um dos legados mais perversos da escravidão.* (ARAÚJO, 2003, p.24, grifos nossos)

Segundo a mesma, autora Bourdieu, Schlicht, Coleman, Putnam e Fukuyama são contemporâneos neste campo de estudo nos anos 1980:

Nos anos 1980 o sociólogo francês Pierre Bourdieu definiu capital social como o agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições. Na mesma ocasião, o economista alemão Ekkehart Schlicht o utilizou para sublinhar a importância que a organização social e a ordem moral têm para o desempenho da economia.

Com o sociólogo americano James Coleman, em fins dos anos 1980, o conceito entrou definitivamente na agenda acadêmica [...] Coleman também define capital social por sua função: como qualquer capital, permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis. Mas chama também atenção para o fato de que sociedades ou grupos ricos em capital social podem promover melhor o desenvolvimento das pessoas, ou seja, promover o crescimento do capital humano. Tão importante quanto Putnam [...] Francis Fukuyama, [...] dedicou vários livros ao tema das relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social. (ARAÚJO, 2003, p.25)

A autora afirma ainda que a partir dos anos 1990 o tema do capital social¹⁵ tem sido alvo de interesse em várias áreas de conhecimento, aspecto demonstrando por uma crescente produção intelectual: *Trata-se de conceito emergente mas já consagrado na academia, de uso plural e que suscita dúvidas metodológicas [...] De toda forma, o debate caminha e o saldo recomenda avançar.* (ARAÚJO, 2003, p.26)

¹⁵ Aqui noção de capital é utilizada em sintonia com a referida autora, ou seja, menos em seu sentido econômico e muito mais em referência à aquisição de bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, por parte de pessoas ou de grupos. É também entendida como a assunção ou potencialização de bens imateriais e de conhecimentos, talentos, competências e habilidades que são adquiridos com a educação, o estudo, a ética e a experiência.

Em relação a este tema FRANCO (2001, p.70-71) consegue ampliar a linha de tempo proposta por Araújo (2003, p.11), quando diz:

A primeira pessoa a descrever o fenômeno que o conceito de Capital Social quer captar e expressar foi Aléxis Tocqueville (1835/1840). A primeira pessoa a usar o termo, ao que se saiba, foi Lyda Hanifan (1916). A primeira pessoa a explorar a intimidade sociológica da idéia foi Jane Jacobs (1961). As primeiras pessoas que empregaram a noção de capital social para analisar questões concretas de desenvolvimento foram Ivan Light (1972) e o economista Glenn Loury (1977;1987). Entretanto, o conceito só foi elaborado de uma maneira mais completa pelos sociólogos Pierre Bourdieu (1980; 1985) e James Coleman (1988; 1990).

É possível que as considerações acima careçam, talvez, em decorrência do assunto, do tema e da palavra capital, de uma consideração especial. Parece que os vocábulos aqui referidos, quando restritos a ponto de vista puramente econômico, não somente confundem como empobrecem e polemizam a discussão dificultando o entendimento e o estudo do conceito de capital social.

Em sendo válida esta proposição, cabe, pelo menos neste trabalho, pontuar o conceito de capital aqui assumido não apenas como riqueza capaz de produzir renda, nem como bem econômico aplicável à produção. Capital é entendido no presente trabalho como um bem disponível (simplesmente um bem), um patrimônio, como no exemplo de Houaiss (2001): "sua saúde é o seu maior patrimônio."

É preciso também deixar claro que, sob o ponto de vista aqui estudado, a noção de capital social está intimamente vinculada á idéia de acesso. E acesso enquanto possibilidade de chegar, aproximação, chegada, trânsito, passagem, possibilidade de alcançar inclusive algo difícil. "Si no se incluye la noción de acceso dentro del concepto, este no es sino que otra palabra más para referirse a relaciones y redes sociales." (BEBBINGTON, 2005, p.26).

Emerge em torno do significado, da palavra *capital* o vocábulo *ativo*¹⁶ e neste caso, há que se inserir a idéia de valor ao estudo do capital social. Ao que parece, destituído do sentido de valor, de ativo, o estudo perde em substância, embora não perca em essência, busca-se apoio em Bebbington (2005, p.24-26) que afirma:

¹⁶ Dicionário Houaiss eletrônico define: CAPITAL, s.m. 6 ECON JUR todo bem econômico aplicável à produção 7 ECON JUR toda riqueza capaz de produzir renda 9 (sXIII) ECON JUR bens disponíveis; patrimônio, riqueza 9.1 p.metf. <sua saúde é seu maior c.>; tendo etimologicamente origem: acp. economia e finança, ligado ao lat. *caput, capitis* 'cabeça, parte superior, parte principal'; (grifos nossos).

Como activo, el capital social tiene valor en sí mismo, por ejemplo, debido al sentido de “pertenencia ” e inclusión que puede dar a la persona, y al poder que puede provenir del simple hecho de ser organizado, estar conectado, o en ambos casos. [...] De hecho, en algunos de los estudios se sugiere que el concepto solo tiene valor cuando se utiliza de esta manera. Si no se incluye la noción de acceso dentro del concepto, este no es sino que otra palabra más para referirse a relaciones y redes sociales.

Assim entendido, vocábulo ativo passa a ser considerado não exclusivamente como "conjunto de valores representado pelas aplicações de patrimônio e de capital de uma empresa ou pessoa" (HOUAISS, 2001) mas também, quiçá, sob o ponto da faculdade de agir livremente; não sujeito ao arbítrio de força estranha nem necessariamente instigado por elemento externo.

Durston (2000, p.7) diz que o capital social “Hace referencia a las normas, instituciones y organizaciones que promuevem: la confiaza, la ayuda recíproca y la cooperacióón.”

Para Bourdieu (apud NOGUEIRA e CATTANI, 1998, p.6) o capital social é uma estratégia de investimentos, ou seja, há uma intencionalidade na sua criação e o capital social pode ser provocado, instigado. Assim:

“a reprodução do capital social é tributária [...] de todas as instituições que visam a favorecer as trocas legítimas e a excluir as trocas ilegítimas, produzindo ocasiões, [...] lugares [...] ou práticas [...] que reúnem, de maneira aparentemente fortuita, indivíduos tão homogêneos quanto possível [...] a reprodução do capital social também é tributária do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas [...] que supõe além de uma competência específica [...] uma disposição adquirida para obter e manter essa competência, um dispêndio constante de tempo e esforços [...] e também, muito freqüentemente, de capital econômico.”

Entretanto é importante reconhecer que tanto Bourdieu como Coleman *hacen extensas referencias al capital social como atributo de grupos sociales, colectividades y comunidades.* (DURSTON, 2000, p.19). Enquanto Bourdieu destaca a necessidade de uma dedicação maior no sentido de se investigar a institucionalização das relações grupais, Coleman destaca o capital social como elemento fomentador de bens públicos e assinala *el capital social no es una propiedad privada, divisible o anienable; sino que es un atributo de la estructura en la cual la persona se encuentra immersa.* (DURSTON, 2000, p.20). Bourdieu entende capital social como sendo *o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos*

institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento. (NOGUERIA e CATTANI, 1998, p.6)

Tal como se defende no presente trabalho, o conceito de capital social sob o enfoque puramente econômico não é principal nem determinante para as análises que se busca aqui realizar.

Capital social individual e capital social comunitário: *um benefício para o grupo a partir de seus integrantes*

Os estudos de Durston, (2000), no que concerne ao conceito de capital social comunitário, propõem a existência de duas formas de capital social: o capital social individual e o capital social comunitário.

O capital social individual é constituído dos créditos acumulados pela pessoa na forma de reciprocidade difusa e que esta pode requerer em momentos de necessidade, a partir e na proporção dos serviços e/ou favores que prestou em algum momento passado. Pode-se dizer, então, que o capital social individual é um atributo personalíssimo e não depende da sua relação com outras pessoas. Já o capital social comunitário não é propriedade exclusiva de ninguém, todavia, colabora para o benefício do grupo e de seus integrantes. Constituído de normas e estruturas em que se configuram as instituições de cooperação grupal, não se baseia exclusivamente nas referências interpessoais, mas nos sistemas complexos em que as instituições se constituem com suas estruturas normativas e de gestão: *La definición clásica de comunidad abarca aspectos de actividad coordinada con cierto propósito común, autogobierno, superestructura cultural, y sentido de identidad* (DURSTON, 2000, p.21)¹⁷.

A instituição é aqui entendida como um sistema de normas e de relações sociais resultantes de interações de um grupo de pessoas. As instituições tendem a

¹⁷ A citação do autor em espanhol e outras que serão apresentadas mais adiante se deve ao fato de não se ter tido acesso à versão em português, se é que existe, e também à convicção do autor que no caso da língua espanhola será melhor citar no original que traduzir livremente.

produzir satisfação das necessidades de alguns ou de todos os seus integrantes a um custo menor que da forma individualizada.

Os estudiosos da teoria do capital social, defensores ou críticos, identificaram uma série de características institucionais e funcionais do capital social comunitário:

- el *control social* a través de la imposición de normas compartidas por el grupo y el sancionamiento por oprobio o castigo de individuos transgresores;
 - la creación de *confianza entre los miembros de un grupo*;
 - la *cooperación coordinada* en tareas que exceden las capacidades de una red;
 - la *resolución de conflictos* por líderes o por una judicatura institucionalizada;
 - la *movilización y gestión de recursos comunitarios*;
 - la *legitimación* de líderes y ejecutivos con funciones de *gestión y administración*, y
 - la generación de ámbitos y estructuras de *trabajo en equipo*.
- (DURSTON, 2000, p.22)

Alguns benefícios específicos podem ser identificados e esperados a partir das instituições do capital social comunitário:

- la *prevención y sanción del "free riders"* o "polizontes" (i.e., individuos que quieren beneficiarse del capital social sin aportar esfuerzo o recursos propios a su fortalecimiento);
 - la producción de *bienes públicos* creados por estas formas colectivas de capital social, como prevención del delito, sistemas de riego, fondos rotatorios, resolución Del conflicto, empresas asociativas más rentables, etc.
- (DURSTON, 2000, p.22)

Naturalmente, é preciso dizer que,

la presencia del capital social comunitario no es garantía de que estos resultados deseados se produzcan, ya que dependen de la existencia de un conjunto de otras condiciones favorables. La presencia de estos beneficios tampoco puede tomarse como prueba de la presencia del capital social comunitario". (DURSTON, 2000, p.23)

Assim também pensando, cabe destacar Durston¹⁸ (2000, p.38)

Hay un *lado oscuro* o "*downside*" del *capital social*. Los autores críticos a Putnam argumentan que el capital social también lleva a la discriminación, la explotación, la corrupción y la dominación por mafias y sistemas autoritarios (Portes y Landolt, 1996, Putzel, 1997). Portes ha repetido recientemente esta advertencia al tono "celebratorio" de los promotores del capital social como panacea: "La sociabilidad...puede

¹⁸ Para uma maior aprofundamento, neste particular, delicado e interessante tema, recomenda-se leitura em DURSTON, J., ¿Qué es el capital social comunitario?, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, 2000 - p.13-17c) **El "lado oscuro de la fuerza"** - Disponível em <http://www.preval.org/documentos/00488.pdf>

ser fuente de bienes públicos, como aquéllos celebrados por Coleman, Loury y otros, pero también puede llevar a “males” públicos (Portes,1998). Entre estos males están el desincentivo a la iniciativa individual; la exclusión de los “otros”; la restricción de la libertad; y (un mal no señalado por los principales críticos) el fomento de los conflictos intragrupalos.
(DURSTON, 2000, p.22)

Em tese desse gênero, cabe pontuar as afirmações do autor no sentido de favorecer uma análise menos tórrida e mais adequada a interpretações de natureza acadêmica. É que existe um outro lado do capital social a ser conhecido e evitado.

- i) Que el capital social mata la iniciativa individual*
 - ii) Que el capital social excluye y margina*
 - iii) Que el capital social restringe la libertad*
 - iv) Que el capital social puede tomar la forma de una asociación criminal, como la Mafia*
 - v) Que el capital social fomenta la rivalidad y los conflictos intragrupalos.*
- (DURSTON, 2000, p.38)

O autor (DURSTON, 2000, p.17) chama a atenção para a necessidade de manter-se alerta para os diversos efeitos negativos, identificados no capital social. Parte do cuidado que se deve ter vem no sentido de evitar cair na tautologia, uma vez que não é possível supor que apenas os resultados positivos dão sinais da presença no estudo do capital social. Com efeito, não é possível inferir a presença do capital social apenas por seus resultados positivos ou simplesmente a partir dos seus resultados negativos. Entende-se que o ponto de partida para identificar os efeitos do capital social seria averiguar o atributo deste em relação ao indivíduo e/ou ao grupo. Num estudo dos efeitos e resultados do capital social, os mesmos devem ser pesquisados nas suas múltiplas manifestações, nas relações sociais de confiança, na reciprocidade e na cooperação, fazendo-se uma clara distinção entre o chamado capital social, suas raízes, conseqüências e efeitos. Facilmente se presume que é preciso cautela e cuidado no desenvolvimento de projetos, ações e atividades que se proponham a desenvolver trabalhos no campo do capital social.

Cabe ainda destacar, não obstante, críticas e observações que venham a ser formuladas e visando melhor atender aos objetivos do presente trabalho a definição adotada pelo Banco Mundial¹⁹, de acordo com Araújo (2003):

¹⁹ A escolha da definição adotada pelo Banco Mundial tem base na interação que existe entre o governo Brasileiro e o referido Banco em que este influencia as conduções de governabilidade e as definições de políticas públicas. O Banco Mundial se autodefine como “um organismo internacional multilateral, [...] parte do sistema das Nações Unidas, e busca ajudar os países a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento social e econômico.” É opinião do Banco que “[...], a expansão do acesso aos serviços do governo pode aumentar e melhorar o capital social, que também pode

A partir dos anos 1990 o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: *capital natural*, isto é, os recursos naturais de que é dotado um país; *capital financeiro*, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; *capital humano*, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente, ***capital social, que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. [...] capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade.*** (ARAUJO, 2003, p.9, grifos nossos)

Por outro lado Jesus e Mance (2003, p. 72-73) esclarecem que:

É sabido que os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados a partir de cima, com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades afetadas por essa política.

Daí por que foi destacada a definição adotada pelo Banco Mundial, de acordo com Araújo (2003, p.9). É que se tem a convicção de poder contribuir criticamente, no sentido de aprimorar processos e tornar a ação mais adequada às reais necessidades das comunidades rurais, e não somente às comunidades quilombolas.

Sabe-se que a definição adotada pelo Banco Mundial pode não corresponder à realidade dos fatos e dos interesses internacionais, mas é preciso lembrar que o nível de influência por parte do referido banco pode determinar o direcionamento de algumas decisões. Necessário se faz construir meios de intervenção e controle no qual se possa criar regras, definir prioridades de acordo com a realidade de cada comunidade, a partir de pontos de partida concertados, buscando caminhos de solução igualitários.

Ainda nesta projeção fica a pergunta: É possível tornar os planos de desenvolvimento mais igualitários, menos generalistas e mais focados nas carências e anseios do público ao qual se dirigem? É uma resposta para a qual se pretende

melhorar o resultado dos investimentos do governo, das atividades produtivas e, conseqüentemente, pode aperfeiçoar o desempenho sócio-econômico do país.” (BANCO MUNDIAL, 2002, p.33). E mais: os investimentos em pessoas incluem também o capital social, ou a capacidade de sociedades de se reunirem para cumprir compromissos, controlando, assim, outros ativos. Um desgaste do capital social pode, por exemplo, refletir-se em altos índices de criminalidade.(BANCO MUNDIAL, 2002, p.37). E para confirmar busca-se em Gomes (2006, p.47) outro sinal da influência do referido Banco na condução de algumas políticas públicas: “[...] Um outro argumento é que a pressão das grandes organizações internacionais, por exemplo o Banco Mundial, [...], provocaram o governo brasileiro na adoção de políticas de ações afirmativas”. Lembrando que, ao que parece, o Banco toma o conceito de capital social mais sob o prisma sócio-econômico e menos do desenvolvimento local.

contribuir, assumindo que o termo *'igualitário'* poderia enfeixar essa *idéia democrática: a sociedade na qual as pessoas podem ser, ao mesmo tempo, iguais e diferentes, com base em regras de jogo acordadas coletivamente* (DEMO, 2006, p.29). Para isso é necessário o fomento à construção de competências visando o desenvolvimento local.

Construção de competências para o Desenvolvimento Local

“os seres humanos não vivem todos as
mesmas situações. Eles desenvolvem
competências adaptadas ao seu mundo”
(PERRENOUD, 2000, p.19).

Em assumindo a afirmação acima de Perrenoud como verdadeira, o desafio consiste em poder navegar no conjunto de referências escolhidas para fundamentar a pesquisa e a análise, isto é, a extensão rural e o desenvolvimento local, sendo promovido/apoiado em sua implementação pelo capital social comunitário a partir da promoção e implementação de ações afirmativas. Neste imbricado contexto não se podem esquecer outros parâmetros e referências que também servem de suporte ao estudo, como, por exemplo, resistência, ruralidade e territorialidade, empoderamento, inclusão/exclusão, dentre outros, considerando a participação do estado como o elemento catalisador, mas não exclusivo da promoção do desenvolvimento local. Neste trabalho, se busca também averiguar em que medida a construção de competências efetivamente pode contribuir para promover o desenvolvimento local. E no caso das Comunidades de Remanescentes dos Quilombos, de que forma as competências desenvolvidas em seu mundo podem favorecer, ou não, o esforço governamental, no âmbito da extensão rural, voltado para comunidades quilombolas e na busca do desejado Desenvolvimento Sustentável.

É útil observar que o termo competência pode ser utilizado em sua forma no singular: competência; mas também no plural: competências. O primeiro caso trata de competência específica. Quando usada no plural pode se referir ao conjunto de saberes, talentos, habilidades adquiridos, inclusive com a experiência. Para Tomasi (TOMASI, 2004, p.152) “[...] trata-se de competências possuídas, ou, no singular, pode ser traduzido por uma determinada competência, ou a soma delas, e, no plural, pode ser mais bem representado pela transversalidade dos saberes.”

Para Silva (1986, p.472):

COMPETÊNCIA - Derivado do latim *competentia*, de *competere* (estar no gozo ou no uso de, ser capaz, pertencer ou ser próprio), possui, na técnica jurídica, uma dupla aplicação:

a) tanto significa a *capacidade*, no sentido de *aptidão*, pela qual a pessoa pode exercitar ou fruir um direito;

b) como significa a *capacidade*, no sentido de *poder*, em virtude do qual a autoridade possui legalmente atribuição para conhecer de certos atos jurídicos e deliberar a seu respeito.

No primeiro caso, a competência revela a *faculdade* que é assegurada por lei, para que se possam exercitar direitos, autorizando a prática de todos os atos defensivos dos mesmos, ou necessários para mantê-los.

No segundo caso, significa o *poder* que outorga à pessoa ou instituição, *autoridade jurisdicional* para deliberar sobre determinado assunto, resolvendo-o segundo as regras ou os limites que a investem nesse mesmo poder.

As discussões enfocando o tema competência surgiram no Brasil nos anos 1990. Silva (2006, p.33) assim discorre:

Vem ganhando espaço nas discussões entre estudiosos e pesquisadores [...]. Na década de 80 o mundo acadêmico registra demandas por competências, mais precisamente por volta de 1980-1985 na França [...]. No Brasil, isto acontece na década de 90 com forte influência dos estudiosos franceses, mas da mesma forma que ocorre na França, acompanhada por desconfiança, apesar de já se registrar na Europa a consolidação do conceito.

Na medida em que a noção de competência se consolida, o termo passa a ser empregado sob variadas acepções em função do campo de aplicação e de estudo mas também em decorrência de interesses mais pragmáticos, como no caso do mundo da educação e do trabalho. Estudam-se aqui algumas definições de competência com o objetivo de encontrar a que melhor se preste à necessidade do presente estudo, chamando a atenção que no presente trabalho esta noção será usada sempre que possível no plural, para indicar tanto as competências específicas quanto o conjunto de saberes indicado pelo termo competências:

Para Perrenoud (2000, p.19) “Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.” E conclui dizendo que “A abordagem por competências é uma maneira de levar a sério, em outras palavras, uma problemática antiga, aquela de transferir conhecimentos.”

Da mesma forma Martins (2006, p.2) ao citar Ramos (2001) concorda que

A pedagogia da competência assume duas dimensões: uma psicológica, em que a noção de competência é apropriada sob a ótica das teorias psicológicas da aprendizagem; outra sócio-econômica, pela qual essa noção adquire um significado no âmbito das relações sociais de produção.

E Martins, (2006, p.2) complementa afirmando que a

“A competência exige o saber, o saber fazer e o ser/conviver. (conhecimentos, habilidades e atitudes) [...] Para desenvolver competências é preciso, antes de tudo, trabalhar por resolução de problemas e por projetos, propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos, habilidades e valores.”

(MARTINS, 2006, p.2)

Ao lado dos autores acima, Mello (2003, p.14) afirma que

Competência é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação. Portanto, para constatá-la, há que considerar também os conhecimentos e valores que estão na pessoa e nem sempre podem ser observados.

É possível que o desenvolvimento de competências ocorra a partir de uma variedade de fatores, em que o componente pessoal parece ser determinante, e provocado por motivações internas, capacidade de aprender com o erro e busca de objetivos e metas. Valle (2003, p.1) traz à luz um enfoque que parece oportuno quando coloca em evidência a relação escola (diploma) versus experiência (certificado de competências). E fundamenta a sua proposição iniciando com a seguinte constatação:

A literatura internacional fala em qualificação para designar, basicamente, um potencial cognitivo que:

- foi obtido, quase sempre, em instituições de formação profissional;
- foi legitimado através de uma certificação pública, estatal ou privada;
- é reconhecido nas negociações e contratos de trabalho (classificação, remuneração, etc.). (VALLE, 2003, p.1)

Na visão do autor a noção de competência está ligada a resultados do trabalho. O mesmo autor chega a afirmar que, nos últimos tempos, a atividade administrativa de recursos humanos tem centrado esforços na gestão de competências, a qual aparece como uma evolução da análise de cargos e salários. Neste particular,

A operação se dá em dois momentos. Primeiramente, temos uma espécie de mapeamento das características e habilidades do indivíduo nos campos cognitivo, psicomotor, relacional, emocional, social e tudo mais o que se queira. [...] O passo seguinte é organizar a evolução dessas características e habilidades individuais, através da definição de roteiros que, [...] guiem os *esforços de aprimoramento profissional*. (VALLE, 2003, p.1, grifos nossos)

Convém chamar a atenção para a reflexão de Vale (2003):

No fundo, o que está em jogo é retirar a gestão dos conhecimentos produtivos das mãos do aparelho escolar e transferi-la para as empresas, ou para novos órgãos específicos. [...] O movimento pelas competências reivindica o reconhecimento da experiência do trabalhador: mesmo um trabalhador que nunca freqüentou escolas pode receber um certificado, atestando seu valor profissional. Mas, ao opor escola (diploma) e experiência (certificado de competências), ele ignora que a primeira pode atuar como um espaço de ampliação da visão de mundo dos sujeitos, logo, de bloqueio às experiências fechadas em si. (VALLE, 2003, p.2)

E continuando, o mesmo autor considera:

Em todo caso, a experiência não é apenas um saber tácito, contrastando com o saber teórico. Ela constitui e é constituída por ambos. [...] Conhecimento informal e conhecimento formalizado não são conflitantes, mas se alimentam e se criticam reciprocamente.

A valia do que hoje se chama saber tácito (*savoir-faire*) está na sua capacidade de tomar uma parcela da cultura técnica (conhecimento enciclopédico e de fundo, arquivado na memória de longo prazo das pessoas) e ativá-la, isto é, trazê-la à memória presente (operacional e temporária), transformando-a em conhecimento frontal e aplicado, sempre que decisões precisam ser tomadas. [...] Já a *competência* é a *capacidade pessoal de ativação desta cultura técnica*. Mais ainda, é capacidade para transformá-la, em circunstâncias para as quais o saber de fundo revelou-se insuficiente. (VALLE, 2003, p.2)

Por fim Vale (2003, p.1) propõe uma classificação das qualificações, no campo da competência. Embora se deva reconhecer no estudo uma tendência para o campo da produção industrial, a proposta parece adequada ao desenvolvimento da linha de raciocínio e argumentação pretendida no presente estudo:

As competências devem ser vistas como *uma mediação entre a qualificação e o desempenho no cargo*. Elas explicam por que indivíduos com a mesma titulação podem ter desempenhos bem diferentes, num mesmo cargo.

Em vez de seguir a velha e onipresente classificação das qualificações em conhecimentos, habilidades e atitudes (portadora dos dualismos entre o sensível e o inteligível), preferimos classificar as competências em três grupos:

- *competências técnicas*, que permitem a interpretação dos processos físicos e organizacionais da produção;
- *competências subjetivas*, que permitem a interpretação das relações pessoais e interpessoais dentro da fábrica;
- *competências sociais*, que são aquelas que permitem interpretar o que ocorre fora dos muros da empresa, seja no mercado, seja no espaço público, seja na estrutura estatal.

Ao contrário das competências, a qualificação não pode ser pensada diretamente a partir do desempenho nos cargos. [...] A educação tecnológica, que qualifica *sujeitos*, tem por obrigação prepará-los para vários cargos possíveis. Entre a qualificação e o futuro desempenho no cargo, há a mediação de várias formas possíveis de competência. (VALLE, 2003, p.3).

Note-se, em seguida, que tentando fugir da *consagrada classificação das qualificações em conhecimentos, habilidades e atitudes* o autor permanece com

os mesmos conceitos, se bem que deve ser reconhecido o esforço em evitar o enfoque mecanicista que caracteriza os estudos voltados para o intitulado *chão de fábrica*. E assim cabe perguntar: Como a construção de competência/competências para o desenvolvimento local, em comunidades de remanescentes de quilombos está sendo promovida pelo conjunto de iniciativas governamentais voltadas para estas comunidades e fortalecendo ou promovendo novas competências?

À medida que o estudo no campo das competências é aprofundado, e em decorrência de se identificar relações com o desenvolvimento local, fica cada vez mais evidente a necessidade de abordar o tema competência/competências, muito mais no sentido do desenvolvimento local do que em relação ao desenvolvimento intelectual, cognitivo, didático/escolar. Isto não significa dizer que se está fazendo uma dissociação entre trabalho e conhecimento. A esse respeito Abramovay (2003, p.93-94), indica “sete desafios para o desenvolvimento rural”, destacando-se aqui o primeiro desafio:

O mais importante desafio que têm pela frente as forças capazes, em princípio, de levar adiante um pacto de desenvolvimento territorial consiste na mudança do ambiente educacional existente no meio rural. A tradição histórica brasileira (própria das sociedades de passado escravista), que dissocia o trabalho do conhecimento, persiste até hoje no meio rural. [...] O Brasil não possui, até hoje, uma instância de reflexão, elaboração e orientação quanto ao que deve ser a educação no meio rural

Mais uma vez fica evidente a necessidade de aprimorar ou habilitar as pessoas e os grupos na busca do chamado Desenvolvimento Local, não a partir dos parâmetros universalistas²⁰ das Políticas Públicas mas levando em consideração as necessidades específicas das Comunidades Quilombolas estudadas.

Veja-se que a construção de competências remete, quase naturalmente, à questão do capital social, como bem alerta Albaladejo (2005, p.316):

É, então, que se pode falar de capacidade local de proposição de políticas públicas. A ação construída pela experiência, que engloba a aprendizagem (e a emancipação das dominações e das identidades forjadas nos modelos anteriores de desenvolvimento), pode tornar-se um instrumento de concepção, e não apenas de aplicação local, das políticas públicas? [...] Defronta-se, aqui, com a problemática de construção de novas

²⁰ Parâmetros universalistas são critérios genéricos que considera o todo como referência para a análise de qualquer uma das suas partes. Utilizados como referência para a definição de políticas públicas, esta forma de abordar a realidade muitas vezes deixa de priorizar questões fundamentais para o desenvolvimento local, como por exemplo, questões de gênero e raça, tratando como tema transversal aspectos que na verdade constituem dimensões do desenvolvimento sócio-econômico.

competências em outro nível – o da relação entre a sociedade englobante e as sociedades rurais locais. Trata-se, para as agências de desenvolvimento, de compreender melhor o papel que elas podem desempenhar e o funcionamento das estruturas de decisão das políticas públicas.

Para além da questão da competência existe outra, talvez complementar, e expressa na reflexão acima: “construção de novas competências em outro nível – o da relação entre a sociedade englobante e as sociedades rurais locais.”

Competências, capital social e ação afirmativa em comunidades quilombolas

Acatada a noção de capital social, vê-se que a construção de competências é uma das bases para a formação do capital social comunitário, o que remete à necessidade de implementar ações apropriadas nas comunidades quilombolas, sem o que, dificilmente, se poderá atingir o desejado desenvolvimento sustentável. Estuda-se, pois, a questão da competência e do Capital Social em Comunidades Quilombolas, construindo e recobrando, no caminho da ação afirmativa, visando a redução de desigualdades. Demonstra-se a seguir que estas comunidades possuem um cabedal de informações ancestrais que devem ser consideradas na definição de políticas públicas de desenvolvimento local.

Brandão (2006, p.47), quando analisa o meio social e educação, fala que a educação existe por toda parte, sendo a escola uma das suas fontes e que a educação verdadeira, poder-se-ia também dizer da formação do capital social comunitário efetivo, se dá na comunidade:

A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer. Portanto, é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo o que pode ser vivido-e-aprendido da cultura seja ensinado com a vida – e também com a aula – ao educando.

A primeira vista se pode dizer que a construção de competências parece prescindir de capital social, o que não indica que o inverso seja verdadeiro.

No caso das Comunidades dos Remanescentes de Quilombo é enganoso afirmar que se trata de grupo com reduzidas condições de construção coletiva.

Em relação aos quilombolas vários são os exemplos de construções e

identificações de competências fortalecendo o capital social comunitário trazidos pela literatura e pela pesquisa acadêmica. Neste sentido é bom lembrar que

Persiste ainda hoje o mito de que o escravo só prestava ao trabalho braçal repetitivo, sob estreita supervisão e coerção física permanente. [...] a escravidão só se estabelecia como regime dominante e economicamente viável nas regiões onde predominava a **plantation** exportadora (de açúcar, de café ou de algodão) ou a mineração em larga escala. As duas noções são inteiramente falsas. O escravo foi, sem dúvida, o trabalhador braçal da mina, do engenho e do eito. O carregador e o estivador. Mas foi também músico, pintor, escultor, marinheiro soldado, vaqueiro, e muito mais. Exerceu todos os tipos de ocupação urbana e rural, e foi empregado, sistematicamente e com sucesso, na indústria – na manufatura têxtil, na construção naval, na siderurgia, e em outras atividades industriais (MARTINS, 2004, p.16).

Dado que a construção de competências advém também do contato direto com a informação, a educação e o saber e pode ser acumulada, ampliada e reproduzida, as considerações de Martins, tal como acima descritas, ensejam supor que muitos dos escravos abrigados nos Quilombos detinham conhecimentos e tecnologias além do conhecimento peculiar à sua etnia e/ou origem. Por outro lado, em Gomes (2005, p.328) identifica-se que havia “a teia de intercâmbios sociais e econômicos entre os fugitivos e escravos, grupos indígenas, vendeiros, negociantes, pequenos proprietários e eventualmente até fazendeiros”. Fazia criar e estabelecer uma relação de cumplicidade e mesmo de parceria em que o “quilombo travava relações de solidariedade e ao mesmo tempo se escondia”. Assim é que ao se referir à Capitania do Rio de Janeiro, no final do século XVII, diz:

As autoridades, além de preocupadas com a “proteção” que eles tinham de alguns fazendeiros, para os quais até mesmo realizavam pequenos serviços, e dos contatos permanentes eu mantinham com outros cativos nas senzalas próximas, procuravam meios de reprimir um outro “mal” que cada vez mais se tornava impossível de controlar: as relações dos quilombolas com vendeiros e taberneiros [...] Estes poderiam ser encontrados tanto nas profundezas das matas, protegidos por serras de difícil acesso, como no interior das senzalas, nas casas de negros cativos ou forros, nas cidades e principalmente nas vendas e tabernas. [...] Em cidades com portos próximos, as tabernas eram disputadas tanto por escravos como por soldados, marinheiros estrangeiros e caixeiros-viajantes. Quilombolas poderiam estar por perto, misturados com outros escravos. Gomes (2005, p.328-330)

Hoje, os Quilombolas, isto é, os descendentes dos escravos abrigados nos Quilombos, são, em sua maioria, agricultores e agricultoras familiares, daí por que, por exemplo, são considerados no PRONATER 2005 (5.4, Ater Setorial / 5.4.3 Quilombolas, p.8-10) de forma especial. Contudo, não se pode negar que estas comunidades possuem informações ancestrais e conhecimentos tradicionais. No seu

conjunto, possivelmente, constroem um cabedal passível de ser dimensionado sob o ponto de vista tanto das competências construídas e por construir, quanto da formação de um possível capital social comunitário.

Confirmam estas colocações, especialmente sob o ponto de vista da construção de competências e da força dos processos educativos na mudança e na transformação social, os estudos de Ribeiro (1983, p.229): “A vida realmente criativa estava nas fazendas e minas, organizadas para produzir bens de exportação e aspirando satisfazer autarquicamente às necessidades de subsistência de suas populações.” Desnecessário se faz lembrar qual era a população predominante que vivia esta *vida realmente criativa* e que, mesmo sofrendo as atrocidades impingidas pelos senhores e feitores, de alguma forma se apropriava de novas tecnologias ao tempo em que suas técnicas ancestrais eram, possivelmente, trazidas ao dia-a-dia da senzala. Araújo (2006, p.11) confirmado por Gomes (2005, p.139), relata que:

[...] Zumbi nasceu no ano de 1655. O Quilombo dos Palmares já estava socialmente organizado e estruturado por Ganga Zumba, seu tio. No mesmo ano uma coluna comandada por Bras da Rocha Cardoso aprisionou negros de um povoado palmarino. Entre os prisioneiros encontrava-se um recém nascido que foi entregue à família Lins [...]. O padre Antônio Melo educou aquela criança, batizou e deu-lhe o nome de Francisco. Ensinou-o a ler e o fez coroinha quando tinha dez anos de idade. O padre achava Francisco uma criança muito inteligente, por ele falar o latim e o português naquela idade. [...] Ao completar quinze anos de idade, numa madrugada do ano de 1670, fugiu para o Quilombo dos Palmares e juntou-se aos outros quilombolas. Ao chegar ao Quilombo dos Palmares, o coroinha Francisco passou a chamar-se Zumbi.

Em Rodrigues (1976, p.170), encontra-se outra confirmação da construção de competências e o seu vínculo com o capital social:

[...] Não podemos ir muito longe na apreciação das artes industriais dos nosso colonos pretos. [...] Todavia, dotados de grande poder de imitação, em chegando ao Brasil, os negros escravos se converteram em excelentes oficiais, ou mestre de ofícios, de cujos trabalhos retiravam grandes proventos os seus senhores.

O autor acrescenta:

De um escrito dos anos 1817, consta que nada se sabia então de música, pintura e poesia e que as artes se achavam reduzidas às puramente mecânicas, com as de carpinteiro, marceneiro, ourives, ferreiro, sapateiro, alfaiate, etc.; [...] deve notar-se que estas mesmas artes eram geralmente exercidos por pretos e pardos, em sua maior parte escravos, [...] (RODRIGUES, 1976, p.171)

Ao estudar a formação econômica do Brasil, Furtado (2007, p.126-127) revela

que o acordo de 1703 realizado entre Portugal e Inglaterra conteve o desenvolvimento manufatureiro que Portugal tivera no final do século anterior. A destruição desse começo de indústria gerou conseqüências para Portugal e suas colônias impedindo que iniciativas manufatureiras surgissem no momento adequado. Cita como exemplo a metalurgia do ferro: “o desenvolvimento que teve a siderurgia foi possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos”.

Simão (2002) confirma a existência de competências e capital social quando relata que:

O cativo urbano trabalhou nos mais variados misteres: como alfaiates, barbeiros, carpinteiros, funileiros, ourives, pedreiros, quitandeiros, vendedores, etc. Supriu a imensa maioria de mão-de-obra, especializada ou não, decorrente do desenvolvimento citadino. [...] No século dezanove, as cidades brasileiras como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas e outros grandes centros urbanos desenvolveram-se com a ajuda essencial do braço escravo [...] prontos para prestar todos os tipos de serviços, desde os mais simples até os mais sofisticados, como fabricação de jóias. (SIMÃO, 2002, p.42-43)

Ao estudar o mocambo dos Palmares, Gomes (2005b) deixa clara a possibilidade de existir, nas comunidades quilombolas, capital social comunitário a partir do capital social individual:

Em termos econômicos, além da pesca e da caça abundante, os *palmaristas*, visando à subsistência de sua população numerosa, desenvolveram outras práticas econômicas. Organizaram uma economia de base agrícola. [...] Plantavam ainda cana-de-açúcar para o consumo próprio e produção de melado [...] A produção era coletiva. [...] Além dos alimentos agrícolas os *palmaristas* contavam com uma vigorosa economia extrativista. [...] Seus habitantes produziam cerâmica e outros objetos com barro. Sabe-se também que os palmaristas faziam uso de ferro. Palmares tinha sua própria metalurgia. [...] O conhecimento da metalurgia era proveniente de algumas sociedades africanas. (GOMES, 2005b, p.73-74)

Foi demonstrado acima em que medida a construção de competências e de capital social são aspectos importantes para os programas de desenvolvimento local e a redução da pobreza. Está posto que as comunidades de remanescentes de quilombo possivelmente herdaram de sua ancestralidade formas de ser, fazer, viver e construir que as coloca em um nível técnico e de interação social acima do percebido pelo senso comum do imaginário da população e, talvez, da percepção dos tecnocratas com os seus reflexos na proposta de políticas públicas e dos programas oficiais de governo. Ao se pensar em desenvolvimento local das comunidades quilombolas é preciso partir não somente de potencialidades e capacidades locais como extrativismo, artesanato e outras, mas verificar em que nível de conhecimento e tecnologia estão as comunidades selecionadas como objeto de ação de desenvolvimento.

Extensão Rural, Ação Afirmativa e Desenvolvimento Local em Comunidades Quilombolas

Ao abordar aspectos referentes à extensão rural e sua correlação com a ação afirmativa para o desenvolvimento local em comunidades quilombolas elege-se como ponto de referência o PNATER - Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o PRONATER²¹ - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no sentido de tentar responder algumas perguntas de como os remanescentes de comunidades dos quilombos estão sendo contemplados pelo governo brasileiro no sentido da construção do desenvolvimento local e de que forma estes programas governamentais cumprem, ou cumprirão, com os objetivos das políticas públicas, em sua área de atuação, de promover a superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais.

“criadas entre os anos 40 e 60 e posteriormente ‘enquadradas’ no sistema EMBRATER, em meados dos anos 70, as entidades de Ater, em sua maioria, não conseguem modificar suas formas gerais de estrutura e funcionamento.” (CAPORAL, 2006, p.4). É possível identificar, com relativa segurança, o momento em que as mudanças tornaram-se drásticas no tocante à condução de políticas de extensão, mas é importante lembrar que tais políticas são um bem público, constitucionalmente garantido:

Discute-se, na literatura, que o enfraquecimento das políticas de extensão vem sendo associado a uma política internacional mais ampla que se denomina “neoliberalismo” (CAPORAL, 2002). [...] Pode-se admitir que a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1990, no governo Collor, constitui um marco nessa filosofia neoliberal na política de extensão rural nacional. Há que se ressaltar, entretanto, [...] que a manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) pública e gratuita está assegurada na Constituição de 1988 e na Lei Agrícola de 1991. Então, sua oferta, como um processo educativo e socialmente incluyente, não é favor, mas se constitui como obrigação do Estado. [...] hoje a principal preocupação gira em torno da preservação das políticas de extensão como um bem público ou gratuito. E, como tal, pelo menos acessível ao conjunto daqueles que mais necessitam. (PIRES, 2003, p57)

²¹ As políticas de ações afirmativas, em relação às comunidades quilombolas, têm sido objeto de freqüentes alterações por parte do Governo Brasileiro. As principais políticas aqui apontadas e tudo o que for dito, estudado e refletido em relação a este tema têm como horizonte de tempo o mês de outubro do ano 2007. Sabe-se, por exemplo, que em novembro de 2007, o MDA publicou uma segunda versão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A esse respeito, Caporal (2006, p.1) referindo-se à PNATER destaca:

[...] depois de 13 anos, uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) propõe às entidades e agentes de extensão rural que participem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural.” [...] No final de 2003, [...] passou a ser implementada, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), ligado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) [...] (CAPORAL, 2006, p.2-3).

Em decorrência da PNATER foram criados: o PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental.

O presente trabalho trata de estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidades quilombolas. É certo que existem vários programas de governo voltados para estas comunidades, todavia para o problema aqui desenhado parece relevante considerar como referência o PNATER - Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Vide Apêndice D) Espera-se, por este caminho, encontrar indicativos de como os remanescentes de comunidades dos quilombos estão sendo contempladas no que diz respeito à construção do desenvolvimento local.

Frente ao exposto, retoma-se o problema de pesquisa:

Como os remanescentes de comunidades dos quilombos estão sendo contemplados pelo governo brasileiro, no sentido da construção do desenvolvimento local a partir das iniciativas dos programas governamentais de extensão rural?

Ao lado das categorias desenvolvimento local, capital social comunitário extensão, rural e ações afirmativas; e constatada a importância de *“que lo social constituye una dimensión de la calidad de vida tan importante como la económica.”* (BEBBINGTON, 2005, p.22) quando se tem o objetivo de estudar a questão sob o ponto de vista das ações dirigidas às comunidades dos remanescentes de quilombo convém refletir em que medida e em que proporção este conceito está contemplado no Programa Nacional de ATER.

Parece existir uma relação direta entre capital social e programas de desenvolvimento local e/ou programas de superação da pobreza. Bebbington (2005, p.30) afirma que “Tal como en el caso de la pobreza y las estrategias de vida, es útil entender los programas de superación de la pobreza en el contexto de las discusiones sobre el capital social.”

Considera-se que se deve buscar uma “*Política Nacional de ATER que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais*” (MDA, 2005, grifos nossos).

E se levando em conta também que o documento base que norteia a *Política Nacional de ATER*, no seu inciso 8, Capacitação para a transição, enfoca que

Para o estabelecimento de um novo paradigma orientado ao desenvolvimento rural sustentável e ao estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, deve-se ter como ponto de partida um processo de capacitação massiva de extensionistas e assessores técnicos capaz de garantir a implantação de um enfoque de Ater baseado em processos educativos potencializadores do crescimento do ser humano como cidadão. Isto requer uma sólida formação dos agentes para o uso de metodologias participativas promotoras do *envolvimento consciente dos atores sociais* (grifos nossos) e que fortaleçam suas capacidades para a ação individual e coletiva.

Destaque-se igualmente que o documento se refere ao conteúdo do processo de capacitação da seguinte maneira:

O processo de capacitação para a transição deverá *ter um conteúdo capaz de formar os profissionais para atuarem como agentes de desenvolvimento local, com condições de investigar, identificar e disponibilizar aos agricultores, demais públicos da extensão e ao conjunto das pessoas que vivem no meio rural um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com o espaço territorial onde estejam inseridos.* (grifos nossos)

E também que se indica o caminho através do qual a proposta de capacitação será viabilizada:

Para que seja viabilizada a proposta de capacitação para a transição, o Dater promoverá um amplo processo de “**formação de formadores.**” ([...] *As ações de capacitação devem abranger além dos técnicos, os agricultores e outros agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento rural, considerando sempre as demandas e realidades locais, regionais ou territoriais.* (grifos nossos)

Acrescendo ainda que, em seu inciso nove, a PNATER indica:

9 – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Deverão, também, ser planejadas as ações de apoio às atividades não agrícolas e outras que estejam direcionadas à melhoria das condições de vida da população. (grifos nossos)

Em vista do anteriormente exposto é de se esperar que o documento norteador do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural contemple, em algum momento, os conceitos de capital social, e/ou capital social comunitário.

Assim pensando foi realizada uma análise no texto²² do PRONATER visando identificar a citação dos termos *capital social*, *capital social comunitário*, em conjunto ou em separado, tendo-se chegado ao seguinte resultado:

Quadro V

Citação dos termos capital social, capital social comunitário e afins no documento norteador da *Política Nacional de ATER*

CITAÇÃO	TOTAL DE CITAÇÕES	PÁGINA Nº
Aprendizagem social	1	27
Câmbio social	1	Anexo I
Comunicação social	1	13
Construção social	1	27
Controle social	4	4,7, 16, 30
Diversidade social	2	9, 24
Equidade social	2	8, 25
Equilíbrio social	1	29
Exclusão social	1	6
Inclusão social	4	5, 7, 9, 23
Perspectiva social	1	29
Prática social	1	26
Socialização de conhecimento	1	11
Socialização de experiência	1	13

²² A análise no texto aqui referido foi realizada utilizando-se o editor de textos Word, em que foi usado o recurso localizar e substituir, na barra de menu suspenso, contando-se as palavras e expressões a partir de arquivo do texto PRONATER obtido na internet.

A partir dos dados levantados e da tabela acima seria prematuro afirmar que o documento do PRONATER prioriza a equidade/diversidade social para garantir o controle social através da política de inclusão?

A esse respeito, Araújo (2003, p.30) afirma que,

Não é fortuito que o tema tenha ganhado tanto notoriedade a partir dos anos 1990, época em que o Banco Mundial passa a explorá-lo em questões vinculadas à pobreza. Os assuntos e países focados pelo Banco mostram claramente uma preocupação em fortalecer os laços sociais em comunidades carentes e em fazer dos projetos de desenvolvimento econômico projetos geradores de capital social.

Kessler e Roggi, em *Programas de Superación de la Pobreza y Capital Social: La Experiência Argentina* (KESSLER, 2005, p.133) enfatizam os componentes sociodemográfico, territorial e funcional como importantes no estudo e na conceituação de capital social comunitário:

“Capital social comunitário: alude a lazos fuertes que conectan a miembros de familias, vecinos, amigos, sócios. Estos lazos son aquellos que vinculan a personas que comparten características sociodemográficas. La comunidad puede ser territorial o funcional y el capital social comunitário reside tanto en las redes de relaciones interpersonales como en las estructuras normativas y sancionadora. En concreto, se trata de la indagación del impacto de los programas en la creación y reforzamiento de vinculos locales y procesos participativos.”

Igualmente destacam o

efecto positivo para la construccion de capital social comunitário de la regularización de domínio. Esto tiene un efecto favorable en la configuración identitaria local, puesto que la propiedad aparece como una fuente de construcción de identidad cuando el mercado de trabalho se vuelve más inestable y dificula la creación identitaria. En un efecto de recursividad positiva, esto genera más lazos en los barrios e incrementa la capacidad de aspiración local (KESSLER, 2005, p.148)

Acresce que não é apenas sob o ponto de vista da construção do capital social comunitário como fator de empoderamento e evolução da comunidade que o trabalho no sentido de fomentar o capital social é importante. Em qualquer caso este aspecto é determinante, seja na construção do capital social comunitário ou em projetos, programas ou iniciativas de redução da pobreza como bem assinala Jesus (2003, p.72):

[...], se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.”

À luz das considerações anteriores e a partir de um olhar mais acurado sobre a proposta Ater Setorial (MDA, 2004) no que concerne aos Quilombolas (item. 5.4.3) é possível observar que não estão sendo consideradas, na proposta do PRONATER – 2005, mesmo de passagem, qualquer umas das reivindicações que remontam o ano de 1995.

Fica a dúvida no sentido de esclarecer em que medida as políticas públicas de inclusão e ATER/ATES são políticas afirmativas pelo fato de reservar um subprograma, Ater Setorial, envolvendo recortes específicos (5.4.1 Extrativistas, 5.4.2 Indígenas, 5.4.3 Quilombolas, 5.4.4 Mulheres, 5.4.5 Pescadores Artesanais e Aqüicultores), não indicando em si que se trata de uma política afirmativa. Ademais a descrição de cada um dos recortes não é suficiente para concluir pela promoção do capital social e desenvolvimento local.

Assim sendo, espera-se que o processo de escuta desenvolvido junto a agricultores e agricultoras quilombolas venha a esclarecer se a proposta aqui estudada cumpre, ou cumprirá, com os objetivos das políticas públicas em sua área de atuação e poderá promover a *superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais*.

CAPITULO IV – Não Satisfaz, Mas Corresponde ao Esperado?

Este último capítulo é reservado à análise, comparação e conclusões entre o que foi apropriado na revisão da literatura, os resultados das atividades de campo e um diálogo entre teoria, realidade do campo e visão do autor do trabalho.

Até agora este trabalho procurou encontrar referências acerca do cabedal teórico que desse suporte ao estudo da questão quilombola, não apenas à pobreza de renda, mas do aumento de oportunidades e inclusão social face à presença do Estado e sob o ponto de vista das ações afirmativas, do capital social comunitário, da extensão rural e do desenvolvimento local.

As abordagens chamam, natural e necessariamente, temas complementares, ora buscando fortalecer enfoques, ora no intuito de, abrindo frestas nos enfoques teóricos elegidos, permitir que novos horizontes conceituais possam ser vislumbrados. É o caso das chamadas competências, ruralidade e territorialidade, inclusão/exclusão, e outros temas não tão destacados mas importantes como, por exemplo, empoderamento, concertação e políticas públicas de inclusão.

O sentido real da abordagem de tais temas será dado quando se tomar como subsídio as diferentes falas obtidas a partir da atividade de campo nas comunidades de Castainho e Angico e a resposta à pergunta da pesquisa: Como os remanescentes de comunidades dos quilombos estão sendo contemplados pelo governo brasileiro, no sentido da construção do desenvolvimento local a partir das iniciativas dos programas governamentais de extensão rural?

Vê-se, portanto, que o presente trabalho não é avaliativo mas se desenvolve de forma a investigar em que medida as comunidades quilombolas estão contempladas em um contexto mutante como o é o das políticas públicas no Brasil.

Assim, falas dos entrevistados²³, posições teóricas e visões do autor entram, a partir de agora, num cadinho na esperança de que o resultado desta mistura possa ser de utilidade teórica, prática e social. Mas não somente as falas. O silêncio também pode ser uma resposta, por exemplo, quando perguntado sobre os projetos do governo e a participação da pessoa na dinâmica de elaboração/implementação destes projetos, não é raro se obter o silêncio do entrevistado como respostas. Isso parece sugerir que as comunidades careceriam de um nivelamento sobre os programas disponibilizados. Isto também sugere que as pessoas são convidadas, muitas vezes, a assumirem programas, projetos e atividades em relação ao qual pouco sabem ou não sabem dizer do que se trata.

Sobre capital social comunitário

O que se viu relativamente ao capital social comunitário é que este capital social, por não se constituir em propriedade exclusiva de ninguém, é formado da soma dos capitais sociais individuais que pertencem a determinado grupo ou comunidade. Este enfoque leva a concluir por um nível de complexidade maior, no sentido da análise, na medida em que o enfoque do capital social comunitário *abarca aspectos de actividad coordinada con cierto propósito común, autogobierno, superestructura cultural, y sentido de identidad* (DURSTON, 2000, p.21).

Todavia as falas que se podem agrupar como indicativo de capital social comunitário, no sentido da extensão rural e do desenvolvimento local, evidenciam uma convergência no que diz respeito às características institucionais e funcionais do capital social comunitário (DURSTON, 2000, p.22)

Assim, pode ser identificada no discurso colocado por alguns dos entrevistados a existência de características institucionais e funcionais do capital social comunitário, definidas por Durston como sendo o **controle social através da imposição de normas compartilhadas pelo grupo e a confirmação por aprovação ou castigo de indivíduos transgressores** (DURSTON, 2000, p.22):

²³ As entrevistas estão codificadas onde os dois primeiros dígitos indicam o número da entrevista C indica Castainho e A indica Angico. Para conhecer mais as características de cada entrevistado(a), pode-se recorrer ao Quadro I – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA – Quadro dos Entrevistados.

- *Reuniu todo mundo²⁴. Ficou discutindo aqueles programas e dali por diante a gente vai se resolvendo de maneira possível. Direito de visitar as pessoas, todo mundo trabalha junto e por ai vai. (Ent.05C, p.8)*
- *Só lutando. O cabra lutando consegue tudo na vida(Ent.07C, p.12)*
- *Vendo o antes e o depois a gente viu o desenvolvimento pessoal de cada pessoa e o do grupo coletivo. Inicialmente agente precisa está unido e preparado para adquirir esse projeto, pra não pegar um projeto e jogar lá no meio. Tem que tá preparado para adquirir o projeto, ou seja como for. Se agente não ficar organizado não vai dar fruto nenhum. (Ent.09A, p.47)*

Outra característica institucional e funcional do capital social comunitário que é a **criação de confiança entre os membros de um grupo** (DURSTON, 2000, p.22) pode ser identificada nas seguintes falas:

- *Olha, é, essas iniciativas as vezes são boas e as vezes não são, porque as vezes você convoca a pessoa, a pessoas as vezes na hora se compromete e quando é depois recusa. Isto não é bom porque se eu hoje chego num local qualquer ai me comprometo a participar de uma coisa, a minha obrigação é ficar participando. Mas tem hora que você convoca aquela pessoa e ela se faz de esquecido, ai o pior é esse ai porque se todos chegasse junto eu acredito que a coisa era mais melhor ainda. E talvez tivesse mais um controle e a gente se identificasse melhor. (Ent.08C, p.14)*
- *Trabalhar com muita atenção, com cuidado com tudo que está fazendo porque tudo tem que dá certo. Desde o menor programa até o recurso maior. As vezes as comunidades quando o recurso chega acha que “isto já teve demais. Mandaram isso pra **tapiar** agente, e não vai chegar mais outro”. Acontece das pessoas ficarem sem aquela iniciativa para utilização de sua meta de organização, e isso daí dificulta para eles conseguirem outro programa. Porque eles não acreditam. Já nós tem trabalhado aqui pra o máximo de cuidado pra dá certo, e a comunidade seja mais preparo. (Ent.13C, p.26)*

A característica institucional e funcional do capital social comunitário identificada por Durston (2000, p.22) como sendo **cooperação coordenada nas tarefas que excedem as capacidades de um rede** (DURSTON, 2000, p.22) foram identificadas nas falas a seguir :

- *Eu gostaria que o povo se unisse mais o povo chegar junto. Pra nós é melhor. Isso daí de grandes a pequenos. Não é pra gente ficar esperando por seu fulano ou seu cicrano. Vamos atrás vamos!; vamo se reunir-se bora!; Chegou nossa hora chegou!; Pronto bora resolver!; Vamos fazer isso vamo!; todo mundo contrata agora pra se fazer. E não no outro dia um dizer eu vou pra minha roça, ou vou arrancar mandioca, eu vou pra casa de farinha. Aí é dificuldade. Porque se agente tiver numa mesma coisa que agente é nossa necessidade da gente, e agente puder juntas ela mais, com certeza da ela vai produzir mais. Agora tanto faz ser na roça, na casa de farinha, em casa ou em qualquer canto. Isto daí, quanto mais agente participar mais, com certeza a coisa vai dobrar mais naquilo que agente necessita. (Ent.08C, p.15-16)*
- *Agente joga para a assembléia e o que a assembléia decidir agente desenvolve, seja de aceitar ou não aceitar e a forma de desenvolver esse projeto. Mesmo que não seja um projeto específico, agente tem o critério de decidir de que forma vai desenvolver esse*

²⁴ As falas dos entrevistados transcritas neste capítulo estão sempre em itálico para distingui-las das citações de outros autores. Como se falou anteriormente.

projeto dentro da comunidade. Agente quer que seja assim, a nossa cara. Chegou aqui agente tenta moldá-lo ao nosso gosto, a nossa necessidade. (Ent.09A, p.48)

- *Quero ver minha comunidade crescer, em todos os sentidos. E que as pessoas não fique só esperando. Que elas entendam o que aquilo chegou ali, como foi feito, o que foi bom, o que foi ruim e como foi que a gente conseguiu chegar até ali, quem trouxe foi fulano, tudo bem, mas que elas entendessem tudo direitinho como foi; valorizar aquilo que estão recebendo. (Ent.11C, p.22)*

A resolução de conflitos por lideranças ou por um comitê institucionalizado (DURSTON, 2000, p.22) também é uma característica institucional e funcional do capital social comunitário, podendo as falas a saber ser apontadas como um indicativo de sua presença:

- *Meu fio, é tudo bem viu? É uma reunião que é que nem uma rimandade. Que um aceitar, graças a Deus os outros tudo aceita. É tudo que nem uma rimandade. (Ent.08A, p.45)*
- *Vai ser bom pra nós, né? Se todo mundo levar tudo direitinho, todo mundo pagar direitinho, não criar problema da tudo certo né? (Ent.03C, p.6)*

A característica institucional e funcional do capital social comunitário, a **mobilização e gestão de recursos comunitários** (DURSTON, 2000, p.22), foi identificada nos seguintes discursos dos entrevistados:

- *De certa forma é uma ajuda, mas se fosse eu faria diferente. O Bolsa-Família por exemplo Cada família que tivesse filho estudando, claro que estudando e não trabalhando, mas pra eles receberem aquele dinheiro é preciso fazer alguma coisa pela comunidade, algum trabalho mesmo que coletivo na comunidade. Por exemplo: trabalhar na roça de alguém, fazia uma escala, hoje trabalhar no roçado de Julio, amanhã no de Maria e assim ir se ajudando, e não estariam recebendo aquilo por receber. Estariam dando a sua contribuição. O PETI é muito bom. Precisaria mudar alguma coisa, tem criança e tem adolescente; criança com mais recreação, os adolescente cursos profissionalizantes, talvez um artesanato. Os monitores com mais condições de trabalhar. (Ent.11C, p.20-21)*
- *Agente tem sempre convidado a turma, e a casa sempre é cheia, as discussões são boas. Embora tem uns que querem que as coisas que se discute hoje amanhã chegue; não fácil agente sabe muito bom disso; mas a participação é boa e tem um incentivo muito bom das próprias famílias, porque se não acontecesse esse incentivo os projetos não chegavam. Porque as vezes temos reuniões com órgãos do governo e eles dizem que nem sempre encontram a participação da comunidade como aqui. Mas tem que ter isso. Tem uma época que reduziu, mas voltou a casa cheia, e hoje agente se mantém com a casa cheia e agente tem discutido muito e conseguido os benefícios. (Ent.13C, p.26)*

Uma característica institucional e funcional do capital social comunitário aparentemente difícil de encontrar a partir da teoria, ou seja, **a legitimação de líderes e executivos com funções de gerir e administrar** (DURSTON, 2000, p.22) foi encontrada nas falas seguintes:

- *Porque tem gente aqui que são muito ignorante, que tem juízo, quanto mais fazem, mais vai fazendo a eles dizem que nada ta prestando. Por que hoje em dia, você sabe, pra alguém nem Deus faz nada que preste porque o que Deus o faz ninguém faz. Não é verdade? É por isso a gente quer uma pessoa de cabeça pra andar procurando. Se não for uma pessoa que procure, ele não vem aqui trazer, não é verdade? (Ent.09C, p.17)*

- *Chegaram através de **Zé Carlos**, por que ele vai a varias reuniões, ai através dele. Porque se ele não fosse a essas reuniões não chegariam. É bom pra comunidade. (Ent.02C, p.4)*

A característica institucional e funcional do capital social comunitário que se refere à **criação de lugares e estruturas de trabalho em equipe** (DURSTON, 2000, p.22) se pode inferir a partir das falas dos entrevistados, como abaixo transcrito:

- *O pessoal ta chegando mais as reuniões. Você conversando direitinho com eles, muitos têm muito medo de falar. Por exemplo eu aprendi muito sobre o projeto da casa de farinha, eu e mais duas pessoas daqui da comunidade, e isso passa mais segurança e tem gente de fora e daqui e agente tem mais certeza que isso vai acontecer. (Ent.11C, p.21)*
- *Teve também muitos cursos, que embora não tenham permanecido na comunidade mais tem. Acho que faltou um pouco de iniciativa da parte do próprio pessoal. De perseverança também. (Ent.11C, p.20)*
- *Eu fico feliz pelo trabalho que está acontecendo, como esse, e expandir também os trabalhos na universidade para que a universidade seja mais próxima da comunidade e a comunidade esteja com as portas abertas para receber a universidade e a partir daí divulgar mais os trabalhos que estejam sendo realizados nas comunidades. É o meu questionamento. (Ent.13C, p.27)*

Quanto à **prevenção e a sanção para os “free riders” ou “polizontes”, ou seja, pessoas que buscam o benefício do capital social sem destinar esforço ou recursos próprios para o fortalecimento deste mesmo capital social** (DURSTON, 2000, p.22) se identificaram nos seguintes depoimentos verbais nas entrevistas:

- *Acho também que contato consegue ajuda de outras pessoas que chegam aqui pra realmente ajudar, outras vem passam e vão embora, não deixam nada. Outras passam e deixam alguma coisa. (Ent.11C, p.20)*
- *Não sei, por que nunca fui a reunião. Vem muito pouca gente. A que vem mais gente é a de mês. Agora quando é pra pegar um questionário, é cheio que virgem Maria! (Ent.14C, p.28)*
- *O que foi ruim e agente ainda acha que é ruim é aquelas pessoas que não contribui e ainda fica de fora só criticando. Criticando e muitas das vezes fazendo que as pessoa perda a sua credibilidade e perda força para se partilhar a realidade. (Ent.10A, p.52)*
- *Acho que sim. É por que tudo que chega aqui é bom para comunidade. Pra quem é da comunidade e pra quem é de fora por que muitas pessoas de fora vem fazer farinha aqui na comunidade. Ai é bom em geral pra todos. (Ent.02C, p.4)*

A característica institucional e funcional do capital social comunitário que se refere à **produção de bens públicos criados por esta forma coletiva de capital social, como prevenção de delito, sistemas de risco, fundos rotatórios, resolução de conflito, empresas associativas, todavia rentáveis, etc.** (DURSTON, 2000, p.22) pode ser assim exemplificada a partir das entrevistas:

- *Ruim é quando o programa chega e a comunidade não está preparada. Porque a tendência é não dá certo. Porque a lógica do governo é pra que não dê certo e eles dizerem: Olhe não deu certo e não vale a pena mandar mais. A comunidade tem que está organizada, preparada pra receber, porque a partir daí ela vai dá exemplo pro governo de como foi importante receber os projetos, como a comunidade organizada, ele tem mais condições de receber outros projetos daí dá exemplo a outras comunidades também que elas tem direito a receber esses projetos, e não fique só no papel. (Ent.13C, p.25)*
- *Desde que a programa seja implantado e a comunidade acredite que a coisa vai funcionar que é bom. Agente acha que não é bom quando nem vem programa que não tem nenhuma segurança na própria comunidade, porque tem uns desses programas aí, dá questão da terra, a própria comunidade discutiu a formas de ser implantado, por que se fosse implantado na forma que veio do governo, daqui 10, 15 anos agente não tinha direito a reivindicar de novo, dado o tempo. Questão da terra ela tem que ser no Regime Coletivo. Porque no Regime Coletivo? Essa terra é que serve pra comunidade, não é pra uma família todas as famílias vão ter direito a essa terra, mas com uma condição; não pode vender, não pode alugar, nem passar pra uma pessoa que não seja da comunidade. Para que com o tempo não esteja com problema de justiça. (Ent.13C, p.25)*

Capital social individual

É possível também identificar em uma das entrevistas um forte potencial empreendedor, um tipo de capital social individual constituído de créditos acumulados pela pessoa a partir e na proporção dos serviços e/ou favores que prestou em algum momento passado. É plausível afirmar que este acúmulo de experiências e saberes está potencialmente disponível e acessível à comunidade na medida em que seja identificado e a pessoa seja estimulada a compartilhar tais experiências e saberes com a sua comunidade.

- *Eu já tirei 3 vezes de R\$ 500,00, 2 vezes de R\$ 1.000,00 e tirei 1 vez de R\$ 3.000,00. Ai venho trabalhando com esse pouquinho, vai aplico em outra coisa, lá vai... tal... Pra que ele não se perca. Na época eu comprei um garrote, paguei. Comprei outro. Agora a pouco vendi tudo, comprei uma casa na rua, pra segurança. Mais tarde eu preciso de um troquinho eu já salvei esse. Muita gente não sabe aplicar... ai fica difícil quando chegar o inverno, na época de fazer nossa plantação, agente tem onde buscar esse, mesmo agente pagando. (Ent.08C, p.14-15)*

SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Um olhar referente a desenvolvimento local pode ser inferido a partir das falas. Parece que na visão do grupo entrevistado a noção de desenvolvimento está ligada às condições básicas, mínimas, que uma comunidade deve ter para uma sobrevivência digna. Isto talvez tenha relação com a condição das comunidades quilombolas, uma vez que estas parecem estar no centro do problema da pobreza, exclusão e falta de oportunidades no Brasil. Mas também pode ter fundamento na forma com que se está implementando o desenvolvimento no Brasil, em especial a partir das políticas públicas. É preciso recordar o que diz Morin (2001, p.70): O

próprio desenvolvimento criou mais problemas do que soluções e conduziu à crise profunda de civilização que afeta as prósperas sociedades do Ocidente. Assim é possível encontrar uma convergência das falas no que diz respeito à visão de desenvolvimento, ainda que pela ausência da condição desejada.

O ponto de partida para analisar as falas dos entrevistados é a proposição de Autores como Lima (2003, p11 e 27); Callou (2003, 27) e Jesus (2003, p.72-73) em que se buscou uma síntese das noções de desenvolvimento local propostas elencando-se, de forma sintética, uma visão de desenvolvimento local como sendo a *construção de oportunidades, mobilização de capacidades endógenas, concertação e superação de dificuldades*, pelo que e passa a identificar nas falas possíveis indicativos da presença destas características ou de sua presença pela negação da característica nas falas das mesmas entrevistas.

Desenvolvimento local enquanto construção de oportunidades

Quanto à proposta é de construção de oportunidades, mas as políticas públicas estão de tal forma atreladas à burocracia que o tempo passa a ser um vilão do processo. É preciso repensar que tipo de desenvolvimento está sendo promovido, de que sustentabilidade se está falando e que se está dizendo promover. As falas dos entrevistados dão conta de uma situação que merece reflexão e aprofundamento no que diz respeito às políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas:

- *O meu maior desejo é que esse plano fosse abastecido. Assim nós tem, mesmo, ou no banco, agente tivesse essa área, "Tivesse esse plano que pudesse atender a necessidade na hora da necessidade". (Ent.08C, p.15);*
- *Porque as vezes demora um pouco os projetos chegar. É a parte mais ruim dois, três, quatro ou cinco anos é que tá sendo aprovado os projetos. É que demora, mas felizmente está sendo aprovado. (Ent.10C, p.19);*
- *Olha a meta é pra ser voltado. Agora a bronca é a questão da demora. Porque esses projetos têm uma questão, dos projetos sociais, enquanto a comunidade não for reconhecida e titulada ela vai encontrar dificuldade pra receber. Então ele é voltado, mas por outro lado complica. (Ent.13C, p.25).*

Por outro lado, o nível de carência e necessidade é tal que a condição mínima básica para uma população viver com dignidade é tida e assumida por alguns dos entrevistados como uma quase benção:

- *Foi muito bom. Ajudou muito aqui. A gente vivia de candeeiro né? (Ent.04C, p.7)*

- *Posto de saúde pra nós, que não tem aqui, quer dizem que vai ter, mais lá pra baixo era muito bom. Pra mim mesmo é um trabalho pra nós trabalhar. A terra pra nós botar adubo nela que ela ta muito fraca. (Ent.03C, p.6)*
- *Chegou muita coisa: por que de primeiro na nossa casa não tinha luz. Ai chegou. De primeiro nós carregava muita água da rua. Ai veio o carro. Transporta no carro. De primeiro a gente ia pra rua tudo de pés, aqui era muito mato. Eu tinha medo, era tudo mato. Agora tem uma motinha²⁵, quando a gente quer vem de moto. Fizeram esse chafariz. Chega sempre uma cesta básica para ajudar a gente que da a gente isso o uma boa vitória. (Ent.09C, p.16)*

Um resumo da lista de benefícios (os entrevistados não conseguem fazer distinção entre projetos ou programas), na visão dos entrevistados, permite também avaliar o nível de carência em que se encontram as comunidades quilombolas. O depoimento de um dos entrevistados (*Foi muito bom. Ajudou muito aqui. A gente vivia de candeeiro né? (Ent.04C, p.7)*) dá uma idéia do quanto se precisa trabalhar no sentido de promover de reais oportunidades para as pessoas do local.

- *adubo, água, animais (gado, galinha) banheiros, biblioteca, caixa d'água, cartão bolsa família, casa de farinha, cesta básica, chafariz, cisternas, curso para a comunidade, demarcações das terras, dormitórios, energia elétrica, escola (uma sala), frente de emergência, leite (leite de Cabra duas vezes por semana terça feira 3 litros, sexta feira 4 litros), motinha, (moto taxi), ônibus escolar, poço artesiano com capacidade de 6.000 litros/hora com profundidade de 53 metros, (somente em Castainho) programa de tração animal pelo PRORURAL, PRONAF do Banco do Nordeste. (Ent.04C, p.7)*

No caminho da construção de oportunidades parece haver uma dissociação entre o que é oferecido pelos programas de governo, as reais necessidades da comunidade e o que a comunidade entende como oportunidade de crescimento.

- *Eu sei que eles vieram (quando perguntado se os projetos são feitos para a comunidade) diretamente pra comunidade uma teve um projeto de um gado que ele chegou e foi enviado por um político, [...] ele liberou alguns recursos para que fosse distribuídas umas vacas na comunidade. Um projeto boi/carro. Cada qual quando não pegou uma vaca, pegou um garrote, carro de boi, um arado. **Apesar de que ninguém aproveitou, porque a gente não tinha nem onde criar.** (Ent.08C, p.13)*

Desenvolvimento local enquanto mobilização de capacidades endógenas

Mobilizar capacidades endógenas pressupõe conhecimento prévio, mínimo em relação à capacidade que se deseja fazer crescer. Ao que parece, pelas falas abaixo transcritas, os programas e projetos que chegam até as comunidades pesquisadas carecem de se apropriar das capacidades endógenas locais no momento em que são planejadas as ações. Vale observar em uma das falas certo

²⁵ Tipo de transporte alternativo realizado através de motocicleta e muito comum fora da Região Metropolitana do Recife

descrédito em relação aos verdadeiros propósitos governamentais em relação às comunidades quilombolas.

- *Ruim é quando o programa chega e a comunidade não está preparada. Porque a tendência é não dá certo. Porque a lógica do governo é pra que não dê certo e eles dizerem: Olhe não deu certo e não vale a pena mandar mais. A comunidade tem que está organizada, preparada pra receber, porque a partir daí ela vai dá exemplo por governo de como foi importante receber os projetos, como a comunidade organizada, ele tem mais condições de receber outros projetos daí dá exemplo a outras comunidades também que elas tem direito a receber esses projetos, e não fique só no papel. (Ent.13C, p.25)*
- *De certa forma é uma ajuda, mas se fosse eu faria diferente. O Bolsa-Família por exemplo Cada família que tivesse filho estudando, claro que estudando e não trabalhando, mas pra eles receberem aquele dinheiro é preciso fazer alguma coisa pela comunidade, algum trabalho mesmo que coletivo na comunidade. Por exemplo: trabalhar na roça de alguém, fazia uma escala, hoje trabalhar no roçado de Julio, amanhã no de Maria e assim ir se ajudando, e não estariam recebendo aquilo por receber. Estariam dando a sua contribuição. O PETI é muito bom. Precisaria mudar alguma coisa, tem criança e tem adolescente; criança com mais recreação, os adolescente cursos profissionalizantes, talvez um artesanato. Os monitores com mais condições de trabalhar. (Ent.11C, p.20-21)*

Desenvolvimento local e Concertação

- *Ele vem de uma forma, de acordo com o que a gente solicita. A gente está precisando. Por que a gente não vai aceitar um projeto que a gente sabe que não vai dar para agente. [...] Não simplesmente jogar de lá para cá e a gente pegar sem uma noção de como desenvolver. (Ent.09A, p.46)*
- *Depois que as comunidades negras se organizaram e começaram a participar do movimento, mostrando a sua coragem o seu interesse e a necessidade do seu povo já hoje nós temos projetos específicos linhas de projetos específicos somente para comunidades quilombolas, mas nem todos os projetos são específicos para os quilombolas. (Ent.10A, p.51)*

Desenvolvimento local enquanto superação de dificuldades

- *A dificuldade é essa. Se o governo pudesse criar essa área e abastecer e ajudar a plantar, mesmo ele recebendo depois de volta aquilo dali. Não digo que seja dado não, porque a gente não pode também dizer assim “nós quer dado”. A gente quer aquele crédito pelo menos naquela hora exata que a gente precisa, vamos fazer isso daqui. (Ent.08C, p.14-15);*
- *Acho uma coisa muito bom, porque vai mudando de vida. A pessoa vai trabalhando e a pessoa vai ficando mais melhor. Eu acho isso ai. (Ent.07C, p.11);*
- *O projeto da casa de farinha ta sendo bom porque a gente passou esse tempo agora trabalhando na área dos outros, na casa de farinha lá em baixo, e outra casa de farinha no campo, ai não é como essa daqui, que abastece muita gente. Lá tem hora marcada, aqui não tem. Quer dizer que é uma grande importância, uma coisa boa pra nós. (Ent.08C, p.13)*
- *É que chegasse os recursos dos banheiros porque começou o projeto e não terminou. Por que não sei. (Ent.02C, p.5).*

SOBRE EXTENSÃO RURAL

A centralidade da questão estudada neste trabalho está na relação das políticas públicas de ATER em correspondência com as intenções explicitadas nessas políticas para as comunidades quilombolas sendo o foco centrado nessas políticas e na sua oferta, como um processo educativo e socialmente incluyente. Parte-se do princípio acolhido por Pires (2003, p57) *que não se trata de favor, mas se constitui como obrigação do Estado a implementação e a preservação das políticas de extensão como um bem público, gratuito e acessível ao conjunto daqueles que mais necessitam*. Caporal (2006, p.1), referindo-se à PNATER, destaca que “[...] depois de 13 anos, uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) propõe às entidades e agentes de extensão rural que participem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural”. Isto posto, alguns questionamentos podem ser feitos:

- Em que medida e proporção a nova política de ATER foi ou está sendo implementada de modo a quebrar paradigmas; os velhos hábitos e as carapaças (relações pessoais e correlações de forças institucionais, burocracia e processos decisórios que não levam em conta a condição econômica, social, educacional e a tradição quilombola, um difusionismo travestido de postura *freireana*)?
- Como fazer uma nova ATER, de um novo lugar e de uma nova forma?
- Como gerir com mais agilidade, harmonizando o tempo da burocracia e o tempo e a necessidade quilombola, de modo a se construir um eficaz aumento da produção e da produtividade e um efetivo aumento da renda e do bem-estar das famílias rurais?

Talvez este seja o grande desafio que nas respostas dos entrevistados não se consegue identificar.

- *Deveria ter um recurso que na época de planta a gente pudesse abrir um empréstimo com o governo ou qualquer outra entidade, vamos aumentar nossa roça, ou vamos fazer uma aração, porque às vezes chega na época de plantar a gente não tem o trator para arar. E às vezes quando a prefeitura manda o trator para arar aqui os tratoristas só fazem o que querem e não chega a posição e fazer uma hora que a gente precisa, ai só faz pela metade. [...] Eu conheço o programa PRONAF que não é nessa hora exata. Muita gente daqui tirou esse dinheiro R\$ 500,00, R\$ 2.000,00 reais. Eu mesmo tirei, R\$ 3.000,00 pro poço. Ele ta me abastecendo, tem água, serve pra lavar, pra beber, pra tudo. Que dizer que isso aí pra mim já foi uma riqueza. Já foi um recurso que eu vou pagar ele em 7 anos. Não sei nem quando que vou começar que é pra pagar agora em 2009, do PRONAF também. Ai é essa história. O projeto existe mais não está em harmonia com a necessidade. (Ent.08C, p.14-15)*
- *Na Comunidade de Angico foi possível constatar ações pontuais do Governo Federal no campo da ATER, em especial dos programas de combate a fome. Informações verbais da*

liderança da comunidade dão conta de que, a partir de maio de 2007 a comunidade foi inserida no rol de comunidades priorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o ano de 2007. Todavia em 2007 houve a elaboração de projeto referente a ações de ATER seguido da dolorosa e cruel caminhada burocrática, em que a Comunidade de Angico não teve qualquer deferência ou consideração especial em termos de burocracia e exigências, culminando com a promessa de liberação para o ano 2008.

Em Castainho está sendo recuperada a Casa de Farinha local, numa ação patrocinada pela PETROBRAS e empreendida através da ação conjunta SEPP/IR/MDS/FUBRA (Fundação Universitária de Brasília) e a ONG Djumbay. Também na comunidade de Castainho estão sendo empreendidas ações de demarcação do território, em uma ação conjunta INCRA/MDA/IBGE/UFPE- Departamento de Engenharia Cartográfica e UNB - Universidade de New Brunswick - Canadá.

Caporal (2005, p.6) afirma que a *ação extensionista atuava “visando o aumento da produção e da produtividade da agropecuária, para com isso chegar ao aumento da renda e do bem-estar das famílias rurais [...]”* aparentemente, pelo menos no caso das comunidades estudadas, não persiste esta visão. Ou seja, não se encontrou sinais de trabalhos (programas e projetos) no sentido do aumento da produção e/ou da produtividade, muito menos do aumento de renda. O que se viu, salvo engano, foi um conjunto coordenado de iniciativas que em sua finalidade última apenas mantém as populações um pouco acima da linha da miséria.

- *Junto com o PRORUAL também trouxemos o projeto dos banheiros aonde temos 50 banheiros construídos na nossa comunidade isso tudo foram projetos paliativos, mas importantíssimos para a nossa gente.*

Não foi possível identificar iniciativas e ações que sinalizem crescimento de longo prazo, estabilidade econômica e promoção da felicidade. Ao contrário, os depoimentos também revelam comodismo, conformismo e acomodação a uma situação que, sob a visão de alguns entrevistados, é reflexo das benesses de um estado providência.

Quando perguntados sobre os projetos que chegaram na comunidade

- *Tudo bem né? Estou gostando dos projetos. Água que vai chegar pra nós. Já livra da gente ta comprando, carregando de longe né? Tando pertinho é uma benção pra gente. (Ent.06C, p.10)*
- *Emergência, e agora a bondade que ele está fazendo com agente agora. O cartão Bolsa Família, e essa cesta básica que ele manda para a gente. (Ent.07A, p.42)*

Quando perguntado sobre as necessidades pessoais e do grupo:

- *São muitas, homem de Deus! Ajeitar minha casa. O que a gente ganha num trabalho só da pra comprar um feijão, carne. (Ent.06C, p.10)*

Mas também é possível constatar pelas falas uma forte dependência da comunidade em relação à ação do Estado através de seus especialistas, o que coloca a comunidade e as pessoas em posição de sujeição com fortes indícios de que tal como se encontra dificilmente a situação mudará caso as ações de ATER não assumam outra configuração e forma na sua aplicação no campo. É possível identificar o aqui posto ante a resposta de um dos entrevistados quando perguntado: Qual o seu maior desejo? Como poderia ser realizado? (com sua ação, com a ação da comunidade e com a ação dos programas de governo):

- *Através da aprovação dos técnicos que veio né? Por que se eles não aprovarem não assinarem perde. Ai o nosso desejo é realizado através deles né? Eles vem, elabora, e tal, e se não assinar ai pronto, de nada adiantou né isso? O meu ponto de vista é esse. (Ent.06A, p.42)*
- *(quando fala sobre o maior desejo: água) Vai depender do governo né? Principalmente Deus e depois o governo. O desejo da água pode ser realizado pela comunidade se juntar tudo e fazer um pedido (Ent.02A, p.34)*

Um aspecto instigante desta análise é que também se apresenta nas respostas indicativos de necessidade de capacitação associada a uma clara visão de que a responsabilidade total não pode ser atribuída ao governo, sua ação e sua atuação no local. Isto pode ser constatado quando se obtém resposta à pergunta: Que ações de governo estão nas comunidades quilombolas? (que programas de governo passaram por aqui?)

- *Foi um programa beneficente que no momento gerou uma expectativa muito grande nas pessoas mas como a assistência técnica não foi muito boa e por as pessoas não entender o que é um projeto ele beneficiou mas não foi muito gratificante(Ent. 10A, p.49)*
- *Antes cada qual tinha uma roça, mais era muito pouca. Quando não tinha um roçado era muito pouco. Aumentou um pouco por aqueles que queriam trabalhar continua trabalhando, aqueles que não quiseram não tem importância nenhuma, não aproveitaram a terra porque a terra teve uma importância pra aquele que quer trabalhar tanto faz ter terra como não ter. As vezes o cara bota quatro, cinco roçado, ele sabe que vai ter o sustento daquele roçado e quem tem um vai ter pouco aproveitamento. Pra aquele que não quer trabalhar fica sem validade. (Ent.08C, p.13)*
- *Posto de saúde pra nós, que não tem aqui, quer dizem que vai ter, mais lá pra baixo era muito bom. Pra mim mesmo é um trabalho pra nós trabalhar. A terra pra nós botar adubo nela que ela ta muito fraca. (Ent.03C, p.6)*

SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS

É preciso considerar que ao eleger ações afirmativas como uma categoria neste estudo se tem como meta estudar esta categoria à luz do desenvolvimento local, das políticas públicas de extensão rural e do fortalecimento do capital social comunitário considerando as ações de governo em suas políticas públicas como determinantes para a consecução destes objetivos.

O ponto central deste tema é a identificação objetiva de ações e políticas públicas no campo das ações afirmativas a partir da resposta à pergunta: Que ações de governo estão nas comunidades quilombolas? (que programas de governo passaram por aqui?).

A análise que segue tem como ponto de referência o estudo da ação afirmativa como “justa igualdade de oportunidades” enfatizando que somente existirá, de fato, a justa igualdade de oportunidades caso sua implementação esteja provisionada de recursos, principalmente financeiros, os quais sejam instituídos como uma base para a participação (ou competição) efetiva. A resposta a seguir dá uma justa idéia em relação as ações de governo junto às comunidades quilombolas. Observe-se que o depoimento revela uma deficiência nos vários níveis de política de governo voltadas para comunidades quilombolas. (grifos nosso).

- *Conseguimos também a cesta básica para a alimentação das famílias por que agente ver que por falta de terra para trabalhar, por as pessoas não terem a oportunidade de na época da lavoura ter a sua terra suficiente para plantar ter aquela cultura que é coisa de governo que o município arrenda a áreas de terra, ara e distribui com as pessoas, mas com isso surgiu uma deficiência por que os fazendeiros foram pegando as terra depois que o povo tirava a lavoura e foram plantando capim e daí não cederam mais a terra para o município, para o gestor do município ter essa terra para distribuir com a população. Ficou mais difícil por que as pessoas não podem mais trabalhar pra ter a sua manutenção. Mesmo tendo aquela terra que era dada pelo governo do município não era o suficiente por que eles tinha uma área de terra só pra plantar o milho e feijão. E agente sabe que isso não é a cultura de nós, só o milho e o feijão não é a cultura de nós agricultor. Porque agente no nosso pequeno pedaço de terra que é próprio, lá se planta o milho e o feijão, planta o algodão, planta a batata, planta a mandioca, o feijão macassa, que nós conhecemos como feijão de corda, o guandu, a mandioca a macaxeira, isso é a cultura que é resistente que faz com que as famílias tenha uma condição de vida, tenha uma alimentação mais classe para a sua família. E por não ter a terra suficiente, trabalhando nas áreas dos fazendeiros, alugadas pelos município isso dificulta muito e agente vê que a maioria da nossa gente passa necessidade por não ter como trabalhar pra ter a sua alimentação. (Ent. 10A, p.49)*

Ações afirmativas como “contratação preferencial” se refere a medidas corretivas para o caso em que a “justa igualdade de oportunidades” venha a provar não ser adequada. Nas respostas dos entrevistados abaixo não se consegue dizer que das políticas públicas estão sendo fomentadas ações afirmativas a partir da justa igualdade de oportunidades.

- *O projeto que chegou na comunidade foi o projeto do banheiro, as cisternas e os projetos da escola que chegou na comunidade o projeto da escola que estão fazendo. (Ent.01A, p.32)*
- *No passado teve aqui a frente de emergência, programa que realmente veio para ajudar a comunidade como um todo. No presente tem agora as escolas que agente tem na comunidade. As cisternas, programa governamental, também tem as questões dos banheiros. (Ent.09A, p.46)*
- *Melhorias sanitárias, Poço artesiano que o pessoal comprava água em Garanhuns pegava água do rio, das barragens, cacimba, que não era uma água tratada de qualidade. Cisterna, a biblioteca; que o material já chegou, só falta colocar lá tudo direitinho. (Ent.11C, p.20)*

As análises anteriores demonstraram que contribuir para a promoção do desenvolvimento local envolve uma multiplicidade de ações simultâneas que aumentam de complexidade quando se deseja verificar se os remanescentes de comunidades dos quilombos estão sendo contemplados pelo governo brasileiro, no sentido da construção do desenvolvimento local a partir das iniciativas dos programas governamentais de extensão rural.

Como se pode falar de ações afirmativas em uma situação social na qual a comunidade não tem o mínimo, o básico, que uma vida digna exige e um ser humano merece?

Entende-se ação afirmativa como medidas especiais visando ou eliminar desigualdades historicamente acumuladas ou garantir a igualdade de oportunidades ou ainda recuperar perdas. Há que se fazer um grande exercício de interpretação para não se cair em injustiça, mas também não se mostrar uma realidade que não existe.

Pode-se chamar ação afirmativa programas de eletrificação, quando se sabe que eletricidade é uma fonte básica de bem estar? Pode-se chamar ação afirmativa programas na área de saúde que envolva instalação de banheiros onde não se tem água encanada? Construção de unidade de atendimento de saúde em que o usuário tenha que andar alguns quilômetros para ser atendido? Ou o que

dizer de uma escola na qual os alunos tenham que andar, no mínimo, trinta minutos no sol ou na chuva? A entrega de instrumentos musicais e tecidos singelos pode ser considerada como uma ação afirmativa no campo da cultura? E o que dizer de ações recorrentes que demonstram, no mínimo, que a carência não foi tratada com a intensidade requerida?

- *Banheiro e cisternas, no passado no presente as casas e os banheiros novamente. (Ent.03A, p.34)*

A realidade apontada pelos entrevistados como ações de governo na comunidade demonstra que se está muito longe de afirmar que, de fato, existem ações afirmativas empreendidas pelos programas e projetos de governo. Enquanto as regras e tratamento burocrático que são aplicadas às grandes fundações públicas e privadas e às entidades não governamentais de grande porte forem as mesmas que as aplicadas para as comunidades quilombolas não se pode falar de ações afirmativas enquanto ferramenta de transformação social através de medidas especiais visando ou eliminar desigualdades historicamente acumuladas ou garantir a igualdade de oportunidades ou ainda recuperar perdas.

CONCLUSÃO

Em se assumindo como verdade que os resultados da pesquisa, a partir de estudo em duas comunidades quilombolas na Região do Agreste do Estado de Pernambuco, não podem ser de forma inocente extrapolados para todas as comunidades quilombolas, é válido também afirmar que não se devem desprezar os dados, as informações e as conclusões como sendo um fato restrito àquelas comunidades.

Ao que parece, a presença do Estado em relação às comunidades quilombolas estudadas tem sido um tanto difusa e em uma série de programas e iniciativas não é possível identificar uma ação ou iniciativa com força política e técnicas suficientes para catalisar as intenções.

A questão quilombola e sua reivindicação vem de uma luta que tem relação com uma reivindicação internacional. Vem também de uma postura dos movimentos sociais que deixaram de ser meramente reivindicatórios para serem contemporaneamente propositivos. Hoje já se percebem os movimentos quilombolas no Brasil com algum poder de pressionar os governos na busca da aplicação de efetivas políticas públicas para aqueles seguimentos. Se por um lado estes movimentos indicam existir algum capital social comunitário, por outro lado os mesmos não são organizados o suficiente para exercer uma pressão efetiva.

Ao propor o estudo/análise/comparação tendo como referência o PNATER em relação às categorias estudadas é possível verificar que tal como proposto o PNATER não satisfaz e não corresponde ao esperado. Estabelecer pura e simplesmente bases para um desenvolvimento, sem prover diretamente para as comunidades quilombolas os meios e recursos (humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros) adequados, tratando o tema como transversal, muito dificilmente se conseguirá êxito.

A resposta à pergunta: *Como as comunidades de remanescentes dos quilombos estão sendo contempladas pelo governo brasileiro, no sentido da construção do desenvolvimento local a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural?* Não é de fácil equacionamento, uma vez que não se pode negar o esforço de ações governamentais no sentido de promover o

desenvolvimento local a partir de ações nas comunidades quilombolas. Todavia são ações que pecam por uma deficiência crônica de sintonia e sofrem uma constante sobreposição de esforços, tanto em nível federal como em nível estadual, como se depreende das falas aqui trabalhadas. Isto leva a questionar em que medida e dimensão o governo está realmente querendo transformar uma realidade através das ações, projetos e programas a que se propõe.

O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar em que medida os programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro dirigidos para as comunidades de remanescentes dos quilombos estão favorecendo o desenvolvimento local dessas comunidades *a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural* e sob o ponto de vista das ações afirmativas, do capital social comunitário, da extensão rural e do desenvolvimento local. Para tanto se procurou:

- a - Investigar em que medida as comunidades quilombolas são envolvidas no processo de planejamento governamental a ponto de perceberem e/ou aperceberem a implementação dos programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro, em suas localidades;

O que a pesquisa revelou é que não existe uma abordagem em termos do envolvimento das pessoas a ponto de se poder dizer que as comunidades quilombolas são envolvidas no processo de planejamento governamental. Muitas vezes as pessoas e os grupos são levados a participarem de um processo que careceriam de um nivelamento em termos de pontos-de-vista e de conceitos para se poder iniciar uma discussão. Não se tem notícia de que tal procedimento ocorra. A necessidade é de tal ordem que o ganho imediato é que conduz ações e decisões. Por outro lado ficou claro, a partir das respostas obtidas, que a demora entre o anúncio da iniciativa e sua efetiva realização (pode chegar a incríveis cinco anos de espera) pode gerar um desgaste pessoal na liderança local.

A metodologia adotada pelo Governo Brasileiro no tocante a geração de oportunidades de apoio através das políticas públicas envolve quase todos os ministérios do governo federal na lógica da transversalidade das ações, o que gera uma espécie de concorrência por áreas de ação, enfraquecendo a idéia e dividindo esforços.

- b - Identificar nas comunidades pesquisadas capital social comunitário possivelmente construído a partir de programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro, com vistas ao desenvolvimento local;

Alguns entrevistados informaram a realização de capacitações continuadas a partir de projetos governamentais. Entretanto, ao que parece, parte por responsabilidade das pessoas participantes e outra parte em função da não participação da comunidade nas definições dos temas das capacitações, não houve como dar continuidade aos conteúdos transmitidos. Fica difícil dizer se houve construção de capital social a partir dos referidos programas, até por que as capacitações não são os únicos meios de construção de capital social comunitário. O que é certo é que em relação às lideranças de Castainho e de Angico houve uma significativa mudança nas capacidades individuais, seja pela ação direta do governo, ou pela ação do governo através de entidades não governamentais, com reflexos positivos em membros da comunidade mais chegados às lideranças.

- c - Identificar em que medida as competências endógenas das comunidades pesquisadas estão sendo ampliadas pelos programas governamentais;

Os estudos mostraram existir competências endógenas nas comunidades, algumas originadas de conhecimentos ancestrais, especialmente as competências relativas ao trabalho na agricultura e pecuária. O que se identificou na pesquisa foi um alto índice de pessoas adultas sem alfabetização, o que dificulta trabalhos no sentido de ampliação das competências endógenas das comunidades pesquisadas. Assim é necessário um levantamento mais aprofundado em relação aos tipos de competências, embora algumas entrevistas apontam capacidades empreendedoras, com exemplos de gestão de sucesso e aquisição de novos conhecimentos com exemplos de repasse destes conhecimentos adquiridos para os demais membros da comunidade. Neste sentido pode-se dizer que as competências endógenas estão sendo, ou foram, de alguma forma, ampliadas.

- d - Investigar as principais necessidades apontadas pelas comunidades que poderiam ser objeto de propostas governamentais no sentido de atender às reais necessidades e anseios das comunidades quilombolas

Neste ponto a pesquisa se mostrou mais rica em obter retorno de informação. À medida que as pessoas foram perguntadas sobre suas necessidades e desejos o

conteúdo revelado se mostrou de uma simplicidade surpreendente. Na realidade os desejos expressos indicam a satisfação de necessidades básicas que deveriam estar no dia-a-dia das comunidades caso houvesse um real empenho das políticas públicas e dos projetos de governo em resolver o problema. Entende-se que água, e água encanada, banheiro, escola e posto de saúde, condução e estrada de acesso, arado, leite e cesta básica, não deveriam aparecer como um sonho, um desejo. Estas declarações e aspirações servem para indicar o quanto o país deixou tais grupos a sua própria sorte.

A pesquisa bibliográfica mostrou que os quilombos, ou mocambos, abrigavam potenciais de empreendimento e capacidade de sobrevivência gerada pela tradição, pela necessidade de resistir e pelo potencial criador. Note-se que os ancestrais dos quilombolas dominavam a tecnologia do ferro, tinham habilidades num amplo espectro, indo do trabalho braçal à ourivesaria, passando pelas artes (música, pintura, escultura, literatura, dança). Organizados em um sistema de defesa, conseguiram resistir por mais de trezentos anos e continuam resistindo ainda hoje, apesar do mundo globalizado. Mas tais qualidades e o capital social comunitário advindo desta não garantem às comunidades de remanescentes de quilombo, nos dias atuais, uma capacidade de resistir por igual espaço de tempo. Hoje as artimanhas são mais sutis, a compressão do tempo e a redução do espaço provocado pelos meios magnéticos e as tecnologias da informação confundem, seduzem, separam, deterioram. Nessas condições, as comunidades quilombolas não carecem de proteção, pois souberam se conduzir e se proteger até o momento, apesar das dificuldades e do ambiente hostil. O que estas comunidades precisam é de uma efetiva, sincera e direcionada ação da sociedade com vistas a devolver-lhes o que lhes foi negado por políticas públicas equivocadas, por uma sociedade que as ignoravam, pelo isolamento que as enfraqueceram.

Tal como se encontram, e diante do cenário identificado neste trabalho, não se pode dizer em que medida os programas de assistência técnica e extensão rural do Governo Brasileiro, dirigidos para as comunidades de remanescentes dos quilombos, estão favorecendo o desenvolvimento local dessas comunidades *a partir das iniciativas e dos programas governamentais de extensão rural* e sob o ponto de vista das ações afirmativas, do capital social comunitário, da extensão rural e do desenvolvimento local. Tais iniciativas, políticas e ações parecem estar

distantes de contemplar as comunidades na real medida de suas necessidades, especialmente por que as ações empreendidas são realizadas na lógica da transversalidade. Talvez se possam indicar pontos sobre os quais a Extensão Rural deveria se concentrar, tais como, entre outros:

- Alfabetização programática de políticas públicas (identificação, inserção e leitura crítica de políticas públicas);
- Capacidade de construir consciência crítica histórica a partir da reflexão e da ação;
- Organização política com o intuito de favorecer o emergir de sujeitos capazes conduzir a própria história;
- Fomento à dinâmica da cidadania coletiva a partir da cidadania individual, habilitando as comunidades quilombolas a arquitetar e impor projeto alternativo de sociedade;
- Desmistificação da pobreza de renda como única e principal pobreza a reduzir focando a *qualidade política* como um dos meios e modos de redução das desigualdades a partir da visão e da ação dos sujeitos.

Indicam-se tais pontos no intuito de que a extensão rural amplie as possibilidades de contribuição em relação às comunidades quilombolas no sentido de que estas, tendo uma inserção mais crítica na sociedade e juízos mais apurados em relação às ações de governo, possam construir e ampliar um nível de “qualidade política” que permita *emergir sujeito capaz de história própria, e arquitetar e impor projeto alternativo de sociedade*.

Por fim, convém registrar:

- a) A necessidade de novas pesquisas no sentido de:
 - i. Conhecer as realidades quilombolas de modo a se poderem desenhar programas projetos e ações com base em dados primários e menos em projeções estatísticas censitárias generalistas;
 - ii. Empreender iniciativas em campos que favoreçam a autonomia e autogerenciamento das comunidades, a redução da pobreza de renda e a convivência harmônica, sustentável e salubre com a natureza e o meio ambiente;
 - iii. Adaptar temas à realidade e à tradição quilombola visando fomentar a “qualidade política” e o protagonismo sócio-econômico-político das comunidades por meio das pessoas;
 - iv. Identificar aspectos idiossincráticos nas comunidades e nas pessoas no sentido de se poderem definir políticas públicas realmente voltadas para a realidade e a necessidade das comunidades de remanescentes

de quilombo respeitando-lhes o modo de ser, ver, agir, conviver e se relacionar com o fator tempo.

- b) A satisfação do autor com o desenvolvimento da presente pesquisa. Pelo que pode ser constatado o tema extensão rural para o desenvolvimento local em comunidades quilombolas, abordado neste trabalho, abre a possibilidade de contribuir para que a linha de pesquisa do POSMEX continue no estado da arte neste campo de estudo. É fundamental registrar o empenho profissional de todos os que fazem o mestrado, em especial o corpo docente, muitas vezes flagrado em manifesta e incontestável dedicação além e acima de sua obrigação e responsabilidade profissional. Exemplos de dedicação no setor público estimulam aos que se iniciam e comprometem, pelo exemplo, a que os alunos assumam uma postura também profissional e empenhada com o desenvolvimento da extensão rural em Pernambuco e no Brasil. O fato de promover uma educação inclusiva que, torna a sociedade melhor e mais justa, coloca o POSMEX, outra vez, no estado da arte no campo da pesquisa e do ensino em extensão rural e desenvolvimento local. Efetivamente a pesquisa contribuiu para aprimorar conceitos e confirmar idéias do autor. Os momentos em sala de aula envolveram sempre aprendizagem, surpresa, deleite e acolhimento, fizeram constatar que é possível harmonizar ciência e afetividade, rigor técnico e sensibilidade, razão e emoção, sem prejuízo da qualidade final e da cientificidade requerida e necessária a quem contribui para a condução e o crescimento dos saberes.

REFERÊNCIAS

- ALBALADEJO, e outros. **Novas Competências para os Atores do Desenvolvimento Rural na Amazônia.** Disponível em: <<http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n2p307.pdf>>, acesso em: 03.04.2007
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência.** São Paulo: Aori Comunicação, 2006.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares D., **Capital social,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.
- ARAÚJO, Zezito de **Alagoas Terra da Liberdade - Quilombo dos Palmares, Serra da barriga.** Folder do Governo do Estado de Alagoas e Ministério da Cultura/Fundação Palmares (2004). (Doc. Mimeo).
- ARAÚJO, Zezito de. **Zumbi dos Palmares.** 2006 - Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/biblioteca.htm>> Acesso em 08 out. 2006.
- BANCO MUNDIAL, **Brasil: Justo, Competitivo, Sustentável – Contribuições Para Debate,** 2002 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Disponível em: <http://www.obancomundial.org/index.php?action=/content/view_document/1512.html>; Acesso em 18.04.2007
- BEBBINGTON, A. in **Aprender de la experiencia – El capital social en la superación de la pobreza.** CEPAL, Santiago de Chile, 2005, Disponível em: <<http://www.eclac.cl>> Acesso em 10 jul. 2006.
- BAYER, Hugo Otto, **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas,** In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, Ensaio Pedagógico, Educação Inclusiva: direito à diversidade, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília:, 2006.
- BOFF, Leonardo. **Princípio Terra: a volta à terra como pátria comum.** São Paulo: Editora Ática, 1995.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis-RJ, Vozes,1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação:** São Paulo: Brasiliense, 2006 – (Coleção Primeiros Passos, 20).
- BRASIL, **Decreto 4886,** Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências, em 20 de novembro de 2003a.

BRASIL, **Medida Provisória nº 111**, cria, como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 21 de março de 2003b.

BRASIL, **Decreto Nº. 4.887**, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em 20 de novembro de 2003c.

BRASIL, **Instrução Normativa nº 16**, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 24 de novembro de 2003d.

BRASIL, **MP nº 2.186-16/01**, Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências de 23 de agosto de 2001.

BRASIL, **Decreto nº 6.040**, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, de 07 de fevereiro de 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As culturas populares no capitalismo** – Prêmio Casa das Américas de ensaio, Brasiliense, .

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes, O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Recife: Bagaço, 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto e Ramos, Ladjane de Fátima, **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia**, MDA/SAF/DATER, 2005
Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>>
Acesso em 23.04.2007

CAPORAL, Francisco Roberto Caporal. **Recolocando as coisas nos seus devidos lugares**: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita par a agricultura familiar. Trabalho apresentado no Seminário Nacional: Decidindo políticas de extensão rural para o Brasil, Brasília – DF, 12 a 14 de março de 2002

CARDOSO, Fernando Henrique e Faleitto, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório e NICHOLS Sue. **Demarcação de Territórios Quilombolas: a questão técnica e seus impactos sociais**. In INCRA, **Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências**, Brasília, MDA: Incra, 2006.

CARRIL, Lourdes. **Terra de negros: herança de quilombolas**. São Paulo: Scipione, 1997.

CATTANI Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI Antonio David (Org.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005.

CATARINO, **Concertação Laborática (texto permanente)**, 2005, Obtido em: <<http://www.paivacorp.com/djalma/connect/concertacao/default.asp>>; Acesso em: 14.10.2005

COHRE, Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos. **Direito à Moradia e Territórios Étnicos – Proteção Legal e Violação de Direitos das Comunidades de Quilombos no Brasil**, 2005, (Doc. Mimeo).

COSTA, Adriane Lobo. **Extensão Rural e meio Ambiente**. Revista eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental. Vol 07, out.nov.dezembro, 2001

DEMÉTRIO D. Valentini, 2005, Disponível em: <<http://www.brasilcatolico.com.br/artigos/governo.asp>>, acesso em: 14.10.2005.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas-SP: Armazém do Ipê, 2006.

DÍAZ, Laura Mota, **As faces atuais da pobreza urbana: elementos para uma reorientação da política social**, In: CATTANI Antonio David (Org.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2005.

DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?**, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, 2000

FELISBERTO, Fernanda, **A África na Sala de Aula: Recuperando a Identidade Afro-Brasileira na História e na Literatura**, In: Gomes, Nilma Lino (org.), **Tempos de Lutas: As Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro**, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006

FONSECA, Ma. Tereza Souza da. **A Extensão rural no Brasil. Um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FRANCO, Augusto de, in **Capital Social, Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, castells e Levy**, Instituto de Política, Milenium, 2001.

FRANCO, Augusto de. **aminoá-c-idos**. Aed, número 1, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FURTADO, Celso, **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 2007

GONÇALVES, Reinaldo. A herança e a ruptura. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

GOMES, Flávio dos Santos, **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil**, São Paulo, Ed. UNESP, Ed. Polis, 2005a

GOMES, Flávio, **Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul**, São Paulo, Contexto, 2005b

GOMES, Nilma Lino (org). **Tempos de Lutas: As ações Afirmativas no Contexto Brasileiro**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

HOUAISS, **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa** - versão 1.0 - dezembro de 2001 - Instituto Antônio Houaiss - Ed. Objetiva, 2001.

IDB RESEARCH DEPARTMENT, **MEMORANDUM**, Junho de 2000.

JARA, Carlos Julio, **A sustentabilidade do desenvolvimento local** / Carlos Julio Jara – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

JESUS, Paulo de, **Desenvolvimento Local**, In: CATTANI Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JESUS, Paulo de, e MANCE, Euclides. **Exclusão/inclusão**, In: CATTANI Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KESSLER G. e Roggi M. C., Programas de superación de la pobreza y capital social: la experiencia argentina, In: **Aprender de la experiência – El capital social en la superación de la pobreza**, CEPAL, Santiago de Chile, 2005, p. 133, obtido em <<http://www.eclac.cl>>; acesso em: 23 abr. 2006.

KOINONIA, **Territórios Negros – Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombola**, ano 5, nº 19, mai./junh. 2005, Rio de janeiro, 2005.

KOINONIA, **Territórios Negros – Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas**, ano 6, no 21, jan/fev., Rio de janeiro, 2006.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Recife: Bagaço, 2003.

LIMA, Irenilda de Souza e JESUS, Paulo, **A Pesquisa na Prática da Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável – Alguns Fundamentos Epistemológicos**, 2004.

MAY, Tim, **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**, Porto Alegre, Artmed, 2004

MÁRQUEZ, Gustavo, **Seminário Impulsando las Políticas de Inclusión en América Latina y el Caribe**, Departamento de Ivestigaciones BID, March 2007
Disponível em:
<http://www.iadb.org/res/pub_desc.cfm?pub_id=P-867&Language=Spanish>
Acesso em: 20.04.2007.

MARTINS, Roberto Borges, **Desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: um sumário da experiência brasileira recente**, CEPAL, Santiago do Chile, 2004, 72p, Disponível em:
<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/14728/Serie82_P.pdf>
acesso em: 10 out. 2006.

MARTINS, Rosângela Borges, **Desenvolvendo Competências**. Disponível em:
<<http://www.centrorefeducacional.com.br/desencomp.htm>>,
Acesso em: 27.09.2006

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário - **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER**, Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater, versão final: 25/05/2004.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER** 2005, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria da Agricultura Familiar.

MDA - Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006a.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável**. – MDA/CONDRAF, 2006b, Disponível em:
<[Http://www.condraf.org.br/biblioteca/documentos_do_condraf/Diretrizes.pdf](http://www.condraf.org.br/biblioteca/documentos_do_condraf/Diretrizes.pdf)>
Acesso em 07 out. 2006b.

MELLO, Guiomar Namó de. **Afinal, o que é competência**. Revista Novaescola Edição Nº 160, Fundação Victor Civita, Março de 2003.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. **Castanho etnografia de um bairro rural de negros**. Recife: Massangana, 1985.

MORIN, Edgar - **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MUNANGA, Kabengele (org.), **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **"Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa de cotas."** *Revista Espaço Acadêmico*, mar. 2003. <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>>

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, - (Ciências Sociais da Educação).

NOVO AURÉLIO, Séc. XXI, **Dicionário da Língua Portuguesa** – Dicionário Eletrônico, Versão 3.0, São Paulo, Nova Fronteira, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PENA, Sérgio D.J.; BORTOLINI, Maria Cátira. **Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-142004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2006.

PERRENOUD, Philippe - **Construindo competências, Entrevista com Philippe Perrenoud, Universidade de Genebra**, por Paola Gentile e Roberta Bencini, In Edição Nº 135, Fundação Victor Civita, Setembro de 2000.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas, **Crise e resistência no Escravismo Colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro**, Passo Fundo, UFP, 2002

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva, A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Recife: Bagaço, 2003.

Portes, Alejandro y Patricia Landolt (1996), **The Downside of Social Capital**”, *The American Prospect* 26 18–21.

PRONATER - **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Putzel, James (1997), **“Accounting for the ‘Dark side’ of Social Capital: Reading Robert Putnam, on Democracy”**, *Journal of International Development*, vol. 9, No.7, pp. 939–949.

QUEVEDO, Júlio, Marlene Ordoñez. **A escravidão no Brasil: trabalho e resistência**. São Paulo: FTD, 1999.

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Darci, **As Américas e a Civilização – Formação Histórica e Causas do Desenvolvimento Desigual dos Povos Americanos**. Petrópolis: Vozes, 1983.

ROMANO, Jorge O e Marta Antunes. **Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid, 2003.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 4. ed, São Paulo: Ed. Nacional; Brasília INL, 1976.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTOS, Jocélio Teles dos, **Cotas na UFBA: De Dilemas e Tergiversações**, In: Gomes, Nilma Lino (org.), *Tempos de Lutas: As Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro*, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAWAIA, Bader (org.), **As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**, Petrópolis, Vozes, 2006

SEBRAE, **Mapa de Competências para Gestão de Negócio**, 2006 Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/parasuaempresa/arq_parasuaempresa/mapa_guia>
Acesso em: 27 09 06.

SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, **Relatório de Atividades 2005 – Promoção da Igualdade Racial**.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986, 4v.

SILVA, Maria Nazaré Cavalcanti da, **Desenvolvimento Local e Formação de Competências: Análise do Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável em Granjeiro – CE**, dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, POSMEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Recife-PE, 2006.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach, **Resistência e Acomodação – A escravidão urbana em Pelotas – RS 91812-1850**, Passo Fundo, UPF, 2002.

TOMASI, Antônio, Introdução. In: TOMASI, Antônio (org.) **Da qualificação à competência: Pensando o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VALLE, Rogério (org.), **O Conhecimento em ação: novas competências para o trabalho no contexto da reestruturação produtiva**. Rio, Relume Dumará, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/13.shtml>>, Acesso em: 03.04.2007.

Wanderley, Mariangela Belfiore, **Refletindo Sobre a Noção de Exclusão**, in: SAWAIA, Bader (org.), **As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**, Petrópolis, Vozes, 2006

APÊNDICE – A

GLOSSÁRIO

Banco Mundial - O Banco Mundial é um organismo internacional multilateral, isto é, que tem como donos os governos de muitos países. O Banco é parte do sistema das Nações Unidas, e busca ajudar os países a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento social e econômico. Embora seja tradicionalmente chamado de “banco”, a instituição pode ser vista como uma cooperativa que busca apoiar os seus membros.

Disponível em: <http://www.obancomundial.org/index.php/content> - Acesso em: 18.04.2007

Behaviorismo - Teoria e método de investigação psicológica que procura examinar do modo mais objetivo o comportamento humano e dos animais, com ênfase nos fatos objetivos (estímulos e reações), sem fazer recurso à introspecção. Doutrina apoiada na psicologia behaviorista e proposta inicialmente por L. Bloomfield (1887-1949) e depois por B.F. Skinner (1904-), que busca explicar os fenômenos da comunicação lingüística e da significação na língua em termos de estímulos observáveis e respostas produzidas pelos falantes em situações específicas.

Calamitoso - que é, envolve ou resulta em calamidade(s); desastroso, catastrófico, funesto, infeliz, desgraçado; que traz ou sofre aflição, dor, tristeza, amargura

Conscrição - alistamento para o serviço militar ETIM lat. *conscriptio,ónis* 'ação de escrever, de registrar por escrito.

Consequente - adjetivo de dois gêneros e substantivo masculino, que ou o que se segue; sucessivo, consecutivo; que ou o que é consequente

Esubulho - ato ou efeito de esbulhar, ato de usurpação pelo qual uma pessoa é privada, ou espoliada, de coisa de que tenha propriedade ou posse

Escusado – adjetivo, desnecessário, supérfluo

ha (hectare) - s.m. unidade de medida para superfícies agrárias que corresponde 10.000 m²

Holismo - substantivo masculino; abordagem, no campo das ciências humanas e naturais, que prioriza o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico em que seus componentes são tomados isoladamente.

Idiossincrático - relativo a idiosincrasia; Idiosincrasia é uma característica comportamental peculiar a um grupo ou a uma pessoa. Uma predisposição particular do organismo que faz que um indivíduo reaja de maneira pessoal à influência de agentes exteriores.

Incomunicação - substantivo feminino, ato ou efeito de incomunicar, falta de comunicação

Indivíduo – adj. o ser humano considerado isoladamente na coletividade, na comunidade de que faz parte; cidadão.

Iniquidade - caráter daquilo ou daquele que é iníquo, que é contrário à equidade desigualdade, desvantagem, injustiça.

Parâmetros Universalistas - critérios genéricos que consideram o todo como referência para a análise de qualquer uma das suas partes.

Polissemia - multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução (p.ex., *prato* 'vasilha', 'comida', 'iguaria', 'receptáculo de balança', 'instrumento musical' etc.; *pé-de-moleque* 'doce', 'tipo de calçamento'); GRAM a polissemia é um fenômeno comum nas línguas naturais, são raras as palavras que não a apresentam; difere da homonímia por ser a mesma palavra, e não, palavras com origens diferentes que convergiram foneticamente; as causas da polissemia são: 1) os usos figurados, por metáfora ou metonímia, por extensão de sentido, analogia etc.

Salubre - que faz bem à saúde; que contribui para a saúde; sadio, saudável.

Significante - imagem acústica que é associada a um significado numa língua, para formar o signo lingüístico [Segundo Saussure, essa imagem acústica não é o som material, ou seja, a palavra falada, mas sim a impressão psíquica desse som.]

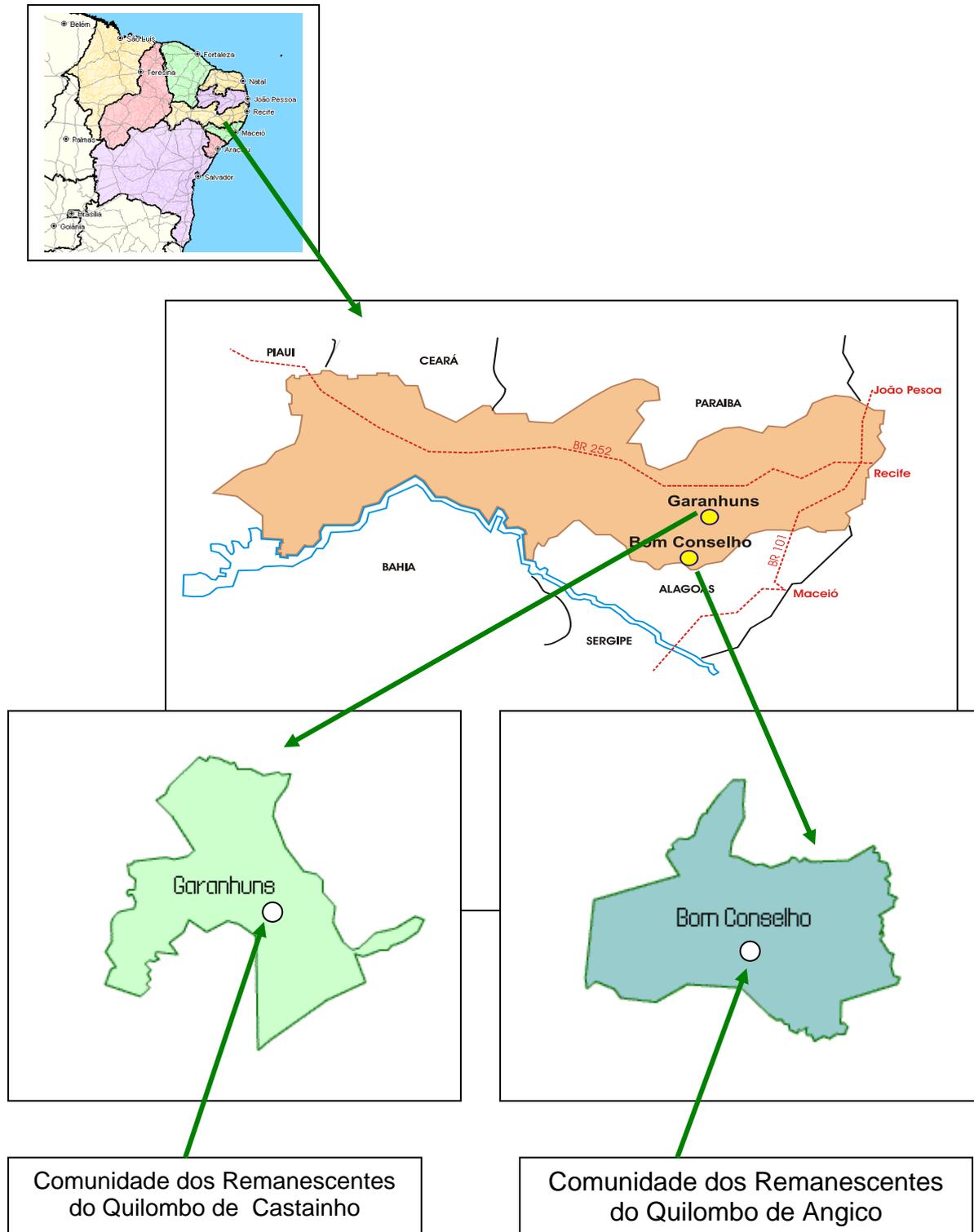
Tautologia – s.f, uso de palavras diferentes para expressar uma mesma idéia; redundância, pleonasma, proposição analítica que permanece sempre verdadeira, uma vez que o atributo é uma repetição do sujeito, expressão que repete o mesmo conceito já emitido, ou que só desenvolve uma idéia citada, sem aclarar ou aprofundar sua compreensão

Tórrido – adjetivo - quente em excesso; ardente

A fonte deste glossário é Houaiss (2001)

APÊNDICE - B

Localização geográfica das comunidades



APÊNDICE - C

Dados gerais sobre o Estado de Pernambuco e os Municípios de Bom Conselho e Garanhuns

1 PERNAMBUCO

A população total do Estado de PERNAMBUCO é de 7.918.344 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE. A Densidade Demográfica é de 80,3 habitantes por km².

A área é de 98.527 km², representando 6,34% da Região Nordeste e 1,15% de todo o território brasileiro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,705 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Disponível em: <http://www.amupe.org.br/amupe/> Acesso em 30.04.2007

2 Dados Gerais - Garanhuns - PE

A População Total do Município era de 117.749,00 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de 472,46 km², representando 0,48 % do Estado, 0,03 % da Região e 0,01 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,69 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

Área Territorial: 472,46 km²

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: 1811

Microrregião: Agreste Pernambucano

Mesorregião: Garanhuns

Altitude da Sede: 842,00 m

Distância à Capital: 200,05 Km

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

Disponível em: <http://www.amupe.org.br/amupe/> Acesso em 30.04.2007

2.1 Dados Gerais - Bom Conselho - PE

A População Total do Município era de 42.085,00 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de 786,20 km², representando 0,80 % do Estado, 0,05 % da Região e 0,01 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,57 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

Área Territorial: 786,20 km²

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: 1860

Microrregião: Agreste Pernambucano

Mesorregião: Bom Conselho

Altitude da Sede: 654,00 m

Distância à Capital: 233,33 Km

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

Disponível em: http://www.amupe.org.br/amupe/dado_geral/mumain.asp Acesso em 30.04.2007

APÊNDICE - D

SOBRE PRONATER

O documento do PRONATER (2005) está estruturado conforme segue²⁶:

1. APRESENTAÇÃO

2. DIRETRIZES DO PRONATER

As diretrizes apresentadas para as ações de Ater em 2005 retratam a prioridade do MDA/SAF/Dater, após construção no Comitê Nacional da Ater do Condraf, operacionalizando aquelas estabelecidas na Pnater.

- **Inclusão social** – Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade socioeconômica e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais.
- **Transição para agriculturas de base ecológica** - Atuar no processo produtivo e organizacional, com base nos princípios da agroecologia, com o objetivo de orientar o desenho e manejo de agroecossistemas e ecossistemas aquáticos sustentáveis, baseados na abordagem sistêmica e em processos participativos, promovendo o protagonismo dos beneficiários e dos consumidores e construindo, de forma gradativa e de acordo com o desejo dos agricultores envolvidos, estilos de agricultura de base ecológica e sustentável, produzindo alimentos saudáveis e de qualidade biológica superior.
- **Articulação da Ater-pesquisa-ensino** - Promover processos de geração e adaptação de tecnologias que permitam articular, especialmente em forma de redes, a extensão rural, a pesquisa agropecuária, as organizações formais e informais de ensino, os agricultores e suas organizações na geração de conhecimentos destinados ao uso sustentável dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, com base em metodologias participativas de pesquisa e extensão e nos elementos presentes na realidade dos agricultores.
- **Gênero, geração, raça e etnia** - Assegurar que as ações de Ater, adaptadas aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídas a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero e geração, e das condições socioeconômicas e culturais nos agroecossistemas e ecossistemas aquáticos, considerando os princípios do etnodesenvolvimento.
- **Geração de ocupações e de renda** - Implementar ações buscando a geração de ocupações no meio rural e de renda, por meio de processos sustentáveis, tendo como referência o paradigma tecnológico estabelecido pela Pnater; compreendendo o apoio à agroindustrialização da produção, os arranjos produtivos locais e a comercialização da produção.
- **Atuação em redes** - Promover parcerias para o trabalho em rede entre instituições federais, estaduais, territoriais, municipais, organizações governamentais e não-governamentais, estimulando a elaboração, execução, monitoramento e avaliação participativa para a execução das ações previstas nos programas estaduais de Ater.
- **Gestão/Controle** - Promover uma relação de participação e gestão compartilhada, pautada na co-responsabilidade entre todos os agentes do processo de desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com as comunidades rurais, privilegiando os conselhos como fóruns ativos no âmbito municipal, territorial, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação dos beneficiários e de outros representantes da sociedade civil na qualificação das atividades de Ater.

²⁶ Nas páginas seguintes apresenta-se um breve resumo do PRONATER, em função de considerações posteriores.

3.1 Objetivo Geral

Apoiar e fortalecer ações de assistência Técnica e Extensão Rural para a implementação da Política Nacional de Ater, visando à universalização do conhecimento no campo.

3.2 Objetivos Específicos

- Qualificar os serviços de Ater ofertados às unidades familiares, priorizando a alocação de recursos às regiões deprimidas socioeconomicamente e onde a oferta desses serviços seja insuficiente ou inexistente.
- Potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas, que tenham em conta as dimensões de gênero, geração, raça e etnia.
- Desenvolver ações que reconheçam e valorizem a cultura presente nos territórios, contribuindo para o resgate e preservação dos saberes e tradições das comunidades e para a conservação do meio ambiente.
- Apoiar e qualificar ações dos diversos atores envolvidos com Ater, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, com o fortalecimento do protagonismo dos beneficiários do Pronater.
- Apoiar iniciativas que propiciem novas oportunidades de trabalho e de renda, que promovam a segurança alimentar e nutricional e que potencializem o processo de transição para agriculturas de base ecológica e para a construção de estilos de produção sustentável.
- Apoiar ou promover atividades de capacitação e formação de técnicos e agricultores para qualificar ações de Ater, visando a contribuir para o aumento da oferta de alimentos limpos e de melhor qualidade biológica.
- Estimular estratégias de aproximação entre produtores e consumidores, circuitos breves de comercialização e mecanismos de participação de agricultores e consumidores na avaliação da qualidade dos produtos ofertados.
- Fortalecer as atuais articulações de serviços de Ater e apoiar a organização de novas redes e arranjos institucionais necessários para ampliar e qualificar a oferta de serviços de Ater.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

São beneficiários das ações previstas no Pronater :

- as categorias compreendidas no conceito de agricultura familiar: as agricultoras e os agricultores familiares, beneficiárias e beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ribeirinhos, pescadoras e pescadores artesanais, aqüicultoras e aqüicultores, extrativistas, e ainda aquelas e aqueles que desenvolvem atividades não-agrícolas nas unidades familiares (artesanato, turismo rural);
- agentes de desenvolvimento e técnicos vinculados às organizações prestadoras de serviços credenciadas junto ao Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública;
- beneficiários de outros programas do MDA e/ou ministérios que implementam ações para o desenvolvimento rural sustentável.

5. SUBPROGRAMAS

Visando a uma atuação sistemática²⁷ e efetiva, o Pronater está estruturado em quatro subprogramas: Formação de agentes de Ater; Capacitação de agricultores familiares; Programas estaduais de Ater; Ater setorial.

5.1 Formação de Agentes de Ater (*)

5.2 Capacitação de Agricultores Familiares (*)

5.3 Programas Estaduais de Ater (*)

5.4 Ater Setorial (*)

5.4.1 Extrativistas

²⁷ (*) grifos nossos.

5.4.2 Indígenas**5.4.3 Quilombolas**

Este componente tem como objetivo desenvolver ações de Ater que considerem as especificidades de organização sociocultural da população quilombola, seu relacionamento com os elementos da natureza, sua prática de gestão do território e as atividades econômicas predominantes – agricultura, extrativismo, pesca, manejo de fauna e flora, dentre outras – , valorizando as experiências históricas, respeitando seus valores e aspirações, a fim de potencializar a capacidade autônoma dessa população.

As atividades relativas a este componente deverão observar as orientações relacionadas a seguir:

- Reconhecer e respeitar o protagonismo de cada comunidade no processo de planejamento, execução e avaliação das ações de Ater.
- Realizar diagnóstico participativo na comunidade (socioeconômico e ambiental) que dê visibilidade aos estilos de agricultura, de extrativismo, de artesanato, e que permita compreender as características étnicas desta produção, seja ela de subsistência ou de finalidade mercantil.
- Elaborar um plano de desenvolvimento sustentável levando em consideração os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais, para que se possam estabelecer objetivos, metas e indicadores, definindo-se as responsabilidades de todos os atores envolvidos (agentes externos e a comunidade).
- Estimular o fortalecimento de redes de Ater.

5.4.4 Mulheres**5.4.5 Pescadores Artesanais e Aqüicultores****6. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL****7. OUTRAS AÇÕES ESTRATÉGICAS****8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

ANEXOS

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE ANGICO
Zona Rural de Bom Conselho- Pernambuco - Brasil

Bom Conselho, 23 de março de 2007

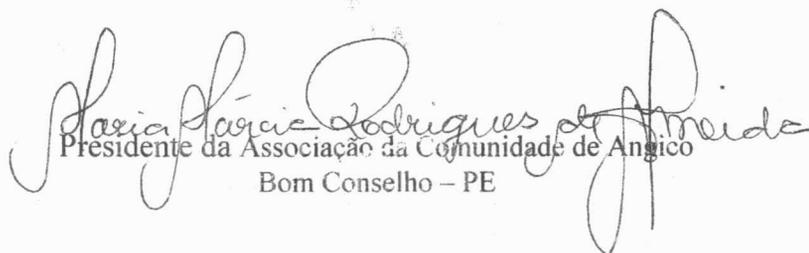
Ao professor Antonio Carlos de Santana Ferreira

Recebemos a sua carta solicitando autorização da comunidade para realizar pesquisa do Mestrado - POSMEX na Universidade Federal Rural de Pernambuco, referente a nossa comunidade de Angico.

Em reunião da comunidade explicamos sobre a solicitação tendo a comunidade concordado com a pesquisa a ser feita.

Informamos que a pesquisa está autorizada e estamos aguardando o seu contato para que possamos apoiar o trabalho, como o solicitado.

Atenciosamente


Presidente da Associação da Comunidade de Angico
Bom Conselho - PE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CASTAINHO E ADJACÊNCIAS
Zona Rural de Garanhuns – Pernambuco – Brasil

Garanhuns, 23 de março de 2007

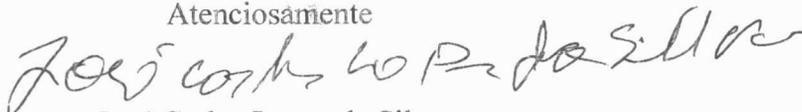
Ao professor Antonio Carlos de Santana Ferreira

Recebemos a sua carta solicitando autorização da comunidade para realizar pesquisa do seu Mestrado - POSMEX na Universidade Federal Rural de Pernambuco, referente a nossa comunidade de Castainho.

Levamos o assunto em reunião da comunidade e explicamos sobre a solicitação tendo a comunidade concordado com a pesquisa a ser feita.

Informamos que a pesquisa está autorizada e estamos aguardando o seu contato para que possamos apoiar o trabalho, como o solicitado.

Atenciosamente



José Carlos Lopes da Silva
Presidente da Associação de Castainho